

Manaus, Santarém, Rio Branco, Altamira,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 15.600

cadernos do

terceiro mundo

Cr\$ 12.000 • Ano VIII • nº 85

MOCAMBIQUE:
Os documentos de Gorongosa



Angola, terra da liberdade.



Saída de Luanda:

- sábados às 15 h

Saída do Rio de Janeiro:

- domingos às 10 h

Telefone (RIO): 262-8110



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional



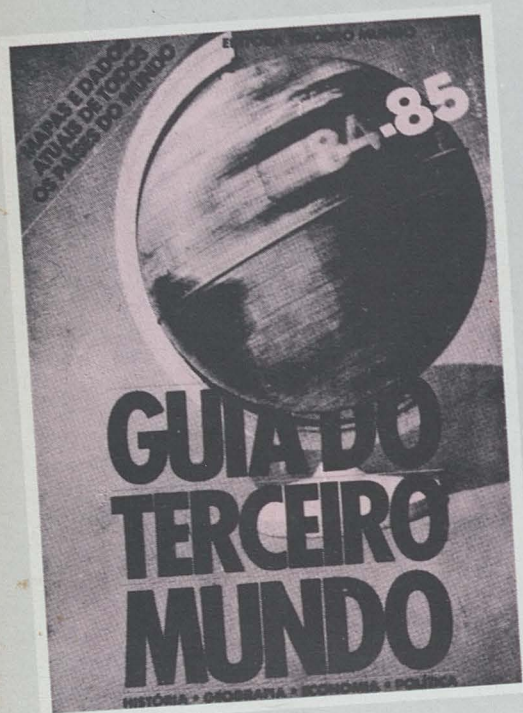
**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

Está aí a Europa que não nos deixa mentir



“Habitados a conhecer as realidades do Terceiro Mundo através das análises de especialistas europeus e norte-americanos, não há como não se regozijar com o lançamento em língua portuguesa do Guia do Terceiro Mundo...”

“Seu mérito é ter confrontado números, que lhes pareciam às vezes incompletos, com aqueles que puderam recolher graças à pesquisa de intelectuais e cientistas independentes, notadamente da América Latina.”

“O livro tem outra particularidade: ele propõe uma classificação nova das diferentes regiões do mundo. Além dos países em desenvolvimento propriamente ditos (África, Ásia e América Latina), que formam o conjunto do Terceiro Mundo, os autores quiseram dar sua própria visão do Norte e do Leste.”

“... este Guia é uma ferramenta de trabalho necessária para todos aqueles que pretendem conhecer as realidades contemporâneas através do prisma do Terceiro Mundo.”

(LE MONDE DIPLOMATIQUE, agosto de 1985)

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

**Uma publicação que não vê o mundo
com olhos dos países ricos**

A edição de 1986 será lançada brevemente. Anote na sua agenda

Chegamos ao fim de mais um ano...

A Guatemala é um país chave da América Central e o desenvolvimento do seu processo político interno sempre mereceu nossa atenção. Este número nos permitiu realizar uma cobertura sobre a Guatemala a partir de uma perspectiva global, tomando por base um fato político concreto: as eleições ali recentemente realizadas. No assunto de capa desta edição, são analisadas a realidade guatemalteca, a situação social, as perspectivas políticas e a presença de um movimento guerrilheiro consolidado. Em que direção caminha a Guatemala: para a redemocratização ou para a guerra civil?

Isso é o que procuramos responder.

Abordamos também neste número a temática brasileira. Uma outra eleição, realizada a nível municipal, marcou o panorama político e clareou as opções ideológicas que se apresentarão para o eleitorado brasileiro no pleito previsto para 1986, que elegerá uma Assembléia Constituinte.

Na seção destinada ao continente asiático, merecem destaque dois artigos que publicamos. Um deles mostra os problemas da sucessão de Ferdinand Marcos nas Filipinas e o outro retrata a situação

criada no Irã pela rivalidade entre as seitas islâmicas, cujas expressões mais radicalizadas questionam o direito do aiatolá Khomeini a exercer o poder. Finalmente, chamamos a atenção de nossos leitores para a importância dos documentos que publicamos de forma exclusiva e que confirmam a ingerência do regime sul-africano em Moçambique, financiando o movimento contra-revolucionário Renamo. Esses documentos, encontrados pelas tropas da Frelimo quando tomaram a base da Renamo em Gorongosa (fato já divulgado por *cadernos*) provam que o presidente Samora Machel tinha razão quando denunciava perante a opinião pública internacional a duplicidade de Pretória: enquanto negociava com Maputo, nos bastidores financiava os grupos terroristas para desestabilizar o regime moçambicano.

Um outro recado aos nossos leitores: nesta última edição de 1985, desejamos agradecer o apoio que nos ofereceram, as cartas de incentivo, assim como as críticas e sugestões que nos fizeram, desejando-lhes um bom início de 1986, para prosseguirmos na luta por um Terceiro Mundo melhor.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-Editores: Carlos Castilho (África)
Roberto Remo Bissio
(América Latina)

Conselho Editorial Internacional

Darcy Ribeiro
Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Revista Mensal nº 85
Dez. 1985/Jan. 1986
Preço de capa: Cr\$ 12.000
Nºs atrasados: ao preço do
último exemplar

Coordenador de Produção

José Carlos Gondim

Redação permanente:

Claudia Neiva, Roberto Bordini, Horacio Castellanos Moya,
Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques,
Cristina Canoura, Eduardo Varela, Raul Gonçalves, Artur
Poerner

Departamento de Arte:

Sônia Freitas (editor), Miguel Efe, Vanda Freitas

Produção Gráfica: Samaral

Centro de Documentação:

Lidia Freitas, Eunice H. Senna, Jessie Jane V. de Souza,
Helena Folcão (Brasil), Cristina Assis (Portugal), Sybille
Flaschka (México)

Composição:

Ronaldo Fonseca e João de Abreu

Colaboradores: Gregorio Selser, César Arias Quincot, Cedric
Belfrage, Fernando Molina, Mark Fried, Moacir Werneck de
Castro, Eduardo Molina y Vedia, Ash Narain Roy, Alberto
B. Marantoni, Maluza Stein, Sol Carvalho, José Monserrat
Filho, Herbert de Souza, Theotônio dos Santos, Ladislau
Dowbor, Luis Maura, Roger Rummell, David Fig. A.W. Singham,
Alex Mashinini, Laurie Platsky, Ana Maria Urbina, Ligia
Chaves, Francesca Gargallo, Jim Cason, Sam Ramsamy,
Grndvia Kuncar, Hugo Neves, Otoniel Martínez, Deborah
Hutington, Alan Nairn, Rodrigo Jaubert, Ezequiel Dias,
Alice Nicolau, João Melo, Mia Couto, Luis Moita, Orlando
Senna, Rodolfo de Bonis, Ravindran Casinader, Phil Harris,
Abdul Nafey, Francisco C. Gomes, Jorge A. Richards,
Claude Alvares, Carlos Núñez, Pablo Marín, Mario de
Cautin, Julio Rossiello, Peter Law, Agostinho Jardim
Gonçalves, Nils Castro, Octavio Tostes, Ricardo Bueno,
M. Venugopala Rao, Narinder Koshla, Nilton Santos

Correspondentes:

Argentina: Horacio Verbitsky

Lavalle 1282 - 1er. piso Of. 12 y 14 - Telef: 35-81-94

Buenos Aires, Capital Federal

Chile: Fernando Reyes Matta

Casilla 16637 - Correo 9 Providencia, Santiago de Chile

Ecuador: José Steinsleger

Apartado 8968, suc. 7 - Torres de Almagro, Quito

Peru: Rafael Roncagliolo

Apartado 270031, Lima-27

Colômbia: Guillermo Segovia Mora

Apartado Aéreo 10465 - Telef: 285-66-14 - Bogotá

Nicaragua: Arqueles Morales

Apartado 576 - Managua

Estados Unidos: Gino Lofredo

1648 Newton St. N.Y. Washington D.C. 20010

Moçambique: Etevaldo Hipólito

Rua de Pina 109, Sommerchild, Maputo

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), PRESSUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzania), Wafa (Palestina) e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Capa: Abaeté Propaganda

Fotos de capa: Agência Keystone

EDIÇÕES REGIONAIS

Edições em português

BRASIL

Diretor e Editor:

Neiva Moreira

Sucursais:

Paulo Cannabrava Filho

Caixa Postal 60086 CEP 05033 - São Paulo

Clovis Sena - Brasília

Circulação, Assinaturas e Promoção

Henrique Menezes, Inácio dos Santos, Macário Costa

Fotolito e Impressão

Ébano Gráfica e Editora Ltda. - Rua Gal. Bruce, 799

Tel.: 580-7171

Editora Terceiro Mundo Ltda.

Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 Rio de Janeiro,

RJ - Telef: 242.1957 - Telex: 21-33054 CTMB-BR

ANGOLA, CABO VERDE,

GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E PORTUGAL

Editor:

Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro, 10/19 - Lisboa - 1200 - Telef: 32-06-50

Telex: 42720 CTM-TE-P

Edições em espanhol

MÉXICO, CARIBE, AMÉRICA-CENTRAL

Editor:

Rubén Aguilar

Gerente Geral:

Roberto Castellanos F.

Editores do Suplemento Centro-Americano

Roberto Bordini, Horacio Castellanos Moya

Correspondência:

Apartado 20572 - 01000 México, D.F.

Impresso em:

Litográfica Cultural - Isabel la Católica, 922, México, DF

Editorial Periodistas del Tercer Mundo

California 98 A - Colonia Parque San Andrés, Coyoacán

Telef: 689-1740 - 04040 México, D.F.

RIO DA PRATA

Diretores:

Gerónimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A.C.U. S/A

Avda. 18 de Julio 1263, 3er piso - Montevideo, Uruguay

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BÉLGICA:** SEUL, Bruxelas. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro. **CANADÁ:** Coop-Books Shop, Winnipeg. **COLÔMBIA:** Guillermo Segovia Mora, Bogotá. **COSTA RICA:** Centro Popular de Educación "Vecinos", San José. **EQUADOR:** DINACUR, Quito. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, 1ra. Calle Poniente 1030, San Salvador. **EL QUIJOTE, Calle Arce 708, San Salvador.** **ESTADOS UNIDOS:** Praire News Agency, Chicago, Ill. Bread and Rose, San José, CA. Modern Times, San Francisco, CA. Grass Roots Events, San Diego, CA. Book Center, San Francisco, CA. Librería del Pueblo, New Orleans, LA. New World Resource Center, Chicago, Ill. Food for Thought, Amherst, MA. Dinkytown News, Minneapolis, MN. Red and Black, Washington, DC. Bookworks, San Francisco, CA. **FRANÇA:** L'Harmattan Librairie Center. Paris. Ekinos, Biarritz. **GRÁ-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29, Islington Park Street, Londres. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura, Bissau. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Roberto Sosa, Tegucigalpa. **ITÁLIA:** Paesi Nuovi, Roma. **MÉXICO:** Mais de 100 livrarias em todo país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh 130, Maputo. **NICARÁGUA:** Imelsa, Managua. **PANAMÁ:** Ediciones C.C.S., Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarka, Camaná, 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Djomara, Rua Joaquim António de Aguiar, 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librería Paliques, Ponce. **LA TERTULIA, Río Piedras.** **REPÚBLICA DOMINICANA:** Fondo Editorial, São Domingos. **CEDEC, São Domingos.** **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Con-Vertrieb, Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUECIA:** Librería Latinoamericana, Estocolmo. **URUGUAI:** Heber Berriel Y Nery Martínez, Paraná, 750, Montevideo. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas S.A., Caracas.

cadernos do
**terceiro
mundo**

Aproveite já!

Nova promoção com mais brindes

VOCÊ CONSEGUE:	E GANHA DE BRINDE:
3 assinaturas da revista	1 assinatura da revista + 4 semanas do jornal Nas Bancas, ou os 4 livros de "Estante do Terceiro Mundo" (veja no verso desta página) + 4 semanas do jornal Nas Bancas.
2 assinaturas da revista	1 livro da "Estante do Terceiro Mundo" + 4 semanas do jornal Nas Bancas
1 assinatura da revista	4 semanas do jornal Nas Bancas

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

CUPOM DO BRINDE

Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de:

- () 03 parcelas de Cr\$ 48.000,. A 1ª parcela juntamente com este cupom por ☐ cheque nominal ou ☐ vale postal-ag. central. (A 2ª e 3ª parcelas serão cobradas por banco, para pagamento em 30 e 60 dias. Aguarde)
- () À vista, com desconto, por Cr\$ 120.000, enviados juntamente com este cupom por ☐ cheque nominal ou ☐ vale postal-ag. central.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep: Profissão: Tel.:

Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de:

- () 03 parcelas de Cr\$ 48.000,. A 1ª parcela juntamente com este cupom por ☐ cheque nominal ou ☐ vale postal-ag. central. (A 2ª e 3ª parcelas serão cobradas por banco, para pagamento em 30 e 60 dias. Aguarde)
- () À vista, com desconto, por Cr\$ 120.000, enviados juntamente com este cupom por ☐ cheque nominal ou ☐ vale postal-ag. central.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep: Profissão: Tel.:

Desejo uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo. Minha opção de pagamento é de:

- () 03 parcelas de Cr\$ 48.000,. A 1ª parcela juntamente com este cupom por ☐ cheque nominal ou ☐ vale postal-ag. central. (A 2ª e 3ª parcelas serão cobradas por banco, para pagamento em 30 e 60 dias. Aguarde)
- () À vista, com desconto, por Cr\$ 120.000, enviados juntamente com este cupom por ☐ cheque nominal ou ☐ vale postal-ag. central.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep: Profissão: Tel.:

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cr\$ em ()
cheque nominal ou () vale postal-ag. central — em nome da Editora Terceiro Mundo
Ltda.
Considerando a eventualidade de alguns dos pedidos serem parcelados, aguardo a reme-
sa do brinde a que tenho direito assim que as assinaturas estiverem quitadas.
Brinde escolhido:
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Cep: Tel.:

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 — grupos 104/105/106 — Rio
de Janeiro — RJ — CEP: 20241 — Tel.: (021)242-1957

estante do terceiro mundo

O reembolso

que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 85, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

▶ Forte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

● Comprador: ☐ não-assinante
☐ já assinante
☐ assinante novo:

estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data:/...../.....

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 20% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito ao desconto especial de assinante (até 20%) desta seção.



PENSO LOGO INSISTO

de Jorge Arbach

É um livro importante para quem aprecia "cartuns" e o grafismo jornalístico contemporâneo. Jorge Arbach foi publicado no Pasquim, Jornal do Brasil, Tribuna de Minas, Cadernos do Terceiro Mundo e outros. 96 páginas em papel couchê.

E-63 Cr\$ 50.000



CONTRA VENTO E MARE

Grupo Areito

Obra coletiva de 47 jovens cubanos levados para o exílio, por seus familiares, à época da revolução. O livro apresenta a visão dos que, embora vivendo "no meio de uma das comunidades mais reacionárias do mundo", reencontram-se com suas origens nacionais e culturais e, contra todas as probabilidades, identificaram-se com o processo revolucionário cubano. 204 pp.

E-60 Cr\$ 35.000

O PROBLEMA DA VERDADE - TEORIA DO CONHECIMENTO

Jacob Bazarian

O autor examina a verdade e seu critério (a práxis) à luz do materialismo dialético criativo e - pela primeira vez na história da filosofia - faz uma análise científica do papel da intuição no processo do conhecimento. Apresenta uma teoria original, que chama de intuição heurística, como método para descobrir a verdade e encontrar a solução de problemas pessoais e profissionais de qualquer espécie. 224 pp.

E-62 Cr\$ 35.000



ENCADERNAÇÃO DOS 06 PRIMEIROS NÚMEROS DE CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Encadernado em capa dura, o volume contém as primeiras seis revistas da edição brasileira dos cadernos, mais precisamente do período que vai de junho a dezembro de 1980. P-576 pág.

E-64 Cr\$ 70.000





- 6 **Cartas**
- 9 **Panorama Tricontinental**
- 18 **Editorial – Estados Unidos: entre a mudança e a crise**
- 21 **Matéria de Capa – Guatemala: eleições “for export”**
- 22 Uma mudança de fachada, *María de Lourdes Gutiérrez*
- 29 A violência institucionalizada, *João Ricardo Wanderley Dornelles*
- 31 A guerra psicológica, *Antonia Campos*
- 34 A resistência dos camponeses, *Samuel Blixen*

América Latina

- 38 Brasil: O voto progressista, *Neiva Moreira*
- 42 Honduras: Dólares para aumentar a fome e o armamento, *Roberto Bardini*

África

- 45 Namíbia: “Só as armas rompem o impasse”, entrevista com o líder da Swapo, *Sam Nujoma, Carlos Castilho*
- 49 Guiné-Bissau: O instável poder, *Baptista da Silva*

Ásia

- 52 Irã: A luta pelo poder passa pelas seitas, *Alberto B. Marianтони*
- 56 Filipinas: A sucessão de Marcos, *Marcelo Antunes*
- 60 Nova Caledônia: O longo caminho da independência, *Guiomar Belo Marques*

Meio Ambiente

- 65 O céu amarelo do Vale da Morte, *Artur José Poerner*
- 68 Os metais tóxicos e assassinos, *Mario de Cautín*

Economia

- 70 Argentina: Prós e contras da reforma monetária
- 74 Notas

Cultura

- 76 “Nós poetas fomos os profetas que anunciamos uma nova sociedade”, *Beatriz Bissio*

- 81 Notas

Livros do 3º Mundo

Boletins do 3º Mundo

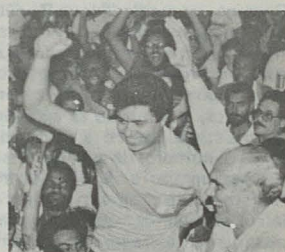
Especial – Os documentos de Gorongosa

- 86 Nkomati gera crise no “apartheid”, *Etevaldo Hipólito*
- 91 As provas da farsa

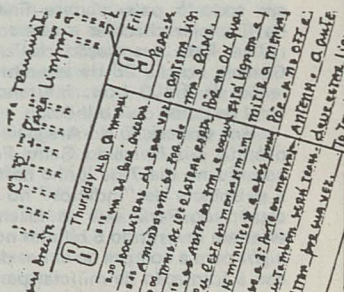
Humor: Wasserman



Filipinas: a agonia do regime de Marcos



Eleições municipais no Brasil



As provas da agressão sul-africana

Clube de Amigos

Para os amigos de todo mundo que queiram ser sócios do Clube Internacional do Postal: basta enviar dois postais na primeira carta. Prometemos resposta.

Clube Internacional do Postal —
a/c de Sérgio — C.P. 447 — Assis —
SP — CEP: 19.800 — Brasil

"Nova República" e a reforma agrária

Para mim não importa que peso possa ter esta carta, diante do império capitalista, que se abateu sobre o nosso povo camponês nestes últimos cinco anos fazendo milhares de vítimas.

Esta carta, em primeiro lugar, é uma denúncia aos 70 países por onde circula esta revista *cadernos do terceiro mundo*; em segundo lugar, é um testemunho da História dos homens brasileiros submetidos à mais dura escravidão, cujo destino foi marcado pelos fazendeiros e grileiros (grandes latifundiários) e empresas e pelo próprio governo, através de suas ações truculentas.

O genocídio no Brasil: em 1981, 100 pessoas foram covardemente assassinadas; em 1983, 72 pessoas; em 1984, 116 pessoas entre lavradores, líderes sindicais e advogados. Com os ventos da "Nova República", que inclusive tem a "reforma agrária" e "paz no campo" como uma de suas prioridades, o povo pensou que esta guerra teria fim. Para vergonha de todos, a situação se agravou muito mais: de janeiro a outubro deste ano, o número de pessoas assassinadas no campo é de 131, entre elas, três religiosos; os fazendeiros e grileiros assassinos, que atuavam clandestinamente, agora planejam suas ações claramente (tendo cobertura da imprensa dominante), criaram suas próprias entidades, como a "Associação dos Produtores Rurais" em todo o país, com a finalidade de financiar chacinas e assessoria jurídica. Esta Associação realizou em Goiânia no dia 26 de setembro, um leilão de 1.400 bois, faturando um total de quase dois bilhões.

Em Conceição do Araguaia-PA, o próprio juiz Enivaldo Gama Ferreira admitiu no dia 7 de junho deste ano, a existência de "indícios" no sul do estado do Pará, que os fazendeiros estariam investindo 5 bilhões no *overnight* para a compra de armas destinadas à formação de milícias particu-

res (Cf. jornal "Correio Brasiliense", 8/06/85 p. 8).

O plano diabólico dos latifundiários já está sendo executado, basta ver a chacina em Marabá-PA ocorrida na primeira semana de outubro. Os posseiros depois de mortos foram mutilados, amarrados e jogados em um rio. No Bico do Papagaio, norte do estado de Goiás (onde um povoado de 33 casas foi totalmente incendiado pelos grileiros em outubro do ano passado) é impossível apresentar o número de mortos. A cada semana é mais um que morre. Aqui em Carmo do Rio Verde, uma das regiões canavieiras centro-sul do estado de Goiás, no dia 23 de outubro, o líder sindical Nativo da Natividade Oliveira foi covardemente assassinado com cinco tiros a queima roupa na porta da entidade que dirigia. No estado do Maranhão há três grandes lutas dos posseiros resistindo à violência. É impossível apresentar o número de mortos, visto que ainda se estão fazendo averiguações sobre uma eventual chacina ocorrida na segunda quinzena de outubro na região de Arame.

Que o mundo inteiro saiba, que nestes assassinatos todos os poderes, tanto estadual como federal, são responsáveis: o Legislativo por decretar leis injustas e arbitrárias, baseadas nos objetivos insanos de uma corja de assassinos viciados no poder, leis com as quais se beneficiam, pois vários são latifundiários; o Judiciário, pela anomalia dos processos e impunidade, quando julga, aceita subornos, incrimina o pobre e deixa livre o poderoso; o Executivo é parceiro dos assassinos, e só defende o poder do capital.

O grito angustiado dos camponeses exigindo Reforma Agrária foi respondido pelo presidente José Sarney, ex-governador do estado do Maranhão e grande grileiro, cujo nome ainda está atravessado na garganta de muitos maranhenses, como Manoel da Conceição, vítima da grilagem e repressão (Manoel da Conceição é um líder sindical maranhense, preso várias vezes pela polícia de José Sarney na década de 60. Para escapar da morte, ele teve que se exilar em Genebra. Hoje ele vive em Pernambuco e tem uma das pernas amputadas como infeliz lembrança de uma das truculentas investidas da polícia.)

O chamado Plano Nacional de Reforma Agrária não é nada mais nada menos do que uma FARSA. Sua "aplicação" será uma questão

de Segurança Nacional e não de Reforma Agrária.

Que o mundo saiba, que o camponês brasileiro não pode possuir nem sequer uma espingarda de caça. Até suas facas de cozinha são tomadas pela polícia juntamente com suas ferramentas de trabalho, enquanto os fazendeiros acobertados por todos os poderes formam seus exércitos particulares, todos ostensivamente munidos com armas de diversos calibres, muitas delas sofisticadas e de uso privativo do exército e da polícia militar.

Que todos os leitores de *terceiro mundo* saibam que, em contrapartida, os camponeses brasileiros, impulsionados pelo estado de necessidade, pelo descalço das autoridades coniventes com esta situação morticínica, e, enfrentando a própria morte, eles farão e já estão fazendo a REFORMA AGRÁRIA que outros povos não viveram. Porque eles estão se organizando. Então: SUA TEIMOSIA É MAIS FORTE QUE O IMPÉRIO DA MORTE!

Francisca Santos — Itapuranga —
GO — Brasil

Uma leitura atenta

Não gostei da capa do nº 81, porque é uma das piores fotografias que já vi de Fidel Castro e porque, para o título "Cuba: nova etapa da Revolução" podia ter sido escolhida uma imagem muito mais sugestiva e representativa dessa nova etapa de uma revolução dinâmica e triunfante, em marcha para o futuro.

(...) Quanto ao número de julho, considero-o um excelente dossiê sobre a mulher, pois dá uma visão panorâmica sobre os seus problemas e batalhas. Gostei especialmente dos artigos: "A Camponesa, essa esquecida", "A opressão no apartheid", "Superar um sistema social" e os testemunhos "A Mulher latino-americana" e "As Mães da Praça de Maio".

Neste número dos *cadernos* também gostei de ler o artigo sobre a ilusão das zonas francas. (Quando menciono alguns artigos ou alguns números de *cadernos* não quero dizer que não me interessem os outros; só que, no meio de tantos há sempre alguns que me interessam mais. No entanto, a revista, no seu conjunto, interessa-me sempre muito, leio-a sempre de uma ponta a outra e demoro muito menos do que a sua periodicidade de saída).

No nº 79 achei muito interessan-

tes os artigos sobre Moçambique, Saara e Sudão e "Os soldados da fortuna e a CIA".

No nº 78 considerei muito oportuna a matéria de capa sobre a fome no Terceiro Mundo e extremamente esclarecedores os artigos nela incluídos. Mostrei esse número de cadernos (como tenho mostrado outros) a camaradas meus e eles também ficaram com outra perspectiva deste problema, que está cercado de alguns mitos, aliás bem esclarecidos nesses artigos. Já estava convencido de que o problema da fome (e também das consequências da seca) é de ordem política, mas infelizmente muitas pessoas estão ainda enganadas quanto a isso.

No nº 77 pareceu-me muito interessante e esclarecedor o artigo sobre a tragédia de Bhopal.

No nº 78 li na seção de livros, informações sobre a obra "A conquista da América Latina vista pelos índios". Eu estou extremamente interessado nesse livro. Por isso peço que me indiquem, por carta ou através da revista, como poderei adquirir o livro, ou pelo menos o endereço da editora. Aliás, parece-me que seria útil que o endereço da editora viesse sempre incluído nas informações e até, em alguns casos, também o preço. Informações idênticas gostaria que me dessem sobre o livro *The Crusades Through Arab Eyes*, cuja informação li no nº 79 dos cadernos.

Quanto à tragédia de Timor Leste, sugiro que a Tricontinental Editora publique um livro o mais completo possível sobre o tema. Creio que tal livro seria uma boa ajuda à luta do povo mauere e não traria problemas de vendas. Também me parece que cadernos deveria publicar informações sobre livros e revistas publicadas em Portugal e no mundo sobre Timor Leste.

Adriano Correia — Lisboa — Portugal

O mito dos países "em vias de desenvolvimento"

(...) Fiquei surpreso ao ler em cadernos a expressão "países em vias de desenvolvimento" repetida várias vezes para designar os países terceiro-mundistas. Embora compartilhe da orientação dessa prestigiosa revista, me permito discordar dessa vez.

Acho que há países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e que estes últimos continuarão nessa situação enquanto se mantiverem os laços de dependência. Estamos nos enga-

nando se acreditássemos que podem existir países dependentes "em vias de desenvolvimento". Isso implicaria supor que em pouco tempo esses países vão se desenvolver ou se tornar desenvolvidos.

Guillermo Font — Montevideu — Uruguai

Ameaças contra agentes pastorais

Os empresários rurais e os latifundiários, com seus exércitos particulares, estão ameaçando a vida destes agentes pastorais: Pe. Luis Pirotti — Vigário em Arame — Diocese de Grajaú — MA; Francisco Vieira de Souza — Delegado Sindical — Arame — MA; Pe. Lino Allegri — Santa Maria da Vitória — Bahia; Pe. Ermano Allegri — Santa Maria da Vitória — Bahia; Pe. Pedro Luiz — Santa Maria da Vitória — Bahia; Pe. Antônio Zanini — Canápolis — Diocese B. J. da Lapa — BA; Pe. Josimo de Moraes Tavares — São Sebastião do Tocantins — Goiás; Lourdes Goi — São Sebastião do Tocantins — Goiás; Irmã Madalena Hansser — Diocese de Tocantinópolis — Goiás; Irmã Beatriz Kinch — Diocese de Tocantinópolis — Goiás; Oneide Ferreira Lima — São Geraldo — Diocese de Conceição do Araguaia — Pará.

Pedimos aos amigos que se mobilizem em sua solidariedade e que enviem cartas e telegramas pedindo proteção e segurança de vida, sendo apuradas as ameaças contra estes agentes da Pastoral e tantos trabalhadores ameaçados, para:

Presidente da República, Palácio do Planalto, 70.150 — Brasília — DF.

Ministro da Justiça, Ministério da Justiça, Esplanada dos Ministérios, 70.064 — Brasília — DF.

E aos respectivos governadores estaduais.

Comissão Pastoral da Terra — Goiânia — GO — Brasil.

Divulgar melhor cadernos

É com imenso prazer que me dirijo a esta conceituada revista para parabenizá-la pela qualidade das suas reportagens e pelo serviço que a mesma presta à comunidade nacional e internacional. Sou leitor de cadernos há mais ou menos dois anos e desde então venho acompanhando a sua trajetória. A cada número fico surpreso como ela tem avançado. É necessário que façamos uma campanha para melhor divulgar esta revista, tão necessária e oportuna nos nossos dias.

Ivaldo Inácio Gomes — João Pessoa — PB — Brasil

A leitura que faltava

Foi sem dúvida em boa hora que tomei conhecimento da publicação da revista que colocam todos os meses à nossa disposição. Cadernos do terceiro mundo era a revista que faltava na minha leitura mensal. Com ela tomo conhecimento do que se passa por esse mundo afora (e quanto dele tem tanto a ver conosco!) enriquecendo as minhas informações tanto a nível pessoal e humano como a nível profissional.

Estudo agronomia e o meu interesse está voltado para as agriculturas menos desenvolvidas de países em todo subdesenvolvidos. Com os artigos, entrevistas e comentários de cadernos vou colocando cada vez mais peças no imenso quebra-cabeças que tento construir de um mundo por tantos esquecido quando não se trata de enriquecer à sua custa.

José Manuel Antunes Rodrigues — Cacém — Portugal

Guia do Terceiro Mundo 86 vai fundo e convoca geral

Uma das metas para a nova edição do Guia do Terceiro Mundo 86 é de que ele tenha uma circulação "ampla, geral e irrestrita". Para isso a tiragem será ampliada bem como os canais de distribuição.

É aí que gostaríamos de contar com a colaboração de nossos leitores. Precisamos levantar informações do maior número possível de livrarias e outros pontos de venda (excluindo-se as bancas de jornais) em todo o território nacional.

Pedimos que, se possível, nossos leitores enviem-nos quantos dados puderem, da seguinte forma: nome da livraria, endereço completo e o nome da pessoa responsável pela compra.

Podemos adiantar que cada livraria receberá uma mala direta com uma proposta bastante vantajosa que despertará seu interesse em vender o Guia do Terceiro Mundo 86.

O Guia do Terceiro Mundo 86 precisa estar em todas as estantes deste país. Mais que uma questão meramente comercial é a questão de ampliar a consciência terceiro-mundista de nosso povo. As respostas deverão ser enviadas para a Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122 — grupos 104 a 106 — Rio de Janeiro — RJ — CEP 20041 — A/C do Depto. de Circulação, Assinaturas e Promoção.

Contamos com vocês.
Os editores

Cartas

Parabéns pelo nº do Vietnã

O número com a reportagem sobre o Vietnã veio me ajudar a ver melhor o problema daquele país. Vivo com um refugiado político vietnamita e pensamos de maneira muito diferente sobre essa questão.

Manuel M. Dias — Essones — França

O endereço de Kim Phuc

Estas linhas foram mil e uma vezes pensadas, porque não sabia como expressar meus sentimentos

para com cadernos, já que ao começar a lê-los se produziu em mim uma mudança muito importante. cadernos significou entender a nossa querida América Latina e amar mais profundamente os países que compõem o Terceiro Mundo. Obrigada por dedicarem suas vidas a esse projeto, por serem objetivos em suas matérias e porque sei do amor de vocês para com todos os seres humanos necessitados desse mundo.

Gostaria de pedir-lhes o endereço de Kim Phuc, a menina vietnamita que foi capa da edição 81, entrevistada por Carlos Pinto Santos.

Para mim seria muito importante trocar cartas com ela, pois sua vida é um exemplo de integridade, sacrifício e humildade.

Irene C. Alaniz — Montevideu — Uruguai

O endereço de Kim Phuc é:
Pham Thi Kim Puc
Ly Tu Trong

Press Center of Foreign Affairs of
Ho Chi Minh City
Quan 1 — Tp Ho Chi Minh
Ho Chi Minh City
Socialist Republic of Vietnam

Intercâmbio

● **Quitondy Serafim Atlanta**
C.P. 10758 — Luanda — Angola
● **Sergio Ricardo P. Ferreira**
Rua XV de Novembro, 763/ap. 114
Taubaté — SP — CEP: 12.100 — Brasil
● **Luiz Betti Peres Elguy**
Rua Pedro Gabbi, 191 — Vila Argiles
Santana do Livramento — RS
CEP: 97.570 — Brasil
● **Franklin Machado**
C. C. 05 — São Félix do Araguaia
MG — CEP: 78.370 — Brasil
● **João Vilha**
Rua Basileia, 45 — Novo Oratório
Sto. André — SP
CEP: 09.000 — Brasil
● **Juan C. Adalberto-Ci**
Calle Bolívia, 932 — Las Piedras
Canelones — CEP: 68608 — Uruguai
● **Luiz Carlos Silva**
Rua Armando Barros, 81/bl. B apt. 302
Aracaju — SE — CEP: 49.000 — Brasil
● **Josué Catharino Ferreira**
C. P. 732 — Sto. André — SP
CEP: 09.000 — Brasil
● **José Toledo**
SQN, 416/bl. C apt. 107
Brasília — DF — CEP: 70.000 — Brasil
● **Ivaldo Inácio Gomes**
Rua dos Pinheiros, 103
Conjunto Anatólia — João Pessoa
PB — CEP: 58.000 — Brasil
● **Edilson M. Costa**
C. P. 3132 — Uberlândia — MG
CEP: 38.400 — Brasil
● **Luiz Nunes**
Rua Marcione, 330 — Araras — SP
CEP: 13.600 — Brasil
● **José Mauro Guimarães de Jesus**
Rua Presidente Pedreira, 89
Ingá — Niterói — RJ — CEP: 24.210
Brasil
● **Márcia Helena da Silva**
Rua Comendador José Garcia, 396/
apt. 102 — Pouso Alegre — MG
CEP: 37.550 — Brasil

● **Marcos Antônio de Moraes**
Av. Monsenhor Tabosa, 1521/ap. 101
Aldeota — Fortaleza — CE —
CEP: 60.000 — Brasil
● **Humberto Geremias de Souza**
Rua Potiguaçu, 213 — Itanhaém
São Paulo — SP — CEP: 11.740
Brasil
● **Artur Bastos C. S. Neto**
C.P. 370 — Sumbe — Cuanza Sul
— Angola
● **Deolinda L. Raposo**
C.P. 638 — Namibe — Angola
● **Fábio B. Freitas**
Rua Amazonas, 886 — Campos
Elíseos — Ribeirão Preto — SP —
CEP: 14.080 — Brasil
● **Gino da França**
C.P. 14.199 — Luanda — Angola
● **Esequiel Teixeira Neto**
a/c João Antônio Teixeira — 2º
Setor Aviação dos C.T.T.A — Estação
Postal Central — Luanda — Angola
● **Valquíria Alves Santos**
Rua Antonio José Nurches, 125 —
Jardim Califórnia — Osasco — SP —
CEP: 06.000 — Brasil
● **Luciano Patata**
C.P. 768 — a/c Mario Jamba —
Benguela — Candango — Angola
● **Luís José Caprata**
C.P. 18.784 — Luanda — Angola
● **Elisabeth F. Culiteva ("Betinha")**
C.P. 2054 — Huambo — Angola
● **M. Teixeira de Carvalho (Toyó)**
C.P. 18186 — V. Alice — Luanda —
Angola
● **Noé C. Gaspar**
C.P. 1321 — Enatel — Luanda —
Angola
● **Rosalina Angela**
a/c João Will — C.P. 31 — Benguela
— Angola
● **Bafonda Wa Bafonda Léon**
C.P. 5472 — Luanda — Angola
● **Mário Antônio Manuel**
C.P. 3932 — Luanda — Angola
● **Cristóvão Paulo Dzindua**
Instituto Comercial de Maputo —

C.P. 1001 — Maputo — Moçambique
● **Victor Silva**
Operações de Voo TTA — C.P. 2054
— Maputo — Moçambique
● **Catarino Manuel da Conceição (Tino)**
C.P. 3932 — Luanda — Angola
● **Rodrigo Bernardo Sousa (Tigre)**
Rua Rei Katyavala, 89B, 1º — C.P.
14014 ou 16414 — Luanda — Angola
● **Domingos Francisco**
C.P. 6363 — Luanda — Angola
● **José Pedro Gonçalves (Mossuca)**
a/c Lucas Mário (Malo) — C.P. 6675
— Luanda — Angola
● **Jino da França**
C.P. 14199 — Luanda — Angola
● **Isaac Alfredo (Guerra)**
C.P. 561 — Benguela — Angola
● **Cidão João de Campos**
Bairro Precol — Rua Violeta, 40 —
Luanda — Angola
● **Carla Marina Will**
Rua Dr. Antônio José de Almeida —
C.P. 81 — Benguela — Angola
● **Fernando E. Marques Rodrigues**
C.P. 23.084 — Rio de Janeiro — RJ —
CEP: 20.922 — Brasil
● **Isáqueil Mabuleza Jó**
Av. 24 de Julho, 56 — Mapacuane —
Beira-Sofala — Moçambique
● **Mário Rodrigues B. Lopes**
Rua Diolinda Rodrigues —
C.P. 18.489 — Vila Alice — Luanda
— Angola
● **Sebastião Rocha de Souza**
Rua do Pernambuco — Bairro Rangel
— C.P. 6545 — Luanda — Angola
● **Paulo João Pito**
Rua Eugénio de Castro, 57 — 1C —
C.P. 10.261 — Luanda — Angola
● **Manuel dos Santos Cruz (Biro-Biro)**
Rua Traz-os-Montes, 64 — Bairro
Terra-Nova — Luanda — Angola
● **Tiago Fernando**
Centro de F. de Telecomunicações —
Enatel — C.P. 1321 — Luanda —
Angola
● **Inocêncio Matias Filipe**
C.P. 6696 — Luanda — Angola

Lançada em Lisboa edição do "Guia 86"

□ A edição portuguesa do **Guia do Terceiro Mundo** para o ano de 86 foi lançada em Lisboa, no final de novembro, numa solenidade da qual participaram diplomatas de cinco países africanos e personalidades políticas de Portugal. Entre os diplomatas, destacou-se a presença do embaixador angolano em Lisboa, Mawuete João Baptista e a dos representantes oficiais das embaixadas de Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé.

Ao apresentar o **Guia 86** na sua edição portuguesa, o diretor da nossa revista em Portugal, Artur Baptista, afirmou que a obra é mais um passo importante na luta por uma Nova Ordem Informativa Internacional e um reforço das iniciativas a favor do fortalecimento da imprensa alternativa. O diretor do **Guia do Terceiro Mundo** em Portugal, Carlos Fabião, explicou também as modificações na edição 86, como ampliação e atualização das monografias de cada país da Ásia, África e América Latina, o destaque dado ao 40º aniversário de criação da Organização das Nações Unidas. No capítulo relativo aos problemas específicos do Terceiro Mundo foram escolhidos dois temas com tratamento ampliado, como o "Direito do Mar" e a situação da infância nos países pobres. No capítulo da economia foram acrescentados novos indicadores e quadros relativos ao comércio externo. Todos os países de expressão portuguesa tiveram um tratamento ampliado que inclui mapas a cores.

Ainda durante o lançamento do **Guia 86** em Portugal foi realizado um debate sobre a crise na África Austral, com a partici-

pação do nosso subeditor para assuntos africanos, Carlos Castilho, e do editor internacional do semanário português *Expresso*, Benjamin Formigo. Formigo traçou um quadro da situação militar no sul de Angola, onde esteve recentemente, afirmando que no momento a posição das Fapla (Forças Armadas de Libertação Popular de Angola) é a mais favorável possível. O editor do *Expresso* garantiu que a base da Unita em Jamba só não caiu nas mãos das Fapla graças à ajuda recebida do exército racista da África do Sul.

Já Carlos Castilho analisou a evolução da crise interna sul-africana, destacando especialmente a profunda divisão surgida dentro da minoria branca. Para o nosso subeditor, a questão tem sido pouco analisada na imprensa ocidental, apesar de ser esta a primeira vez desde 1948 que o poder branco encontra-se irremediavelmente dividido na África do Sul, entre um setor

político ultra-racista que controla ainda o aparelho do Estado, mas não tem mais força econômica; e um setor empresarial que vê a sua sobrevivência depender do fim do *apartheid*, mas não tem força eleitoral para impor as mudanças que considera necessárias à manutenção do capitalismo liberal no país.

Além da divisão a nível da elite branca, Carlos Castilho destacou o crescimento dos movimentos contrários ao recrutamento obrigatório de jovens para o serviço militar sul-africano. O fenômeno adquire uma grande importância na medida em que toda a educação implantada pela minoria de origem europeia é profundamente impregnada de uma mentalidade militarista. A defesa do regime sempre foi considerada um dever "sagrado" entre os *boers*, que agora vêem estupefatos os seus próprios filhos se revoltarem contra os valores do Estado racista.

No lançamento do *Guia '86*, em Lisboa (da esq. à dir.), Benjamin Formigo, Artur Baptista, Carlos Fabião e Carlos Castilho



Baptista da Silva

Sabin: "Há doenças piores que a AIDS"

☐ Vacinar "de porta em porta", sem exceção, e mobilizar exército de "médicos descalços", são as principais armas da batalha contra a poliomielite recomendadas por Albert Sabin, que descobriu, em 1964, a vacina contra a doença.

"O que é preciso — diz Sabin — é uma estratégia de saúde", que seja completamente nova e que se adapte às condições do Terceiro Mundo, para se alcançar uma rápida eliminação dessa doença endêmica que, na África, na Ásia e na América Latina, "continua sendo um dos grandes flagelos da humanidade".

Para mostrar a gravidade do problema, Sabin revela que, a cada ano, morrem cerca de 400 mil

crianças no Terceiro Mundo por causa da paralisia infantil. Há outras doenças infantis mais perigosas, como o sarampo que, direta ou indiretamente, mata mais de dois milhões e meio de crianças por ano, ou a tóssferina que chega a um milhão de casos fatais, no mesmo período de tempo. Mas no caso da pólio, o remédio existe e é de fácil aplicação.

"Estamos diante de uma verdadeira tragédia, que afeta dois terços da população pobre do mundo e que deve ser eliminada, já que há meios para isso", afirma.

O pai da vacina antipólio insiste que o problema não é financeiro ou técnico, mas simplesmente prático e de organização.

E que não se trata apenas de entender ou acelerar os programas de vacinação, mas também de mudar a estratégia, de modo que se adapte às condições sanitárias e sociais dos países em desenvolvimento.

O importante, segundo Sabin, é compreender que no Terceiro Mundo é inteiramente inútil distribuir cartões de saúde ou criar centros de vacinação, como se faria no mundo industrializado, já que as mães nos países em desenvolvimento não podem deslocar-se de seu lar, porque não têm tempo, dinheiro ou meios de transporte. Por isso, é preciso levar a vacina a cada casa.

"Fala-se muito da AIDS — diz Sabin — que sem dúvida alguma é grave, enquanto ninguém se incomoda com os cinco milhões de crianças que, a cada ano, morrem por causa da pólio, do sarampo, do tétano ou da tóssferina."

ANGOLA: Combate ao tráfico de diamantes

A extração não-autorizada legalmente, a compra e venda ou qualquer forma de transmissão, bem como a prática de atos que conduzam à saída ilegal de diamantes de território angolano foram alvo de novas disposições de lei, aprovadas recentemente, pela Assembleia do Povo.

As novas disposições visam a um combate mais eficaz ao tráfico ilícito de diamantes e garantir um rigoroso controle da sua comercialização. Elas estabelecem penas que variam de 12 a 16 anos de prisão para os transgressores. A posse não-autorizada de diamantes em bruto ou não-lapidados, é igualmente considerada pela nova lei como crime.

Conselho Central Palestino define o alcance da luta armada

O Conselho Central Palestino (CCP) reiterou sua determinação de continuar a luta armada contra a ocupação israelense e de apoiar a luta dos palestinos que vivem sob ocupação. Num comunicado emitido ao final de dois dias de debates em Bagdá (Iraque), o CCP, que congrega o Comitê Executivo da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e o Conselho Nacional Palestino (CNP) — também chamado no exílio de Parlamento — condenou todos os atos de terrorismo dirigidos contra objetivos civis e declarou seu apoio "a todas as iniciativas de países árabes e amigos para se conseguir uma paz justa e global no Oriente Médio". Cabe ressaltar

que houve um esforço por parte dos dirigentes palestinos em deixar claro que a OLP se opõe a operações armadas fora de Israel e dos territórios ocupados.

Dessa forma, o CCP denunciou a incursão israelense contra os escritórios da OLP em Túnis e a interceptação do avião civil egípcio que transportava os sequestradores do navio Achille Lauro, por forças norte-americanas.

O CCP exortou o presidente do Comitê Executivo da OLP, Yasser Arafat, a cooperar com as partes interessadas em representar o povo palestino por intermédio da OLP em qualquer conferência internacional da qual participem os Estados Unidos, a União Soviética e os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Cuba: Fidel Castro e as religiões

□ Depois de encontros com os hierarcas das principais igrejas cristãs, incluídos todos os bispos católicos, o presidente de Cuba, Fidel Castro, demonstrou o interesse de seu governo em melhorar as relações com os grupos religiosos. As reuniões ocorreram em novembro passado, com o objetivo de analisar os problemas comuns.

"Estamos empenhados em criar um clima de compreensão e não o fazemos por objetivos políticos, mas para que os problemas se resolvam", disse Castro, durante encontro com os mais altos dirigentes das igrejas evangélicas da ilha, segundo informou Adolfo Ham, presidente do Conselho Ecumênico de Cuba.

Fidel ressaltou que "é preciso fazer algo mais do que coexistir e viver em paz. É necessário obter um clima em que os problemas ainda existentes desapareçam". O encontro com os sete bispos católicos foi o primeiro do governante cubano com hierarcas religiosos nos últimos 25 anos, e demonstrou, segundo observadores católicos, o desejo do governo de superar as principais divergências com a igreja católica.

Propósitos idênticos determinaram, também, a reunião com 13 destacados líderes das igrejas evangélicas, acontecimento inédito nos últimos 20 anos.

No encontro com os evangélicos, Castro foi indagado sobre o possível ingresso de cristãos no Partido Comunista, o único existente em Cuba. O presidente respondeu, de acordo com versões dos líderes religiosos protestantes, que "é uma questão histórica, para a qual neste momento

não estamos preparados".

Contudo, Fidel esclareceu que "talvez no futuro isso possa acontecer" e que espera que seu livro sobre religião ajude a vencer os preconceitos contra a religião e os crentes "tanto em Cuba como em outros países".

Fidel Castro estava acompanhado por Carlos Rafael Rodríguez, vice-presidente dos Conse-

lhos de Estado e Ministros, membro também do birô político do partido, e por José Carneado, chefe do Departamento de Assuntos Religiosos do Partido Comunista.

Ham, presidente do máximo organismo protestante cubano, qualificou de "muito positivo" o diálogo mantido com Fidel Castro. "É o começo de um diálogo que vai ser mantido com certa regularidade, a cada quatro ou



Reprodução da capa do livro de Frei Beto, resultado de diversas entrevistas do religioso brasileiro com o presidente cubano, Fidel Castro

seis meses", disse.

Durante a reunião, Fidel Castro leu trechos do livro de entrevistas que concedeu ao frade dominicano brasileiro frei Beto (Alberto Libanio Cristó), reunidas sob o título "Fidel Castro e a Religião", que acaba de ser publicado no Brasil, e cuja edição cubana deverá aparecer em breve. (Jesús García)

seis meses", disse.

Durante a reunião, Fidel Castro leu trechos do livro de entrevistas que concedeu ao frade dominicano brasileiro frei Beto (Alberto Libanio Cristó), reunidas sob o título "Fidel Castro e a Religião", que acaba de ser publicado no Brasil, e cuja edição cubana deverá aparecer em breve. (Jesús García)

Birmânia: a guerra esquecida dos karen

□ A morte de três jovens de origem européia, em outubro passado, durante um confronto entre guerrilheiros karen e soldados da Birmânia, provocou o interesse do mundo ocidental pela situação política nesse país do sudeste asiático, onde os nacionalistas karen, que se opõem ao governo central de Rangun, atuam há muitos anos.

to de ser morto.

Teriam ainda participado do confronto outros ocidentais que militam nas fileiras rebeldes, de acordo com imagens projetadas pela televisão birmanesa, que afirmou tê-las filmado em uma localidade que os guerrilheiros chamam de Tiker-Ney, na zona de Maelah, próxima ao departamento tailandês de Tha Song



A morte de três jovens de origem européia despertou a atenção do Ocidente para a guerrilha karen, que se opõe ao governo de Rangun

Jean Courrèges Clerq, de 28 anos, tombou em combate na região oriental do país, perto da fronteira com a Tailândia, num ataque de 150 guerrilheiros a 500 soldados birmaneses. Um dos jovens, cujo cadáver foi mostrado em fotografias, era de nacionalidade francesa e portava, ao que parece, um fuzil automático, uma granada e um rádio transmissor-receptor no momen-

to de ser morto. Yang, na província de Tak, 500 quilômetros a noroeste de Bangcoc (capital da Tailândia) e a 150 a leste de Rangun.

Sonny Wingate, de 23 anos, originário da Austrália e com domicílio legal na cidade britânica de Manchester, foi identificado pelas autoridades militares birmanesas como o outro dos três estrangeiros que teriam morrido em Tiker-Ney.

Reunidos em 1948 em uma zona da Birmânia, os karen mantêm desde aquele ano — quando a Birmânia se tornou independente da Grã-Bretanha — a luta por um território independente nesse país de pouco mais de 670 mil quilômetros quadrados, 37 milhões de habitantes, com jazidas de petróleo, estanho, carvão, chumbo, zinco, prata, cobre, antimônio, tungstênio e rubis, e rico em florestas, agricultura e rebanhos.

A etnia karen — uma das quatro principais do país, totalizando 40% dos 40 milhões de birmaneses — afirma contar com quatro mil efetivos armados. Segundo algumas fontes, os karen se abastecem de munições no mercado negro da vizinha Tailândia — país onde moram cerca de dois milhões de karen —, sem contar com nenhuma ajuda militar estrangeira.

Cristãos de estrita moral religiosa e declarados nacionalistas, os karen foram perseguidos com maior intensidade nos últimos dois anos pelo exército birmanês, que mantém na região duas divisões ligeiras em permanente combate ao contrabando e ao narcotráfico.

Ao contrário da tática de ataques constantes empregada antes de 1983, as autoridades birmanesas declararam sua decisão de cercar os rebeldes, limitando-se a uma ação apenas defensiva para preservar as suas bases de Mae Ta Wah, Mao Po Kai e Wong Kha.

Dirigentes da guerrilha karen afirmam controlar uma área de cerca de 700 quilômetros de extensão e algumas dezenas de quilômetros de largura na zona fronteira entre a Birmânia e a Tailândia, numa faixa montanhosa selvagem.

A guerrilha na Birmânia tem origens étnicas, como no caso dos karen ou dos kashin, e ideológicas, através dos combatentes liderados pelo Partido Comunista.

Paquistão: um desafio para a oposição

Desde que o presidente do Paquistão, Mohammed Zia ul-Haq, prometeu, em agosto passado, acabar com o regime militar que governa o país, é incerto o futuro dos proscritos partidos políticos de oposição. A maioria dos dirigentes oposicionistas, agrupados na coalizão de 11 partidos, o "Movimento para a Restauração da Democracia" (MRD), duvida que lhes sejam garantidas as liberdades necessárias para reintegrarem-se à vida política.

Zia ul-Haq tomou o poder em julho de 1977, através de um golpe militar. A partir daí, os ativistas políticos de oposição são presos ou mortos, segundo denúncia da Anistia Internacional (AI).

Os dispositivos da lei marcial em vigor provocaram a desorganização dos partidos e os isolaram bastante do povo. Foi proibida a realização de reuniões, de manifestações e a distribuição de panfletos. Depois da promessa de Zia ul-Haq de suspender a lei marcial, o MRD decidiu não entrar em choque com o governo, evitando manifestações ou reuniões públicas.

Quando a dirigente oposicionista Benazir Bhutto, do Partido do Povo Paquistanês (PPP), voltou do exílio, em agosto, para os funerais de um irmão, o governo a colocou sob prisão domiciliar, onde permanece confinada até agora. O PPP governou o país sob o regime de Zulfikar Ali Bhutto, pai de Benazir, de 1970 a 1977, quando ele foi destituído e posteriormente executado. O PPP é considerado a mais importante força política de oposição no Paquistão.

Pouco depois de prometer pôr fim ao regime militar, Zia

ul-Haq propôs uma lei para dar legitimidade a todas as medidas postas em prática por seu governo nos últimos oito anos, inclusive a lei marcial. A proposta foi aprovada pela Assembleia Nacional em outubro passado.

Esta assembleia foi eleita em fevereiro, num pleito boicotado pelo MRD, sob a alegação de que muitos dirigentes políticos estavam presos e que a liberdade de expressão e reunião não fora permitida.

É provável que o MRD peça a realização de novas eleições baseado na Constituição de 1973,

que prevê um regime parlamentar, porém o governo e seus partidários argumentam que o povo paquistanês está satisfeito com a atual assembleia e que não está preparado para votar.

"Se realizarmos eleições agora, surgirão grupos dissidentes no Parlamento e isso poderia aumentar o ódio, o que impediria qualquer possibilidade de uma reconciliação geral", declarou o ministro da Justiça, Iqbal Ahmed Khan.

Dirigentes da oposição reconheceram que a lei marcial os afastou do povo e desorganizou suas bases. Zafir Malik, do Partido Nacional do Povo (PNP), de oposição, e dirigente do Conselho Nacional das Liberdades Cíveis (CLC), denunciou que o governo "quer utilizar esse problema político-social como desculpa para prolongar seu regime e deter o processo democrático".

Aitezaz Ahsan, um famoso advogado especializado em direitos humanos e dirigente do partido moderado Tehrik E-Ishtiqal, assinalou que "além de tudo, Zia ul-Haq encontrou a maneira de usar tais intimidações



O presidente Zia ul-Haq (à esq.):
"O povo paquistanês não está
preparado para votar"



e coerções como nenhum governo anterior se permitira”.

Zafir Malik declarou que “na classe média do Punjab (a maior província do Paquistão) dificilmente se encontrará uma família em que um dos seus membros não tenha sido preso”.

“Com essas proibições à atividade política, é quase impossível o funcionamento dos partidos. E eles não são partidos clandestinos nem movimentos guerrilheiros”, disse Iqbal Hedder, do Partido Nacional Democrático Gommi Mahaz Azzadi. Hedder

permaneceu detido durante seis semanas, sem qualquer acusação, depois do regresso de Bhuto ao país.

Atualmente, existem no Paquistão cerca de 600 prisioneiros políticos, enquanto que no início da atual década esse número subia a milhares, segundo revelaram presos libertados e um comitê de apoio.

O regime de Zia ul-Haq não é o único problema enfrentado pelos partidos de oposição. Com 95 milhões de habitantes, o Paquistão está dividido por poderosos

movimentos nacionalistas dentro de cada uma das suas quatro províncias. Estes grupos não apenas ameaçam a unidade do governo central, como também a da oposição. Setenta por cento dos paquistaneses vivem fora das cidades e nem “os melhores partidos políticos têm sido eficazes nas áreas rurais”, segundo Abid Hasan Minto, dirigente do Partido Socialista do Paquistão (PSP). Ele afirmou que “os partidos andam sem rumo, sem saber o que fazer”. (Jefrey Hoff)

Bangladesh: Estados Unidos são partidários do regresso a um governo civil

□ O regime militar do presidente-geral H. M. Ershad sofre intensas pressões da administração norte-americana, para devolver a Bangladesh um sistema de governos civis, através de eleições.

O subsecretário de Estado norte-americano John Whitehead já dera ênfase a essa questão, segundo fontes diplomáticas de Dacca, quando se reuniu com o presidente Ershad, em visita de dois dias ao país, em outubro passado. A situação política de Bangladesh foi ponto importante nessas conversações.

Antes de deixar Dacca rumo a Katmandu, Whitehead declarou: “Reafirmei nossa convicção de que uma volta às instituições políticas representativas através de eleições é o melhor meio de alcançar a estabilidade e o progresso econômico a que aspira Bangladesh”.

Comentaristas políticos assinalam que as declarações públicas de Whitehead e do embaixador norte-americano em Bangladesh, Howard Schaffer, repre-



O regime militar do general Ershad aumentou a miséria do povo

sentam um sinal significativo de que Washington não leva em consideração o controvertido referendo que o presidente Ershad convocou a 21 de março passado, depois de proibir as atividades políticas, reforçar as disposições da lei marcial e fechar todos os estabelecimentos de ensi-

no. Como consequência dessas medidas, as principais forças de oposição do país decidiram boicotar o referendo.

Desde sua separação do Paquistão há 14 anos, Bangladesh recebeu mais de três bilhões de dólares de assistência econômica dos Estados Unidos, que só no ano passado concederam 200 milhões de dólares em subsídios ao país.

“Os golpes e contragolpes de Estado dirigidos pela CIA para derrubar governos do Terceiro Mundo democraticamente eleitos visavam à salvaguarda dos interesses norte-americanos”, afirmou um dirigente marxista local.

A maioria dos dirigentes da Liga Awami, o principal partido de oposição de Bangladesh, responsabilizou publicamente a CIA pela deposição do governo liderado pelo presidente-fundador do país e membro da Liga, Sheikh Mujibur Rahman, através de um sangrento golpe de estado, em 15 de agosto de 1975. Observadores políticos ressaltam que o prolongamento da lei marcial em Bangladesh silenciaria de vez a voz das forças políticas que ainda acreditam nos valores de um sistema constitucional. Nessa eventualidade, advertem, as soluções radicais e os caminhos violentos poderiam terminar por se impor. (Tabibul Islam)

Chile: depois de 12 anos de governo militar aumenta o número de oposicionistas na universidade

Encerradas em novembro passado, as eleições na Federação de Estudantes do Chile (Fech) apresentaram uma característica marcante: o crescimento dos votos de esquerda e de oposição, depois de 12 anos de regime militar, e uma queda da votação direitista.

O novo presidente da Fech, Humberto Burotto, foi apoiado por uma coalizão de seu Partido Democrata Cristão (PDC) e a Social Democracia, que obteve 5.650 votos (32,5% do total).

O Movimento Democrático Popular (MDP), de esquerda, teve 32,10%, com 5.573 votos, resultado que provocou uma série de comentários, já que essa coalizão é integrada majoritariamente pelo Partido Comunista, aliado ao Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), um setor socialista e independente de esquerda.

A direitista Frente Universitária (FU) alcançou uma porcentagem de 21,90%, com 3.802 votos dos 17.354 estudantes universitários que participaram da eleição da nova diretoria. No pleito de 1984, a Democracia Cristã obteve 33,30% dos votos e caiu para 32,50% em 1985, quando se aliou à Social Democracia. O MDP se uniu, no ano passado, com o grupo socialista e atingiu 32,40%; agora desceu para 32,10%. Se tivesse mantido a aliança com os socialistas (que tiveram 1.035 votos e 5,90%), sua porcentagem aumentaria para 38%.

Os estudantes de esquerda da Fech ficaram surpresos com o apoio recebido e assinalaram que, somados os votos do MDP, Bloco Socialista, trotskistas (0,40%) e Partido Humanista (1,80%), a porcentagem pode chegar a 40,20%.

A grande derrotada foi a FU, que no ano passado conseguiu 27,50% dos votos, unida aos nacionalistas. Mas nas recentes eleições, a Frente obteve 21,90% e os nacionalistas 1,10%, que perfazem um total de 23%.

Uma outra característica das eleições da Fech foi a não-participação de chapa representando o governo militar.



Fech: oposição a Pinochet

O resultado total percentual a favor da oposição foi de 72,70%, a qual defende basicamente o fim dos reitores militares designados pelo governo do general Augusto Pinochet nas universidades, e o retorno do Chile à democracia. Ao comentar a eleição da Fech, o dirigente de oposição e presidente da Internacional Democrata Cristã, Andrés Zaldivar, disse que "depois de um permanente discurso anticomunista do general Pinochet, o resultado é que agora na principal universidade do país existem mais comunistas do que há 12 anos".

O ministro do Interior, Ricardo García, reagiu, assinalando que se tentava utilizar politicamente a eleição estudantil e subestimou seu significado. Mas os meios políticos, tanto de oposição como da direita, e inclusive pró-governamentais, não escondem a importância dos resultados. Tradicionalmente, ressaltam, a Universidade do Chile foi, durante os governos democráticos, formadora dos principais dirigentes da sociedade chilena nos mais diversos setores.

Os estudantes universitários aumentaram de forma crescente a sua participação nas jornadas de protesto da oposição iniciadas em 1983, pedindo a normalização institucional no Chile. Paralelamente, manifestaram as suas próprias aspirações, que são a democratização das universidades através da eleição de autoridades acadêmicas e o fim dos reitores militares, a abolição dos aparelhos de segurança no interior dos campus e da figura do "dedo duro" e a recuperação da autonomia universitária.

A Fech foi um dos setores que convocaram a jornada anti-governamental de 4 de setembro passado e seus principais dirigentes foram detidos por ordem do governo. Em um protesto maciço, os estudantes decretaram uma mobilização por tempo indeterminado e saíram às ruas em protesto, criando uma situação tão conflitante que o Ministério do Interior libertou os seus líderes. Segundo as linhas estabelecidas para as eleições de novembro, deviam concorrer, num segundo turno, as duas primeiras maiorias, ou seja, a Democracia Cristã e a Social Democracia, e o MDP.

Este último, contudo, decidiu não participar e reconhecer a vitória do candidato do PDC, Humberto Burotto, em favor da unidade da oposição, evitando ao mesmo tempo que a direita apoiasse o PDC. (Luis Alberto Jara)

Zimbábue: preparativos para a conferência dos Não-Alinhados

Zimbábue, o mais jovem país da África, independente desde 1980, já iniciou os preparativos para a 8ª Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, a se realizar em Harare, em 1986.

De acordo com o ministro zimbabueano de Relações Exteriores, Witness Mangwende, um dos temas principais a serem debatidos na conferência deverá ser o do estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Na pauta dos trabalhos, também estão as futuras atividades do movimento.

O país anfitrião, cujo primeiro-ministro exercerá a presidência do Movimento dos Países Não-Alinhados durante três anos, alcançou, em cinco anos de independência, importantes resultados nos campos do ensino, saúde, infraestrutura econômica e agricultura.

Witness Mangwende afirmou que esses êxitos seriam ainda maiores, se não existisse o clima de tensão na região provocado pelo regime racista sul-africano, que procura desestabilizar econômica e politicamente os países vizinhos.

Para o chanceler zimbabueano, a comunidade internacional nunca teve, como agora, tanta necessidade do movimento, que pode e deve contribuir positivamente na busca de respostas e soluções para a justiça, a paz e a estabilidade mundial.

As questões regionais são de interesse prioritário para o Zimbábue, que concede importante ajuda aos povos sul-africano e namibiano, cujas vanguardas, o ANC e a Swa-

po respectivamente, lutam pela abolição do *apartheid* e pelo fim da ocupação da Namíbia.

Iêmen do Sul—Omã: Esforços para resolver problemas fronteiriços

O primeiro-ministro da República Democrática Popular do Iêmen, Haider Attas, disse que os governos de Aden e Omã continuam realizando esforços para solucionar a disputa de fronteiras entre ambos os países da península arábica.

Em entrevista ao jornal *Al Ittihad*, dos Emirados Árabes Unidos, Attas assinalou que os dois países, que reataram relações diplomáticas em 1984, estão decididos a "resolver todos os problemas e dificuldades relativos às fronteiras".

As conversações nesse sentido começaram por iniciativa do Conselho de Cooperação do Golfo Árabe (AGCC), do qual fazem parte Omã, os Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Kuwait, Bahrain e Qatar.

Attas declarou, ainda, que o Iêmen do Sul manifesta sua satisfação por estreitar os laços com o AGCC em todos os campos, para "preservar a estabilidade e a segurança da região e de toda a nação árabe contra os desígnios imperialistas".

Falta de Vitamina A causa cegueira infantil

Mais de meio milhão de crianças dos países subdesenvolvidos perdem a visão anualmente, por falta de vitamina A e dois terços delas

morrem semanas depois de serem atingidas. Outras, de seis a sete milhões, são também afetadas por doenças infecciosas, devido também à carência de vitamina A em sua alimentação.

Os dados são de um estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS), com sede em Genebra. Segundo esse trabalho, os países africanos ao sul do Saara são aqueles onde as crianças são mais atingidas.

África do Sul: crianças com fome

Três milhões de crianças negras são vítimas da fome na África do Sul, país que produz alimentos em quantidade 12% superiores às necessidades da sua população, segundo revelou o relatório anual do Instituto de Relações Raciais, divulgado em Joanesburgo.

A situação é bastante grave nos bantustões, especialmente no de Transkei, onde a taxa de mortalidade infantil atinge 190 por mil, uma das mais elevadas do continente africano. Nesta reserva tribal, proclamada "independente" pelo regime do *apartheid*, dois terços das famílias residentes não têm meios de subsistência.

A carência de habitação na África do Sul abrange todas as comunidades discriminadas — negros, mestiços e hindus — nos bantustões e subúrbios das cidades. De acordo com o relatório do Instituto de Relações Raciais, seria preciso construir no mínimo três milhões de casas por ano, para satisfazer às necessidades dessa grande maioria da população sul-africana.

África do Sul: líderes anti-apartheid recebem prêmio de direitos humanos

Os líderes da luta contra o sistema de discriminação racial na África do Sul, Winnie Mandela e os reverendos Allan Boesak e Frederick Beyers Naude, ganharam o prêmio Robert F. Kennedy de Direitos Humanos em Washington, em novembro de 1985, cerimônia na qual Mandela e Boesak não puderam comparecer.

Winnie, esposa do dirigente do ANC sul-africano, Nelson Mandela — preso em seu país há mais de 20 anos — e o reverendo Allan Boesak, da oposicionista Frente Unida Democrática (FUD), foram impedidos de sair da África do Sul, por proibição expressa do governo de minoria branca, do presidente Pieter W. Botha.

Em desafio à proibição oficial, que lhe nega o direito de estar presente em manifestações e de ter seu nome mencionado em



Reverendo Allan Boesak

público, Winnie Mandela se fez representar na cerimônia através de um filme feito para essa ocasião. Nele, ela atacou duramente o governo do presidente Ronald

Reagan, por sua política de "compromisso construtivo" com Pretória e afirmou que essa postura "fracassou miseravelmente".

Segundo Winnie Mandela, Washington considera que a libertação do povo sul-africano será uma derrota para a sua própria esfera de influência na região.

Boesak, que enviou uma mensagem lida por sua esposa Dorothy, declarou que o ex-senador Kennedy foi um "homem de visão", cuja visita à África do Sul em 1966 deu esperanças aos negros e mestiços sul-africanos quando "muitos de nós já não tínhamos mais esperança".

O reverendo Frederick Beyers Naude — que substituiu o bispo sul-africano Desmond Tutu recentemente como secretário geral do Conselho Sul-Africano de Igrejas — foi o único que pôde receber o prêmio pessoalmente.

Naude, de 70 anos, é filho de um dos fundadores do *Broederbond*, sociedade secreta à qual é atribuído o desenvolvimento da ideologia do *apartheid*. Naude foi proibido de aparecer em público durante sete anos, depois da fundação do seu Instituto Cristão Anti-Apartheid.

ÁFRICA DO SUL: Projeto para liquidar dirigentes anti-racistas

O arcebispo Desmond Tutu, prêmio Nobel da Paz, é um dos nomes incluídos numa lista recentemente elaborada pelos serviços secretos sul-africanos para um plano de liquidação física de dirigentes anti-racistas. Consta também na lista o nome de Patrik Lekota, dirigente da Frente Democrática Unida (UDF), e de muitos outros políticos, figuras públicas e sacerdotes sul-africanos, militantes do movimento anti-apartheid. Segundo o jornal norte-americano *Newsday*, já foram dados

passos concretos para o cumprimento deste plano.

Um grupo de assassinos especialmente treinados pelas unidades repressivas *Koevoet* deslocou-se recentemente para a África do Sul, proveniente da Namíbia, onde atua. Tudo indica que o grupo, à maneira dos esquadrões da morte centro-americanos, esteja agindo na África do Sul, com a conivência e o apoio dos serviços secretos deste país. De acordo com o *Newsday*, a vala recentemente encontrada na vila de Zvide com 50 corpos mutilados pode ser um sinal eloquente da atividade desenvolvida por esses mercenários.

NAMÍBIA: Transnacionais entravam independência

As ações de rapinagem dos monopólios imperialistas são um dos mais sérios obstáculos à concessão da independência da Namíbia. Esta denúncia foi feita por Javier Pérez de Cuéllar, secretário-geral da ONU, num relatório sobre as operações das empresas transnacionais no sul da África. Posteriormente, o relatório foi apresentado e discutido durante a Assembléia-Geral das Nações Unidas, em audiências públicas sobre as ações daquelas empresas na África do Sul e na Namíbia.

Estados Unidos: entre a mudança e a crise

É compreensível que as informações e as análises econômicas dos políticos e especialistas estejam normalmente centradas nos grandes problemas da superpotência norte-americana, porque seus efeitos repercutirão sobre todo o mundo.

Esses problemas — os déficits fiscal e comercial, as oscilações do dólar, a redução do crescimento econômico e os choques protecionistas — inscrevem-se contendo dentro de um quadro que nem sempre é considerado: as novas tendências da economia mundial e a estratégia de Washington orientada no sentido de consolidar sua hegemonia em um contexto de crise e de acentuada concorrência.

A produção de alta tecnologia (*high tech*) e os serviços (financeiros, seguros, informática, etc.) são os setores de vanguarda na economia contemporânea e seu desenvolvimento poderia compensar a perda da competitividade da indústria norte-americana tradicional.

O governo de Ronald Reagan está comprometido neste desafio e lançou mão de poderosos instrumentos para vencê-lo. O gigantesco déficit fiscal, cujo ritmo anual supera os 200 bilhões de dólares e cujo montante acumulado já ultrapassou a esterrecadora soma de dois trilhões de dólares (US\$ 2.000.000.000.000) foi empregado para financiar a corrida armamentista. Por sua vez, o gigantesco orçamento bélico estimulou a expansão da tecnologia de ponta, desde a eletrônica até a indústria aeroespacial.

Simultaneamente, Washington se lançou em uma grande batalha para liberalizar o intercâmbio de

serviços, exigindo que tanto os países industrializados como os subdesenvolvidos, derrubem as barreiras que obstruem a penetração norte-americana, que neste setor ostenta uma nítida vantagem internacional.

É óbvio que os governos tendem a proteger tanto a esfera da alta tecnologia como a de serviços, já que não está em jogo apenas a modernização da economia como também — no caso dos países do Terceiro Mundo — o desenvolvimento nacional. O governo norte-americano pressiona para que o Gatt (Acordo Geral de Comércio e Tarifas) aceite o seu projeto de liberalizar os serviços em escala mundial.

Reagan se apresenta como o paladino do livre comércio diante de um Congresso em que se acumularam 300 projetos de caráter protecionista e afirma a seus interlocutores que o único meio de deter essa tendência, consistiria em aceitar a contrapartida de abrir-se nos campos de serviços e de alta tecnologia.

Esta pretensão tem certa lógica diante de países como o Japão e a Alemanha Federal, cujos excedentes comerciais de cerca de 100 e 50 bilhões de dólares, respectivamente, equivalem ao atual déficit comercial norte-americano de 150 bilhões de dólares. Daí resulta que os bancos centrais da Europa Ocidental e do Japão aceitem coordenar-se para estimular a queda do dólar. A elevada cotação da moeda norte-americana tem um efeito semelhante ao de um imposto de mais de 20% sobre as exportações dos Estados Unidos, ou ao de um subsídio de igual montante em apoio

aos produtos estrangeiros que invadem o mercado europeu e japonês. Trata-se de potências que no passado se expandiram através do protecionismo e que hoje exibem uma industrialização madura. Mas em relação ao Terceiro Mundo, a ameaça norte-americana adquire uma outra dimensão. Vejamos um exemplo representativo, o Brasil. O país conseguiu graças a seus baixos custos, consequência de uma miserável remuneração salarial, penetrar com seus calçados e aços no mercado norte-americano. Ao mesmo tempo, protege o crescente setor de serviços e aprovou uma lei em defesa de sua incipiente informática. A política norte-americana significa uma ameaça total contra esta aspiração. O Brasil teria que revogar sua lei sobre a informática e deixar que a concorrência norte-americana arrasasse com a indústria nacional, para não sofrer represálias econômicas. O mesmo se daria no campo dos serviços.

Em troca desta atitude, que o converteria em um satélite nas esferas mais avançadas, o Brasil poderia colocar sem maiores dificuldades seus calçados e aços no mercado norte-americano. Isso geraria durante algum tempo um superávit comercial que seria destinado ao pagamento da dívida externa, cujos principais credores são os bancos norte-americanos. Mas ao fim de alguns anos a penetração no Brasil da alta tecnologia e dos serviços inverteria a balança comercial, tornando-a favorável aos Estados Unidos.

No fim do ciclo, portanto, o Brasil se acharia deficitário, dependente e com seu desenvolvimento comprometido. E os Estados Unidos teriam conseguido a hegemonia nos setores de ponta, captando para si os maiores dividendos do comércio internacional.

Os Estados Unidos têm se deparado com grandes dificuldades na estratégia que procuram seguir. O financiamento do déficit fiscal através de altas taxas de juro trouxe consigo um aumento excessivo do dólar e a consequente queda da

demanda da para produção interna. Este efeito negativo teve um peso superior ao do desenvolvimento dos setores avançados.

A consequência disso é que, depois de uma fase de vigorosa recuperação, a economia norte-americana caminha agora lentamente: o Produto Nacional Bruto que havia crescido em 7,1% em 1984, não chegará segundo as estimativas a 3% este ano. Este resultado demonstra a frustrada presunção de Reagan, para quem a expansão produziria abundantes rendimentos fiscais (impostos) adicionais, suficientes para cobrir o déficit federal. Verificou-se exatamente o contrário.

Até agora os setores de ponta não alcançaram senão parte de seus objetivos e ao mesmo tempo as indústrias tradicionais sofreram fortes pressões. Se as coisas continuarem desse jeito, o projeto global de Reagan e do *establishment* norte-americano terá fracassado e, se isso ocorrer, é provável o desencadeamento de uma guerra comercial e uma próxima recessão.

Em uma ou outra hipótese, os países do Terceiro Mundo serão os que sofrerão as piores consequências.

Se Washington insiste nas barreiras e na represálias comerciais, um país como o Brasil se veria diante da impossibilidade de pagar os juros da dívida e a suspensão dos pagamentos por parte dos grandes devedores poria em crise o sistema bancário norte-americano.

É evidente que uma sucessão de golpes e contragolpes prejudicaria todas as partes. Mas também é verdade que diante das novas tendências e desafios, os países subdesenvolvidos não têm por enquanto encontrado meios de harmonizar as suas políticas e, em tais condições, serão vítimas passivas das políticas das grandes potências. Só unindo-se poderão conseguir um tratamento aceitável para o seu endividamento. E só integrando-se poderão evitar que suas economias sejam subjugadas. ●

MPB independente

A opção consciente para o som nosso de cada dia



Radamés Gnattali

Mais que um disco a realização de um desejo.

"Há 40 anos queria fazer um disco como este, tocado só ao piano. Mas com uma música popular mais apurada, mais para concerto. Só agora consegui colocar isto em prática".

No disco: Carinhoso - Pixinguinha/ João de Barro, Ponteio - Edu Lobo/ Capinam, Corcovado - Tom Jobim, Cochicho - Pixinguinha, Preciso Aprender a Ser Só - Marcos/ Paulo Sérgio Valle, Manhã de Carnaval - Luiz Bonfá/ Antônio Maria, Chovendo na Roseira - Tom Jobim, Do Lago à Cachoeira - Sérgio Ricardo e Nova Ilusão - José Menezes/ Luiz Bittencourt.

Estória de João-Joana Um cordel musical de Carlos Drummond de Andrade/Sérgio Ricardo

Sérgio Ricardo faz a música para o único cordel escrito pelo maior poeta brasileiro, Carlos Drummond de Andrade. Este LP é um poema sinfônico popular, sintetizando toda a ritmica brasileira na voz e arranjos do autor. Orquestração de Radamés Gnattali, regência de Alexandre Gnattali e gravada por músicos da Sinfônica do Rio de Janeiro.



Pijama de Seda de Francisco Mario

Disco de solo de violão e viola onde Francisco Mario fez as músicas, os arranjos e tocou todos os instrumentos (até 8 violões em algumas músicas, além de flauta de pã).

De um lado as músicas refletem temas como "Ressurreição", "Espanhola", o "Dobrado Souza", "Violada Sertaneja". Temos, ainda, os chorinhos "Pijama de Seda", "Cocoeirinha" e "Saudade de Mim", além da modinha mineira "Faz que vai".

A outras face do LP é composta por temas sociais como "Terra Queima". Há, também, um tango para as mães dos desaparecidos políticos na Argentina intitulado "las Locas".

Pedidos para: Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupos 104 a 106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241 - Tel.: 242-1957 (021) ENTREGA IMEDIATA.

Desejo receber: () LP do Radamés Gnattali (Cr\$ 50.000) () LP do Francisco Mario (Cr\$ 50.000)
() LP do Sérgio Ricardo (Cr\$ 50.000) () Os três LPs por (Cr\$ 135.000)

Estou efetuando meu pedido por:

() Cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) à Editora Terceiro Mundo Ltda., remetidos juntamente com este cupom;
() Reembolso Postal (neste caso o porte será pago pelo destinatário).

Data: / / comprador

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: Cep.: Profissão:



Com o avanço do processo de democratização da América do Sul, aumentaram as expectativas da opinião pública latino-americana em relação aos reflexos que a nova conjuntura — particularmente a do Cone Sul — poderia ter na região centro-americana.

Seria simplista comparar os processos eleitorais acontecidos no Uruguai e na Argentina com os que tiveram lugar, recentemente, na América Central. Deduzir que há um paralelismo entre esses acontecimentos é demasiado arriscado. Esta matéria de capa dedicada à Guatemala, elaborada por colaboradores de cadernos do istmo centro-americano, mostra eleições realizadas num contexto muito diferente

das do Cone Sul: um regime militarista que sempre se recusou a assegurar a livre organização dos partidos políticos e que submete a população camponesa — majoritariamente indígena — ao recrutamento obrigatório. Um governo militar que convoca eleições enquanto que, inspirado na experiência norte-americana no Vietnã, constrói "aldeias modelo" para controlar a movimentação das zonas potencialmente propícias a apoiar os grupos rebeldes armados, recentemente unificados na União Nacional Revolucionária Guatemalteca (UNRG). Qualquer semelhança com as eleições que no Cone Sul reconduziram os povos a um sistema democrático... é mera coincidência.

Uma mudança de fachada

O primeiro governo civil das últimas décadas assume o poder, mas continua subordinado aos militares, sendo escassa a sua margem de manobra

O arcebispo da Guatemala, Próspero Penados, não vê o processo eleitoral como um caminho para a redemocratização de seu país, pois acredita “que depois de 15 anos de ditadura o exército não vai largar o poder assim”. Segundo o prelado, “os militares continuarão sendo o poder por detrás do trono”. Como ele, muitos guatemaltecos e centro-americanos receberam com ceticismo os resultados eleitorais e se esforçam em deixar claro diante da opinião pública internacional que as recentes eleições e o anunciado retorno ao poder civil promovido pelo general Oscar Mejía Víctores não podem ser comparados aos processos de redemocratização do Cone Sul latino-americano.

Ao contrário do que aconteceu na Argentina, Bolívia ou Uruguai, onde as eleições e a posse de um presidente constitucional foram o resultado do desgaste das ditaduras, na Guatemala a iniciativa partiu dos militares em um momento em que não estavam realmente ameaçados por um movimento crescente de massas, nem pelas ações de grupos guerrilheiros. A UNRG (União Nacional Revolucionária Guatemalteca), que reúne as diferentes organizações guerrilheiras que atuam no país, mostra uma consolidação

importante em vários departamentos, principalmente no norte, no noroeste e sudoeste da Guatemala, mas não era um desafio aberto para o poder militar.

A decisão de Mejía Víctores — um general que chegou ao governo através de um golpe de estado, em 1983 — de convocar eleições e transferir o poder aos civis estaria na verdade fundamentada, segundo analistas centro-americanos, no desejo do regime de romper o isolamento internacional em que se encontra o país e dar uma cobertura político-institucional para os planos contra-revolucionários que estão sendo levados adiante no país. Por outro lado, a crise econômica que a Guatemala enfrenta é a mais séria das últimas décadas e exige uma reformulação das alianças internas entre os setores dominantes e as forças armadas que pode ser obtida mais facilmente com uma fachada de governo institucional.

Os Estados Unidos fizeram muitas pressões a favor das eleições. Desde a época do general Ríos Montt, as relações entre Washington e a Guatemala vêm se deteriorando. A Casa Branca — atendendo a crescentes pedidos da sociedade e do Congresso norte-americano — afirmara na época, embora com timidez e sem muita convicção, que na Guatemala

os direitos humanos eram violados e a ajuda ao regime militar diminuiu consideravelmente.

Na verdade esse regime militar violava os direitos humanos em níveis sem precedentes no continente (mais de 38 mil desaparecidos desde 1966, segundo fontes ligadas aos grupos de parentes de vítimas da repressão) mas o que mais incomodava o Pentágono era a reticência dos generais guatemaltecos em enquadrar-se na estratégia de Washington para a América Central. Os norte-americanos nunca conseguiram que a Guatemala se unisse a Honduras e El Salvador na política ativa contra o regime sandinista da Nicarágua e contra o movimento revolucionário salvadorenho. Certamente os militares guatemaltecos nunca tiveram afinidades políticas ou ideológicas com a



O regime militar resolveu convocar eleições em um momento em que a guerrilha se consolida mas não disputa o poder



Hilda Renek Teixeira

A constatação de que as forças armadas permaneceriam como árbitros da situação provocou ceticismo na opinião pública guatemalteca

Frente Sandinista nem com a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. Mas, demonstrando uma percepção aguçada da geopolítica regional, não aceitaram converter-se em uma peça a mais do tabuleiro delineado pelos Estados Unidos.

O retorno a um governo civil é visto em Washington como um primeiro passo para a aproximação político-militar com a Guatemala, e por esse motivo fontes oficiais se apressaram em anunciar que agora “haverá maior receptividade para os pedidos de ajuda do novo governo civil”. O senador McDowell disse sem rodeios: “Os Estados Unidos têm interesse em que o novo governo da Guatemala chegue a ser uma peça chave para a sua política na América Central”, assim que tomou conhecimento dos resultados eleitorais.

As consequências da decisão do regime militar de ceder a cadeira presidencial a um civil não se fizeram esperar. A ajuda que a Guatemala recebeu dos Estados Unidos em 1985 — segundo informa a agência norte-americana Usis — foi de 101,5 milhões de dólares, ou seja, dez vezes mais do que em 1980. Em 1986 o novo governo receberá, segundo se anunciou, 77 milhões de dólares adicionais à ajuda normal, que por sua vez, será aumentada em relação a 1985.

Que margem de manobra tem o presidente civil?

Quando estava em campanha presidencial, o candidato da Democracia Cristã, Vinicio Cerezo — a quem todas as pesquisas já mostravam como favorito — afirmou que aceitava concorrer baseando-se em três condições: que o poder fosse realmente exercido pelos civis, que a Guatemala permanecesse neutra no conflito centro-americano e que a po-

lítica econômica visasse o benefício das classes populares.

Os militares não lhe responderam diretamente, mas procuraram formas de dar a conhecer à opinião pública de que a transferência do poder para os civis não significava que as forças armadas estivessem dispostas a delegar-lhes a iniciativa em relação à repressão à guerrilha, esfera na qual se reservavam o poder de decisão.

Nesse contexto foi sintomático um editorial do segundo maior jornal do país, *El Gráfico* — de propriedade do candidato presidencial da União Centro Nacional (UCN), Jorge Carpio, o segundo na preferência eleitoral — sobre as áreas que os militares definiam como de caráter estratégico. “Em comunicações, energia, hidrocarbonetos e segurança, o governo civil não poderá influir”, afirmava o jornal. E acrescentava: “Embora todos os candidatos presidenciais exijam que o exército os deixe governar sozinhos, as perspectivas de que esse desejo seja cumprido são muito remotas em um país que há anos se encontra em uma guerra sangrenta com uma guerrilha pequena, mas potente”.

Ao justificar essa reivindicação de reservar áreas de soberania para as forças armadas com o argumento que é necessário combater a guerrilha, o jornal estava chamando a atenção para um fato que, no fundo, não questionava: que os militares permaneceriam como árbitros da situação.

Esta constatação criou ceticismo na opinião pública com relação às eleições. A Associação de Estudantes Universitários (EAU) da universidade estatal de San Carlos, que reúne cerca de 50 mil estudantes, lançou um comunicado nas vésperas das eleições assinalando que “seja quem for que conquiste o governo tudo ficará na mesma”. E nesse

sentido a opinião dos estudantes coincidia com a do respeitado comentarista García Laguardia, que afirmava que "só existem candidatos da direita e da extrema-direita" e pouco se pode esperar de uma lista em que não podem concorrer candidatos de todas as tendências políticas do país.

Embora a guerrilha não tenha convocado ao boicote nem ao voto nulo, o abstencionismo em torno de 30% demonstrou uma vez mais que na Guatemala o maior partido político é o da indiferença eleitoral.

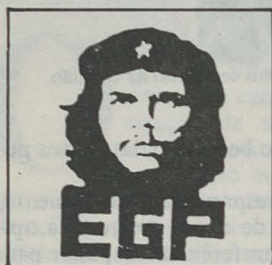
A UNRG se reorganiza

Como nenhum dos candidatos questiona os planos da contra-revolução, nem no fundo se opõe

realmente a que os militares continuem ditando as regras do jogo nesse terreno, a guerrilha guatemalteca anunciou que está se reorganizando para enfrentar a nova etapa. Para a UNRG está claro que com o respaldo da legitimidade que vão querer apresentar diante do mundo, os novos governantes e as forças armadas irão dar maior impulso aos planos da contra-revolução. E está se preparando para isso. Como um primeiro passo, a UNRG incentivou seu Departamento de Relações Internacionais a promover uma viagem de alguns integrantes da direção do movimento armado para fornecer aos governos e forças políticas latino-americanas uma visão do processo eleitoral guatemalteco e suas consequências, segundo a ótica da guerrilha.

Ramón Ortiz e José Luis Morales representaram

Compañero



O modelo das aldeias estratégicas

☐ Os militares criaram na Guatemala uma estrutura de poder paralela à do Estado, que chamaram "coordenadoria interinstitucional". Essa coordenadoria funciona a nível local, municipal, departamental e nacional, como um organismo paraestatal dirigido pelo chefe do estado-maior.

A Guatemala é dividida administrativamente em 22 departamentos, cada um dos quais tem uma base militar. Cada chefe de uma base é responsável também por uma coordenadoria. Outra das engrenagens deste poder paralelo são os "pólos de desenvolvimento", constituídos por uma rede de "aldeias modelo", assim denominadas pelo regime militar. O pólo de desenvolvimento procura modificar a estrutura do poder local e reorganizar a economia, orientando-a para a exportação.

De acordo com esse projeto, em zonas onde a guerrilha atua, tenta-se evitar a produção de milho, arroz, feijão — que segundo os militares, eram parcialmente desviados pelos camponeses para alimentar os guerrilheiros — e fazer com que se plantem ervilha, couve e aspargos, destinados à exportação.

As aldeias modelo seriam a réplica guatemalteca das aldeias estratégicas criadas pelos norte-americanos no Vietnã. Ali os camponeses estão sob controle e são obrigados a produzir o que o exército manda. Toda a colheita é controlada, assim como os movimentos dos indígenas, que formam a maior parte da população camponesa.

Por outro lado, ao serem criadas as coordenadorias interinstitucionais, o prefeito, os professores e todas as autoridades civis locais ficam subordinados ao chefe desse organismo, que é uma autoridade militar. Nas aldeias modelo, a autoridade máxima passa a ser o chefe do destacamento; nos departamentos, pode ser o chefe de uma base militar e, a nível nacional, é o chefe do estado-maior.

Assim como em 81 e 82, a população foi afastada da guerrilha com a política da "terra arrasada", acabando literalmente com todas as aldeias camponesas em que se suspeitasse haver colabo-

a UNRG na reunião do Parlamento Latino-Americano, em Montevideu, no fim de outubro passado e fizeram um giro por outros países latino-americanos. Conversando com **cadernos do terceiro mundo** eles comentaram que como os militares não confiam nos civis, os candidatos presidenciais se esforçaram por apresentar-se como uma alternativa de não-conflito com as forças armadas. "Na campanha eleitoral não se discutiu, por exemplo, a necessidade de uma reforma agrária ou de uma reforma tributária. O que se discutia era porque *não* a reforma agrária, porque *não* a reforma tributária, porque *não* a punição aos excessos dos militares durante todos esses anos", assinala Ortiz.

Para os representantes da UNRG o atual movimento armado guatemalteco é herdeiro das lutas populares da década de 50, quando os governos de Arévalo e Arbenz fizeram a reforma agrária, a reforma educacional, decretaram a total liberdade para a organização de partidos políticos e sindicatos. "Os atuais dirigentes do movimento revolucionário eram jovens militantes do processo dos anos 50, que com o golpe de estado viveram a terrível frustração da derrota".

Morales assinala que não só historicamente o movimento armado atual é herdeiro das lutas daqueles anos, como é visto desta maneira pelos

radores dos movimentos armados, agora o controle é feito diretamente, através da estrutura paralela montada pelo exército.

O regime militar apresentou diante da opinião pública internacional os pólos de desenvolvimento e as aldeias modelo como exemplo do caminho para promover o desenvolvimento das áreas rurais. Solicitou — e conseguiu — financiamento que, ao invés de contribuir para melhoria do nível de vida da população camponesa, foi engrossar o orçamento da contra-revolução.

Analistas da situação centro-americana afirmam que a estratégia dos pólos de desenvolvimento criou contradições entre as forças armadas e as classes dominantes guatemaltecas, que se negam a financiar esse projeto, acusando os militares de usarem os recursos em seu próprio benefício.

Paralelamente às aldeias modelo, surgiram as "patrulhas de defesa civil" formadas com os próprios camponeses que haviam sofrido a perseguição e o massacre com a política da terra arrasada. Quando os camponeses tentavam voltar às suas aldeias, o exército os obrigava a integrar-se às patrulhas civis. "Não podíamos nos negar a participar porque ficar contra o exército significaria expor-se a um novo massacre", explica um dos in-

camponeses das áreas onde a guerrilha atua neste momento. "Muitos camponeses indígenas se juntam às nossas fileiras com esse raciocínio: 'Se tivéssemos tido armas em 1954, não nos teriam tirado nossas terras'. Se em 54 estivéssemos armados, não teria havido invasão dos estrangeiros". Esse sentimento, segundo os dirigentes da UNRG, é o que mais favoreceu a integração dos indígenas à luta armada: a convicção de que a frustração e derrota do processo iniciado por Jacobo Arbenz não pode voltar a se repetir.

"Mas as classes dominantes também aprendem a lição", afirma Morales. "Para elas, reforma agrária, livre organização de partidos políticos, de



Através das "aldeias modelo" e das patrulhas civis o exército controla 800 mil pessoas

tegrantes dessas patrulhas. Cerca de 800 mil pessoas estão atualmente sob controle direto do exército nos pólos de desenvolvimento, aldeias modelo e patrulhas civis.

Entre as tarefas dessas patrulhas estão a busca de novos acampamentos guerrilheiros e o controle das aldeias modelo. Quando ocorre um conflito as patrulhas civis são as mais expostas, pois o exército as obriga a encabeçar a tropa.

"Por isso nós nunca disparamos enquanto os camponeses das patrulhas civis estão na linha de fogo", declarou Ramón Ortiz. "E os camponeses sabem que quando ocorre um conflito têm que se atirar ao chão e disparar para o ar, porque se não o fizerem podem depois ser fuzilados por cumplicidade com a guerrilha".



Compartido

A plataforma de luta das organizações revolucionárias permitiria construir em torno dela uma aliança política

sindicatos... nunca mais”.

A plataforma de luta que as organizações revolucionárias defendem, segundo explicam os seus representantes, é ampla e permite pensar em construir em torno dela uma aliança de forças sociais e políticas. Os principais pontos seriam: respeito à

vida, igualdade entre indígenas e mestiços, transformações econômicas que permitam iniciar um processo de desenvolvimento, uma verdadeira democracia institucional no âmbito interno e uma política externa não-alinhada e de cooperação com os países da área.

A ajuda israelense ao regime militar

☐ O apoio material do governo de Israel à Guatemala é o mais importante do Estado judeu a um país da América Central e, possivelmente, da América Latina. A cooperação entre Israel e Guatemala se iniciou em 1977, quando o governo Carter decretou o embargo de armamentos ao regime militar guatemalteco por suas violações aos direitos humanos.

As consequências para o exército guatemalteco foram sérias, já que sem armas não podia enfrentar o crescimento dos grupos guerrilheiros. Foi por essa razão que o regime decidiu diversificar suas fontes de abastecimento de armas, solicitando ao Estado de Israel que o suprisse do material que os Estados Unidos lhe estavam negando.

As principais vendas israelenses foram de fuzis Galil, submetralhadoras, tanques e aviões para

transporte de tropas. Mais recentemente, Israel enviou técnicos e tecnologia para a construção de uma fábrica de montagem de carros de combate na Guatemala. Ao mesmo tempo, assessora os serviços de inteligência com um sistema computadorizado, ao ponto de todas as tarefas dessa área dependerem na Guatemala do apoio israelense.

Fontes centro-americanas indicam que o assessoramento e a venda de armamento de Israel ao governo guatemalteco foram realizados com pleno conhecimento dos Estados Unidos, que teriam delegado ao regime sionista a “tarefa suja” de dar apoio à Guatemala. Fazendo isso diretamente, criaria dificuldades dentro dos Estados Unidos, o que Washington preferiu evitar.

A construção de uma fábrica de armas na Guatemala por parte de Israel, — que se encontra em fase de execução — teria por objetivo a padronização do armamento utilizado em toda a América Central, pois seria vendido a outros países da região a partir da Guatemala. Seria uma espécie de filial da indústria bélica de Israel na Guatemala.



O território da Guatemala, com um extensão de 108.889 km², é ocupado por 7,5 milhões de habitantes, 80% dos quais vivem e trabalham no campo. Apresenta um índice de analfabetismo de 67%, chegando nas áreas rurais a 95%. A esperança de vida da população se situa em 41 anos no campo e 56 nas cidades

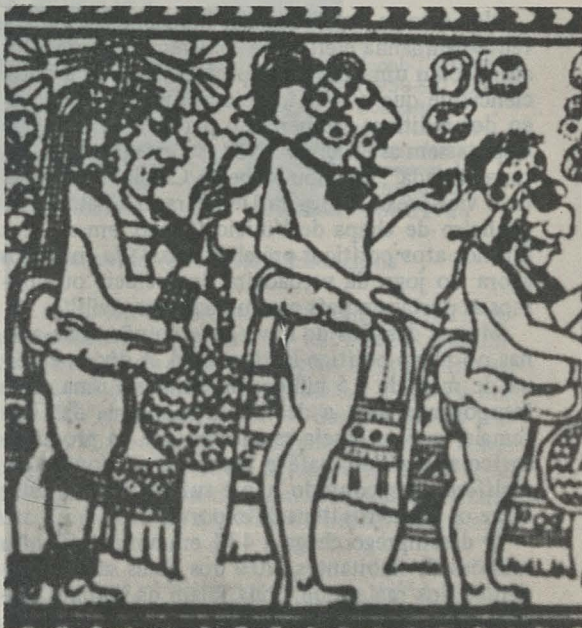
Os movimentos armados se unem

O processo de unidade começou aos poucos. Há anos que os diferentes grupos vinham conversando, coordenando ações. O impulso que tomou essa iniciativa permitiu que há três anos se criasse a UNRG, com o objetivo de convertê-la em uma alternativa de poder real para o país. Atualmente a guerrilha tem um programa único, uma concepção estratégica única e trabalhos conjuntos são realizados cada vez mais.

Este ano criou-se o Comando Geral da UNRG (ver *cadernos do terceiro mundo* nº 76) que permitiu realizar planos militares absolutamente coordenados entre as diferentes organizações, nas diferentes frentes guerrilheiras. As principais no momento são a *frente norte*, no departamento de El Petén, onde atuam as Forças Armadas Revolucionárias (FAR); a *frente noroeste*, principalmente nos departamentos de Quiché e Huehuetenango, onde atua o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP) e a *frente sudoeste*, nos departamentos de San Marcos, Sololá e Suchitepéquez, onde estão as principais bases da Organização Revolucionária do Povo em Armas (Orpa). O Partido Guatemalteco do Trabalho — nome local do Partido Comunista — também integra a UNRG, mas não tem grupos armados atuando em regiões específicas.

A UNRG não define um prazo para a “guerra

popular revolucionária” que está realizando. Mas estabelece que ela deve ser uma “combinação da luta militar com a luta política de massas e com a luta diplomática a nível internacional”.





O desemprego afeta 43% dos guatemaltecos, na maioria descendentes dos maias



A última cartada

Nos setores políticos mais independentes se viveu a campanha eleitoral e se vivem os momentos atuais com uma grande expectativa e com a consciência de que o desafio de aceitar as regras do jogo dos militares era perigoso para os partidos que disputassem as eleições. "Nós estamos jogando a última cartada", afirmou Roberto Carpio, o candidato a vice-presidente pela Democracia Cristã, companheiro de chapa de Vinicio Cerezo, em um dos últimos atos políticos pré-eleitorais. "Ou entramos agora no jogo da verdadeira democracia ou abrimos as portas do país para uma guerra civil".

Mas os desafios do novo governo não estão apenas no plano político-institucional. A dívida externa de mais de 2,5 bilhões de dólares é uma carga insuportável para a debilitada economia da Guatemala, que se baseia essencialmente na produção agrícola (algodão, café e açúcar) e na riqueza petrolífera, que contudo não é suficiente para estar entre os primeiros itens de exportação.

O desemprego chega a 43% em um país de oito milhões de habitantes, 70% dos quais são descendentes dos maias que ainda falam os idiomas *quiché*, *mam*, *kekchi* e *cakchiquel*.

A estreita margem de manobra do novo presidente civil em áreas chaves dificultará o seu desempenho e levou um importante comentarista centro-americano a afirmar que "a Democracia Cristã terá vencido, mas não poderá governar".

Para o movimento revolucionário, embora o início do período de governo crie certa expectativa, as circunstâncias deverão demonstrar que sua análise era correta e que na verdade estas eleições foram simplesmente um instrumento dos detentores do poder para manter as suas posições.

"Será iniciada então uma etapa em que ocorrerão concordâncias dos grupos revolucionários com outros setores políticos democráticos. Isso irá acontecendo gradualmente, pois a realidade irá se incumbir de promovê-lo", afirma Morales.

Para o dirigente da UNRG não é possível prever como irá se processar essa aliança de forças. Por isso, o movimento revolucionário não se coloca nenhum esquema, nem modelo para o futuro. "Prever agora uma ou outra forma de estruturar uma frente seria subjetivismo ou ambição de hegemonia da nossa parte. O que importa é ter claro que essa aliança deverá ser colocada e que devemos ser flexíveis para aceitá-la da forma como ocorrer". (Mária de Lourdes Gutiérrez)

A violência institucionalizada

Na Guatemala floresceu a antiga civilização maia. E apesar da violenta conquista do colonizador espanhol, até hoje cerca de 70% da população é de origem indígena.

Declarada a independência dos países centro-americanos no ano de 1821, iniciou-se uma nova etapa, com a participação direta do capitalismo inglês na exploração dos recursos humanos e naturais da região. Gradualmente os interesses britânicos foram sendo substituídos pelos norte-americanos, e já nos primeiros anos de nosso século se organiza a empresa *United Fruit Company* que se apropria das terras mais férteis, criando no interior da Guatemala verdadeiros enclaves cujo controle político, econômico, social e cultural passava a ser exercido diretamente pelos administradores norte-americanos.

A Guatemala, portanto, como toda a América Central, tem vivido desde o século passado sob o império da violência. Diversos caudilhos civis ou militares têm-se sucedido no poder, como por exemplo o presidente Jorge Ubico que no ano de 1933 fuzilou centenas de líderes sindicais, estudantes e opositores do regime em geral. Ubico implantou uma legislação repressiva contra os índios obrigando-os ao uso de uma carteira especial onde se controlavam os dias trabalhados. Foi este mesmo ditador que permitiu a isenção da responsabilidade penal aos proprietários das fazendas, institucionalizando a violência dos latifundiários contra os camponeses sem terra.

A experiência de Arbenz

Em 1944 Jorge Ubico foi derrubado por uma rebelião liderada por jovens oficiais e universitários de tendência liberal. Iniciou-se um período de dez anos de experiências reformistas, com o estabelecimento pelo presidente eleito, o filósofo Juan José Arévalo, de uma política previdenciária, a entrada em vigor do Código do Trabalho, o acesso à terra às comunidades indígenas, etc..

Ao mesmo tempo se organizava o movimento popular, o que possibilitou a eleição em 1950 de Jacobo Arbenz, cujo governo aprofundou a política reformista, chegando a promulgar no ano de 1952 a Lei de Reforma Agrária, que embora só afetasse as terras improdutivas e pagasse indenizações aos antigos proprietários, golpeava politicamente o latifúndio e contrariava diretamente os

interesses da oligarquia e da *United Fruit Company*.

Neste clima de polarização política, a propaganda norte-americana insinuava que havia um processo "comunizante" na Guatemala. Após uma longa campanha contra o governo constitucional, que inclusive contou com uma invasão vinda de Honduras e teleguiada de Washington, o presidente Arbenz renunciou em 27 de junho de 1954 iniciando-se uma escalada repressiva que persiste até os dias de hoje.

Em março de 1963 a Guatemala sofreu outro golpe militar, que inaugurou uma nova etapa repressiva, incorporando novas formas de controle político mais adequadas a um período de avanço das lutas sociais na América Latina. A partir de então o desaparecimento forçado de opositores ao regime — ou seus familiares — passou a ser a política sistemática do Estado.

Desde 1970 se sucederam no poder os generais Carlos Manuel Arana Osório (1970/74); Kjell Eugenio Laugerud García (1974/78); José Efraín Ríos Montt (1982/83) e o atual general Oscar Mejía Víctores.



O ex-presidente Jacobo Arbenz (1950-54) foi obrigado a renunciar por contrariar os interesses do latifúndio e da *United Fruit*

Os desaparecidos e os "desplazamientos"

O saldo desta política de extermínio foi o desaparecimento de mais de 35 mil pessoas, incluindo crianças, (mais do que na Argentina, um país com uma população quatro vezes maior) a prática dos chamados *desplazamientos* — deslocamentos forçados — da população indígena, trazendo como consequência a existência de cerca de 46 mil refugiados guatemaltecos no México segundo o Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados)¹.

¹Para a Comissão de Direitos Humanos da Guatemala os refugiados são em número de 150 mil pessoas.



O exército guatemalteco pratica abertamente uma política de terra arrasada contra os povoados

Neste quadro político surgiram diversas entidades de luta e defesa dos direitos humanos. No ano de 1978 foi organizado o "Comitê de Defesa dos Direitos Humanos da Guatemala", que iniciou seu trabalho de forma legal e aberta. Logo seus membros passaram a sofrer perseguições e, em setembro de 1980, sua coordenadora, a jornalista Irma Flaquer foi sequestrada, estando desaparecida até hoje. Muitos outros membros do Comitê tiveram sorte idêntica.

A partir de então se criou a Comissão de Direitos Humanos da Guatemala (CDUG), com sede no México, e subsedes em San José da Costa Rica, Manágua, Madri, Washington e Montreal.

Foi em meados de 1984, numa conjuntura denominada pelos militares como de "abertura democrática", e num momento de convocação para eleição de uma Assembléia Constituinte, que se formou o "Grupo de Apoio Mútuo - Pelo Aparecimento Com Vida de Nossos Esposos, Filhos, Pais e Irmãos" (GAM). Embora sem autorização legal para funcionar, tem atuado de forma aberta, divulgando a nível nacional o que ocorre no país no que se refere aos desaparecimentos forçados. Sua prática tem combinado uma série de manifestações públicas, com atos religiosos como missas na Catedral Metropolitana da Cidade da Guatemala e pressões sobre o Ministério Público - órgão que tem a competência de realizar as investigações para estabelecer o paradeiro dos desaparecidos, responsabili-

zando criminalmente os culpados. Os seus dirigentes chegaram até a se entrevistar com o ditador Mejías Víctores.

Fora estas entidades, o papel desempenhado por organizações a nível regional tem sido da maior importância na luta pelos direitos humanos na Guatemala. A "Comissão para a Defesa dos Direitos Humanos na América Central" (Codehuca) e a "Associação Centro-Americana de Familiares de Detidos Desaparecidos" (Acafade) têm desempenhado um papel relevante na unificação das lutas do povo da Guatemala com as lutas dos salvadorenhos, hondurenhos, panamenhos e costarriquenhos.

"Amargo e cruel"

No mês de julho de 1985 foi realizada na cidade de San José da Costa Rica a 7ª Assembléia-Geral da Codehuca. Nas suas conclusões, a Assembléia condenou as práticas do governo da Guatemala, que tem arrasado povoados inteiros, tem realizado diariamente execuções individuais ou coletivas, institucionalizou o desaparecimento forçado de opositores, tem construído "aldeias modelos" por todo o território nacional (que nada mais são que campos de concentração), além de estar recrutando pela força a população masculina para integrar as Patrulhas de Autodefesa Civil, um órgão policial repressivo de controle direto da população camponesa.

O Grupo Parlamentar Britânico de Direitos Humanos visitou a Guatemala no ano passado, denunciando as arbitrariedades ocorridas naquele país, e elaborando um detalhado relatório divulgado sob o nome de "Amargo e Cruel", em que informa à opinião pública internacional sobre a existência dos campos de concentração chamados de "aldeias modelos", as mortes e o encobrimento da realidade de exterminio pela política de "abertura" do general Oscar Mejías Víctores.

A cada dia, novos atos de força do regime têm desmascarado sua verdadeira face violenta. No dia 4 de setembro passado, por exemplo, a Universidade Nacional Autônoma de San Carlos, a maior da América Central, foi invadida por tropas do exército, deixando como saldo a morte de 13 pessoas - estudantes, professores e funcionários -, cerca de 400 feridos e mais de mil presos.

Num país com mais de 400% de inflação anual, com uma taxa de desemprego de cerca de 55%, com uma crise econômica que afeta diretamente o poder aquisitivo das camadas médias da população, a insatisfação já começa a chegar às ruas incorporando novos setores que antes não se mobilizavam contra o regime. (João Ricardo Wanderley Dornelles, mestre em Ciências Jurídicas, professor da PUC (RJ) e do Bennett, e membro suplente do Conselho Penitenciário - RJ)

A guerra psicológica

Baixar o moral dos camponeses indígenas é um dos pontos centrais da estratégia do exército guatemalteco

A manhece em uma aldeia do Quiché. Os primeiros raios de sol atravessam os ramos das grandes árvores. Parece um dia como outro qualquer: as mulheres que fazem *tortillas* já começam o seu trabalho, a família espera em torno do *comal*¹ e o calor do fogo ajuda a desper-
tar. Mas a circular que o exército distribuiu na véspera impede que, como sempre, se viva o momento com prazer. Ordenava a todos que se apresentassem nesse dia em uma das aldeias para assistir o castigo que os guerrilheiros iam receber.

As famílias obedeceram, não lhes restava outra alternativa.

Foram testemunhas de uma prática que o exército da Guatemala tornou habitual: o assassinato de parentes, amigos, vizinhos, conhecidos da região. Ou seja, foram submetidos a um dos métodos que ele utiliza como guerra psicológica, com o intuito de frear a combatividade, dissuadir o apoio à guerrilha e baixar o moral do conjunto da população considerada inimiga. Certamente, na Guatemala, para o exército o povo é inimigo, seja nas montanhas, nas planícies ou nas cidades.

Rigoberta Menchú, cujo testemunho foi premiado
Rigoberta Menchú: "Já era tarde demais"



do pela *Casa de las Américas* em homenagem ao seu dramático relato que ilustra o sofrimento e a luta indomável do povo indígena, narra da seguinte maneira: "Puseram em fila os prisioneiros, vestidos de soldados; o capitão que comandava o pelotão fez um discurso que interrompia a cada momento para ordenar ao pelotão que mantivesse de pé os prisioneiros. Erguiam-nos a coronhadas, mas eles caíam de novo. Ao terminar o discurso, o capitão declarou que todos os subversivos seriam tratados dessa maneira. E quando deu a ordem para que os despissem, foi preciso rasgar-lhes o uniforme, porque o sangue de suas feridas colou-o à pele. E vimos como seus corpos estavam desfigurados. Foram amarrados e amontoados; em seguida, o capitão ordenou que lhes lançassem gasolina e lhes ateassem fogo. Eu olhava para meu irmão, que não morreu logo, nem tampouco os outros. Havia os que gritavam; outros já não podiam gritar, mas continuavam se mexendo e seus corpos se retorciam. Por azar, em nossas casas não há água e não podíamos apagar o fogo que os queimava; quando a água chegou, já era muito tarde".

O altiplano ocidental da Guatemala, uma das regiões mais belas do país, onde vivem comunidades indígenas de origem pré-hispânica, é cenário

atualmente de uma guerra de extermínio. A quantidade de povoados e aldeias arrasadas, e o número de assassinados alcançam a cada dia cifras que ferem a consciência humana. Testemunhos como o de Rigoberta Menchú poderiam ser encontrados nos piores registros de violência na história da humanidade. Na Guatemala há milhares e milhares de casos tão dramáticos quanto este. Mas não só as comunidades do altiplano, como todos os habitantes — indígenas e mestiços — do território, são vítimas desta guerra, da qual uma das facetas é a guerra psicológica.

O ponto central dessa estratégia é desencadear mecanismos de inseguran-

¹ Disco de metal ou pedra colocado sobre o fogo para assar alimentos.



Novib

Companheiro



A guerra psicológica pretende evitar o apoio da população civil à guerrilha

ça, medo, desconfiança. Diferencia-se da propaganda política porque esta busca adesão, persuasão positiva, apoio às idéias e valores através da consciência e do entendimento, enquanto a guerra psicológica pretende neutralizar a atitude hostil às forças armadas ou a aberta colaboração das comunidades à guerrilha. Para alcançar esses objetivos não se utiliza agora apenas a força bruta, irracional, como se fez no passado para sufocar os motins e as rebeliões indígenas, mas empregam-se técnicas e procedimentos “científicos”, para cuja preparação contribuíram alemães, ingleses, franceses, norte-americanos, os quais com o eufemismo de “batalha pelos corações e mentes” e sob princípios psicológicos muito discutíveis, tentaram elevar ao nível de “ciência social” a contra-insurgência.

Diante da impossibilidade de conseguir o apoio político das massas e com o respaldo de argentinos, chilenos e israelenses, há muitos anos o exército vem aplicando a guerra psicológica na Guatemala, através da sua Seção G-5. A “técnica terra arrasada”, os massacres, o assassinato, de crianças, as campanhas maciças de propaganda, os chamados tribunais de foro especial, as buscas maciças nas cidades, constituem os elementos desta guerra especial que o governo e o exército realizam para enfrentar um compromisso coletivo cada dia mais amplo a favor da revolução.

“Em torno de 200 camponeses, homens, mulheres e crianças, foram decapitados por grupos paramilitares”, diz uma das inúmeras notícias de jornal que fornecem uma ligeira informação do que ocorre no país, dada a censura de imprensa nacional e estrangeira. Em muitas aldeias não restou vestígio de vida. Pujulil, Semajá Primero, Limonar, Petro Viejo, Xicojol, San Antonio Simanché, são apenas alguns exemplos.

Em algumas ocasiões, a repressão se dirige só a uma parte da população para gerar terror nos demais habitantes diante dos crimes de que são vítimas os seus conterrâneos. Publicamente, diante dos olhos dos camponeses, é fuzilada ou queimada viva a população escolhida. A onda de terror que fica se espalha, provocando a migração maciça para as montanhas, onde os camponeses passam fome, frio e sofrem de doenças, ou aumentando a migração para fora do país. Finalmente, como vem acontecendo nos últimos anos com milhares de colonos de Choatalún e San Martín Jilotepeque e outras regiões, o exército encurrala e captura grandes massas de camponeses que perambulam pelas montanhas para depois apresentá-los como vítimas da guerrilha e organizá-los nas “aldeias estratégicas”. Nesses casos, o governo e os meios de comunicação — sujeitos ao controle governamental — fazem o exército aparecer como “benfeitor” dos camponeses.

Um dado surpreendente e aparentemente inexplicável é o assassinato sistemático de crianças e até recém-nascidos indígenas. Quando o exército não aniquila toda a população de uma aldeia, as vítimas que escolhem seletivamente são em geral crianças. Esta prática, por si só terrível, tem o objetivo calculado de destruir o moral dos indígenas, para quem as crianças representam a so-



George Black

"A intimidação não deterá a luta do povo" é o lema para superar o medo da repressão



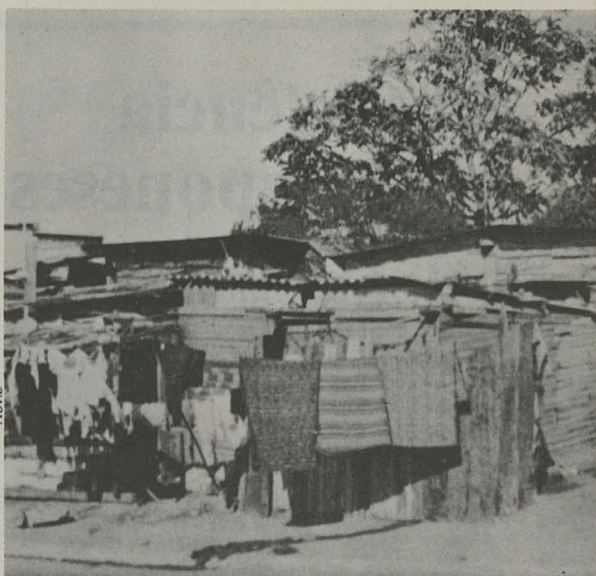
As comunidades indígenas são perseguidas com o objetivo de destruir os seus valores culturais

breviência de sua cultura, a conservação de sua raça. Na maioria das comunidades indígenas, as crianças ocupam um lugar especial: todos os esforços são feitos no sentido de protegê-las, dar-lhes as melhores condições possíveis. Nesse contexto, o assassinato de crianças visa a dar um golpe mortal no moral e nos valores culturais que sustentam as comunidades.

Tribunais de foro especial

Outra das formas de despertar o medo e a insegurança na população é a formação dos chama-

1985 - Dez./Jan. - 1986 - nº 85



Novib

Casebres pobres da cidade da Guatemala: a guerra psicológica chega até lá

dos "tribunais de foro especial", que têm a prerrogativa de julgar e condenar os acusados de serem guerrilheiros ou de colaborar com eles, sem respeitar nenhuma das normas elementares do direito universal consagrado historicamente. Embora no princípio os tribunais aparecessem anônimos diante da população e da opinião pública internacional, hoje se sabe que participam deles criminosos de guerra, membros do alto comando do exército. Vários jovens já foram condenados à morte e fuzilados por esses tribunais.

Na Cidade da Guatemala — principal centro político e administrativo do país — a guerra psicológica se dirige aos moradores dos bairros periféricos, operários e à classe média. As buscas maciças em diferentes comunidades periféricas e bairros, as revistas de surpresa de pessoas e veículos, os vôos noturnos de helicópteros com refletores focalizados em zonas e casas determinadas, as panfletagens em estradas e caminhos feitas por teco-tecos e a utilização dos meios de comunicação, são algumas das formas de guerra psicológica empregadas pelo exército guatemalteco. A tudo isso se somam os ataques relâmpagos aos acampamentos de refugiados, assim como a ameaça de classificar a solidariedade para com o povo guatemalteco no exterior como delito de "difamação internacional". (Antonia Campos, exclusivo para cadernos do terceiro mundo. A autora faz parte do Serviço de Informação e Análise da Guatemala (Siag), elaborado por jornalistas integrados à Associação de Jornalistas Democráticos da Guatemala (APDG) "Marco Antonio Cacao Muñoz".) ●

terceiro mundo - 33

A resistência dos camponeses

Um dirigente indígena relata a vida cotidiana nas zonas ocupadas pelo exército

A destruição de aldeias, os massacres de habitantes de povoações, os bombardeios aos acampamentos de resistência, as perseguições na selva, a devastação sistemática das plantações, os desaparecimentos e os assassinatos retratam a vida cotidiana de oito milhões de guatemaltecos, dos quais 80% são indígenas e mestiços radicados em zonas rurais.

Essa realidade de destruição e morte sistemáticas (através daquilo que se chamou "guerra limitada" ou "contra-insurreição") vem se delineando na Guatemala desde a década de 60, com a aplicação da doutrina de segurança nacional. Mas assumiu características mais brutais a partir de abril de 1982, quando o governo do general Efraín Ríos Montt lançou as campanhas *Victoria 82* e *Firmeza 83*, com base no "Plano de Desenvolvimento Sócio-Econômico em Apoio às Operações Contra-Subversivas".

A troca de militares no poder com o golpe de estado do general Oscar Mejía Víctores, que derubou Ríos Montt em agosto de 1983, não trouxe uma alteração na política oficial, mas significou um aumento do planejamento e coordenação da contra-insurreição nas

"áreas de conflito", onde as forças guerrilheiras, depois de uma retirada geral em 1982, ganharam novo impulso.

Também significou uma aplicação mais estrita das receitas econômicas do Fundo Monetário Internacional: reformas tributárias, criação de um mercado paralelo de divisas, elevação dos impostos e cortes orçamentários (que implicaram desemprego no setor estatal, mas não vigoraram para o Ministério de Defesa, cuja disponibilidade de gastos aumentou 37,5% com relação ao orçamento de 1984).

Traduzida em desemprego, estancamento da produção e inflação de 100%, a política do governo militar provocou maior agitação social, acarretou mais repressão e gerou novas contradições (como a que opõe, atualmente, o governo aos setores empresariais, acusados por Mejía Víctores de serem os causadores da crise econômica).

A "guerra de contra-insurreição" apresenta números alarmantes, como estes, dos últimos dois anos: 30 mil viúvas; 56 mil órfãos, recrutamento de 800 mil civis para as Patrulhas de Autodefesa Civil e inúmeras execuções extra-judiciais.

Como testemunho direto dessa realidade dan-

Boletim Justiça e Paz

tesca, todo o sofrimento e a resistência do povo guatemalteco transparecem na linguagem simples, concreta, quase fotográfica e deliberadamente contida de Pedro Hernández, membro da direção do Comitê de Unidade Camponesa, nesta entrevista aos **cader-nos do terceiro mundo**.

O dirigente indígena de 34 anos¹, que representa "os camponeses — índios e mestiços — de seu país, denuncia "em nome dos trabalhadores organizados da Guatemala, a manobra eleitoral montada pelos Estados Unidos com a ajuda de Formosa, África do Sul e Israel, como parte do plano de contra-insur-



Trinta mil viúvas e 56 mil órfãos: saldo da guerra contra-revolucionária

¹ Pedro Hernández vive, atualmente, na clandestinidade, na Guatemala. Ele nos concedeu esta entrevista em Havana, durante a reunião de sindicalistas latino-americanos.

reição que vem sendo aplicado na Guatemala". Para Hernández, cabe para o momento uma frase do *Popol Voh*, livro sagrado dos maias: "Que todos se levantem, que todos sejam chamados, que não haja um só grupo entre nós que fique atrás dos demais".

A unidade e a contra-insurreição

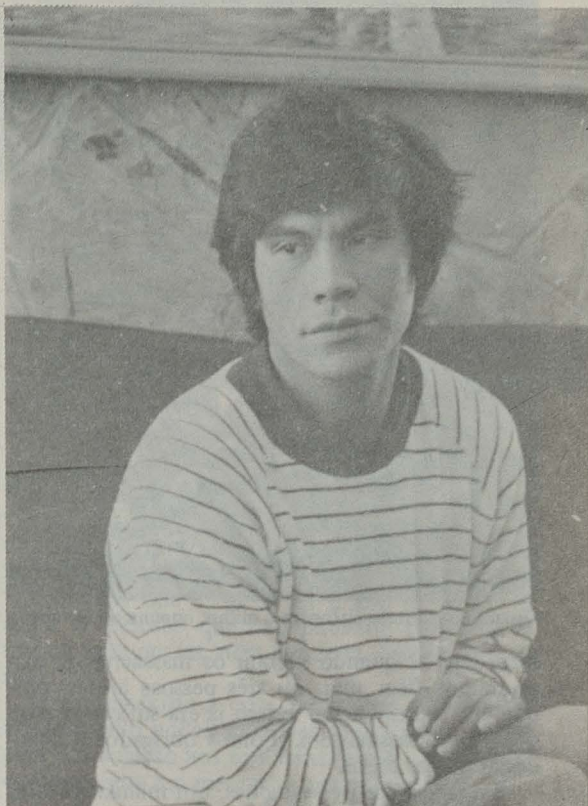
Já em 1984, o comandante Pablo Monsanto refletia sobre a necessidade de que a vanguarda revolucionária guatemalteca se colocasse à altura da disposição de luta das grandes maiorias do país. "O processo unitário — dizia — é irreversível, mas será necessário construí-lo na prática, dia a dia" (*cadernos* nº 66). O relato de Pedro Hernández constitui, nesse sentido, um ponto de referência sobre o caminho percorrido desde então.

Qual é a situação atual do campesinato guatemalteco?

— Extremamente dura, fecharam-nos todos os espaços. Nós nos mobilizamos em torno de medidas pacíficas para os nossos problemas: terra, saúde, educação e, ultimamente, pelo respeito às nossas vidas. A resposta? Massacre, repressão, assassinatos, balas. Quando pedimos terra, nos dão terra sim, a terra do cemitério, e até com a terra do cemitério se tomaram avaros, porque já não enterram mais os que matam, queimam. Hoje, nós, os camponeses, os índios e os mestiços lutamos organizados e combativamente, e aprendemos que a política da contra-insurreição só pretende afogar o povo em sangue, para impedir que se alcance o objetivo da libertação definitiva. Eles não querem abandonar seus interesses. Nós não vamos ficar assim, de braços cruzados, diante de tanta exploração e tanta discriminação, principalmente contra nós, os indígenas.

Quem são eles?

— Eles? Os ricos, ora, o governo e o exército. São eles que ditam a política e que a aplicam. A política deles, agora, a política de contra-insurreição, é de extermínio. Lançaram grandes ofensivas, realizadas por diferentes governos... É um projeto cuidadosamente tramado, não pelo governo da Guatemala, mas pelo dos Estados Unidos, pelos israelenses, por Formosa, pelo Chile e Argentina em anos anteriores; é a utilização contra o nosso povo das experiências trazidas do Vietnã. Para nós, a contra-insurreição significa o arrasamento de aldeias, com gente dentro das casas, com crianças, com velhos. Em quatro anos, arrasaram 440 aldeias; dessas 440, 227 sofreram massacres de populações.



Pedro Hernández: "Que todos se levantem"

O peixe e a água

A contra-insurreição é o pretexto para atacar as organizações populares, ou uma consequência da luta contra as organizações armadas?

— A política que eles utilizaram foi extraída da frase que diz: "O peixe, sem a água, morre". Para eles, a água é o povo. Eles dizem: "É preciso exterminar o povo ou atemorizá-lo, e assim o movimento revolucionário morre". Na verdade, nós não somos guerrilheiros; só exigimos terra, exigimos pão. Agora, como camponeses organizados, tomamos consciência de que, se queremos defender nossos direitos, não devemos entregar-nos ao exército.

Quais são as formas de luta que o movimento camponês organizado adota?

— Nossa organização se tornou conhecida em 1978. Até 80 fomos crescendo, nos estendemos por todo o território, tomando as ruas, fazendo manifestações, exigindo nossos salários diretamente aos patrões, elaborando reivindicações concretas. Nós nos conscientizamos. Quando alfabetizávamos os companheiros, fazíamos isso nas casas.



Latenamerika Nachrichten

Quando o exército encontra o milho, queima ou envenena

Mas depois, quando vieram os massacres, já não podíamos ficar duas ou três pessoas juntas, porque era "conspiração" e isso já era suficiente para que nos assassinassem. Fomos obrigados a abandonar nossas terras.

Por causa das perseguições, um milhão de refugiados foram para as cidades ou para a montanha, esconder-se na selva. Mas já não há mais onde nos refugiarmos para que não nos matem. E não queremos nos entregar ao exército, porque sabemos que eles são nossos inimigos, e não os guerrilheiros, como pretenderam nos fazer crer... Outros fugiram para países vizinhos: há 150 mil refugiados no exterior. Parte de nossa gente foi subjugada nas aldeias estratégicas, as "aldeias-modelo", que nada mais são do que campos de concentração.

Então, de que maneira lutamos agora? Nossa luta está aí, concreta: os que estão na selva (no que chamamos de aldeias de resistência) não se entregam ao exército. Quando o exército chega, nos retiramos organizadamente. Antes, saíamos em debandada; agora, não. A ordem é: não vamos deixar nem um grão de milho para o inimigo. E fazemos assim, porque estamos organizados.

Sobreviver é uma forma de lutar

Vocês destroem a colheita quando chega o exército?

— Depois dos bombardeios, dos arrasamentos, quando os companheiros abandonaram suas aldeias e foram para a selva, conseguiram levar um pouco de milho, de feijão e logo semearam para a

sobrevivência... Veja, isso é uma forma de luta: sobreviver, semear. E o que fazia o exército? Perseguiu-nos diariamente; quando encontrava milho, queimava ou envenenava, ou simplesmente se apropriava dele para consumi-lo e continuar massacrando. Quando o milho está no ponto, cortam; quando o milharal está seco, tocam-lhe fogo. E o que o exército pretende com isso? Vencer-nos pela fome. Nossos companheiros dizem: não nos renderemos, preferimos morrer dignamente, defendendo a nossa colheita².

Que consequências teve essa repressão?

— Contribuiu para que nos consolidássemos e isso os enfurece ainda mais. Nosso povo é inteligente, soube burlar o inimigo. Os companheiros que se foram para as cidades também procuram um modo de sobreviver. Tentam aliar-se à luta de seus habitantes, porque os problemas dos habitantes dos bairros marginais são os mesmos que os nossos: não têm casa, não têm água, não têm trabalho. Eles protestam também. Aí se pode ver claramente a solidariedade, a unidade da luta de nosso povo. Em plena cidade, também burlamos o inimigo.

Quanto ao que dizia anteriormente sobre a ajuda israelense: eles usaram os computadores³, mas nem com computadores se pode mais deter a luta, porque a causa é justa.

Não são só os camponeses que lutam; também os operários, os estudantes, os profissionais liberais, todos têm um objetivo comum, porque os sofrimentos que suportamos são os mesmos. Não nos confundamos: não digam que a luta na Guatemala já não existe porque não vemos tantas manifestações como em 80. O tipo de luta agora é diferente, em virtude da própria repressão.

Há uma direção unitária de todos os setores?

— Nós reconhecemos a Unidade Nacional Revolucionária Guatemalteca (UNRG), porque é a que consegue dar uma resposta a nossas reivindicações. A UNRG é composta por quatro organizações político-militares: as FAR (Forças Armadas Revolucionárias); o EGP (Exército Guerrilheiro dos Pobres); a Orpa (Organização do Povo em Armas); e o PGT (Partido Guatemalteco do Tra-

² A contra-insurreição também revela um caráter de etnocídio, pois a perseguição, os recrutamentos, os deslocamentos forçados e o confinamento nas "aldeias estratégicas" atentam contra a tradicional organização familiar indígena e o sistema de relações de solidariedade comunitária, que têm relação direta com o espaço geográfico onde as comunidades secularmente viveram e trabalharam, onde se situam os "lugares sagrados" e onde "habitam" os ancestrais. (N. do A.)

³ Hernández se refere a um sistema de controle populacional por computadores, centralizado nos fundos do palácio presidencial.



"Ríos Montt dizia que 1982 seria o ano da vitória, mas o exército não pôde controlar as massas camponesas"

balho). Isso não quer dizer que sejamos guerrilheiros, mas conhecemos os programas de governo que a UNRG propôs, que atendem aos nossos interesses, e por isso a reconhecemos. Eles trabalham de forma unitária. Nós, como povo, também estamos vendo como fortalecer essa unidade.

Qual é a reação dos camponeses diante da guerrilha nas áreas de guerra?

— Somos organizações diferentes, mas, se o exército nos assassina e os movimentos político-militares estão lutando contra os nossos assassinos, estão defendendo nossos interesses, nossas vidas.

Nunca o exército, o governo, atendeu aos nossos interesses. Atualmente, por exemplo, mantém subjugada a nossa população em aldeias estratégicas. Quem fez isso? O exército. Que condições de vida há ali? Milhares e milhares de pessoas estão concentradas nessas aldeias, obrigadas a integrar-se às Patrulhas de Autodefesa Civil, com o objetivo de serem melhor controladas. Não nos permitem plantar em nossa terra, nos obrigam a semear nessas aldeias, e, depois, nos dão uma parte insignificante das colheitas. Por isso, nós, os camponeses, compreendemos que o inimigo é o governo da Guatemala e o seu exército.

Uma manobra eleitoral

Qual é a situação militar atual?

— O exército sofreu sérios golpes e o movi-



Milhares de camponeses são obrigados a participar das patrulhas de autodefesa civil

mento guerrilheiro ganhou grande força, já não está mais na defensiva. Nós, camponeses, comprovamos que o exército não tem capacidade e que as diferentes organizações cresceram. Isso repercutiu diretamente no exército, dividindo-o. Ríos Montt dizia que 1982 ia ser o ano da vitória, e agora se percebe que não puderam controlar as massas camponesas, nem puderam destruir a guerrilha.

Também existe a crise econômica. Há divisões também pelo poder. Para eles, o poder não existe para dar solução aos problemas sociais. Eles vêem o poder como um meio para nos roubar mais.

A situação militar que você descreve altera o processo eleitoral?

— Claro! Querem mostrar uma imagem à opinião pública, querem aparentar que os militares se retiram, que virá um governo civil, mas tudo isso só visa a romper o isolamento internacional. Esse processo eleitoral nada tem de democrático.

Foi dito que o governo norte-americano vai aprovar a concessão de mais ajuda à Guatemala, porque com o novo governo — dizem — os problemas de direitos humanos serão superados. Mas, se não temos direito sequer de viver livremente! Um dado recente: em Patzún, Chimaltenango, a população está cercada. Sabemos que esses cercos terminam sempre em massacres. Onde está, pois, o respeito aos direitos humanos?

O que vai ocorrer é uma manobra eleitoral, que é parte do plano de contra-insurreição para esmagar a luta de nosso povo. Nossa sorte não vai mudar. A única coisa que vai acontecer é que os Estados Unidos vão aumentar a sua ajuda direta. Queremos denunciar isso e pedir também que se divulgue o que acontece na Guatemala, porque há um bloqueio informativo das transnacionais. Pedimos solidariedade efetiva para romper com esse cerco de silêncio. Se nós vencermos, será uma vitória de toda a América Latina. (Samuel Blixen) ●



O objetivo estratégico era realizar eleições antes que os partidos populares pudessem se organizar

O voto progressista

O eleitorado surpreende os conservadores e a direita, apoiando os partidos populares e inclinando-se pelas mudanças constitucionais

Para os leitores do exterior é necessária uma explicação inicial: a ditadura suprimiu as eleições nas capitais dos estados da federação brasileira e em cerca de 100 municípios considerados "áreas de segurança".

Esses municípios estão nas regiões de fronteiras ou próximos a instalações econômicas vitais como refinarias, hidrelétricas ou básicas como a empresa siderúrgica de Volta Redonda.

O lógico nessas eleições é que fossem realizadas simultaneamente com as parlamentares e

presidenciais. Mas, antes mesmo de eleger-se, o presidente Tancredo Neves anunciou que as realizaria, isoladamente, ainda em 1985. Morto Tancredo, o presidente José Sarney manteve o compromisso de realizá-las, embora a maioria dos governadores dos estados e importantes setores políticos as desaconselhassem para este ano.

A escolha da data não era assim tão inocente. O objetivo estratégico era realizar as eleições antes que os partidos populares, sobretudo o Partido Democráti-

co Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola e o Partido dos Trabalhadores (PT), dirigido por Luís Inácio da Silva (Lula), tivessem condições de organizar-se.

A maré contra

O momento era também muito desfavorável para Brizola. João Figueiredo — o último general-presidente da ditadura — negou qualquer apoio a seu governo e mesmo verbas orça-

mentárias que a União deveria transferir rotineiramente ao Rio de Janeiro por força da Constituição, não o foram.

O governo fluminense enfrentava assim até meados de 85, quando começou a campanha eleitoral, graves problemas financeiros e estava sob fortes pressões políticas da direita. A poderosa Rede Globo vinha assestando suas baterias contra Brizola enquanto os institutos de opinião pública, tipo Gallup (cuja sede central está nos Estados Unidos), publicavam pesquisas dando-lhe como vindo abaixo no apoio do povo. Esses institutos, sobretudo o Gallup, erraram de maneira peremptória, em muitas das suas previsões sobre resultados eleitorais e, hoje, a impressão nacional a seu respeito é que suas pesquisas vinham sendo manipuladas para tentar favorecer alguns partidos e candidatos e prejudicar outros. E o conseguiram, em parte, confundindo a opinião pública e favorecendo consideravelmente a direita.

Por outro lado, saído de uma série de crises internas, o Partido dos Trabalhadores não estava no seu melhor momento para disputar eleições.

A escolha da data do pleito foi, assim, do ponto de vista das forças conservadoras, inteligente. Reduziria à impotência dois partidos da esquerda, derrotaria Brizola na sua base principal, o Rio de Janeiro, reduzindo suas possibilidades de candidatar-se, com êxito, à presidência da República. E o mesmo deveria ocorrer com o PT no seu bastião de São Paulo.

Os resultados inesperados

Os planejadores da estratégia conservadora não avaliaram, no entanto, as profundas modificações que, a partir da luta contra a ditadura e da campanha por eleições diretas para a presidência da República, se produziram na opinião pública brasileira.

Subestimaram os sentimentos da maioria muito favoráveis às reformas na estrutura do Estado e a um novo modelo institucional de inspiração social. Foram, assim, colhidos de surpresa pelos resultados desfavoráveis do placar eleitoral.

O PDT foi o partido que mais cresceu. Quando a direita apregoava a derrota fragorosa de Brizola no Rio de Janeiro, os candidatos do PDT, senador Saturnino Braga e o líder das associações comunitárias Jó Rezende, ambos com uma plataforma de clara inspiração socialista, obtiveram maioria esmagadora, o dobro de votos dos quatro principais candidatos a eles opostos, unidos.

No interior do Estado do Rio, o PDT elegeu os prefeitos das duas maiores das quatro cidades onde houve eleições, Caxias e Volta Redonda. Essas vitórias foram consideradas chave para a futura disputa do governo estadual, marcada para novembro de 1986. A decisão sobre a terceira, Arraial do Cabo, está penden-

te de um pleito na Justiça Eleitoral.

Note-se que uma das chapas que concorreram com Saturnino no Rio, integrada pelo advogado Marcelo Cerqueira e o radialista João Saldanha, da Coligação do PCB-PC do B - PS (Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil e Partido Socialista), embora atuando em faixa própria, também se incluiu no conjunto das forças populares.

O PDT elegeu, também, por grande maioria (mais de 40% dos votos) o prefeito de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), o ex-deputado Alceu Collares. Além de integrar o setor mais combativo e progressista do PDT, Collares é negro, quebrando um falso tabu de que as populações do Sul, de forte ascendência europeia, não votariam num candidato com esta origem racial.

Mas, no interior do país, os resultados desse partido foram surpreendentes. Sua votação multiplicou-se em Manaus (Amazonas), Boa Vista (Roraima), São



Saturnino Braga e Jó Rezende: uma vitória esmagadora

Luís (Maranhão), Campo Grande (Mato Grosso do Sul), Maceió (Alagoas), Recife (Pernambuco) e outras capitais. Em Curitiba seu candidato, o urbanista Jaime Lerner, perdeu a eleição por menos de 20 mil votos.

Os resultados do PT foram igualmente muito favoráveis. Seu candidato a prefeito de São Paulo, deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, obteve mais de 800 mil votos, cerca de 20% do total.

O PT surpreendeu em outras

didato do PMDB.

Fortaleza é a capital de um estado considerado conservador e no qual os direitos da mulher ainda sofrem contestação. Por isso mesmo a vitória de Maria Luiza foi ainda mais expressiva.

Globalmente, os dois partidos — PDT e PT — que o governador Brizola costuma chamar de “primos”, foram os grandes vitoriosos nacionalmente.

Outro resultado surpreendente foi o de São Paulo, com a vi-

ção dominante e os seus apelos à mudança.

E agora?

Apesar dos resultados eleitorais serem tão nítidos, as forças conservadoras estão recorrendo aos seus métodos tradicionais. Deixar passar a “onda” para capear a tormenta, atraindo os progressistas do centro e a esquerda a um desgastante processo de negociações.

Mas que reformas deseja o povo brasileiro?

A primeira delas é o fim total do ordenamento jurídico da ditadura, que ainda predomina em muitos campos e ao qual os governos (União, estados e municípios) recorrem com frequência. Fim da atual Lei de Segurança, autoritária e opressora, e de outras do mesmo nível.

O povo quer uma nova ordem econômica. A que predomina é quase a mesma do regime autoritário, com muitas das suas figuras. A posição frente ao Fundo Monetário Internacional tem sido mais ativa que durante o governo Figueiredo mas está muito longe da independência que o povo exige. As declarações do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ao voltar de um encontro com De Larosière, diretor gerente do FMI, foram muito duras. “Não permitiremos mais que o FMI nos imponha sua política”, afirmou o ministro perante os senadores que escutavam seu relatório. Mas o povo deseja ver essas declarações transformadas em fatos concretos.

Os grandes conglomerados bancários nacionais dão as cartas no governo. O Banco Itaú fez o ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal e o Bradesco, o presidente do Banco Central, Fernão Bracher. Há muitos outros exemplos.

A prometida reforma tributária não chega e a que se anuncia pouco altera. O peso fiscal con-



A deputada Maria Luiza Fontenelle, do PT, conquistou a prefeitura de Fortaleza, capital de um dos estados mais conservadores

capitais como Goiânia (Goiás), onde perdeu por pequena margem, num pleito eivado de irregularidades, Aracaju (Sergipe) e Vitória (Espírito Santo), obtendo expressivas votações.

Sua grande vitória foi, no entanto, em Fortaleza (Ceará). As previsões eram que o PMDB ganhasse disparado com o deputado Paes de Andrade, um dos mais destacados quadros do partido. Tal não ocorreu.

A deputada Maria Luiza Fontenelle (divorciada, 43 anos), que figurava muito embaixo nas pesquisas, surpreendeu o país, ganhando as eleições: 159.846 votos contra 148.437 para o can-

dato de Jânio Quadros, por 1.572.454 votos contra 1.431.300 dados a seu opositor do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso.

A vitória de Jânio desmantelou politicamente o governo de Franco Montoro e ameaça provocar uma crise profunda no até então mais sólido baluarte do PMDB, que é São Paulo.

Jânio assumiu, na campanha, posições de direita, marcadas por um anticomunismo que relembra o velho macartismo. Mas a sua base eleitoral é popular e não foram suas antiquadas posições reacionárias que o elegeram senão suas críticas à situa-

tinua recaindo sobre as classes médias e os trabalhadores, enquanto a grande burguesia empresarial tem mil modos de burlar a lei.

O governo apresentou ao Parlamento um tímido projeto de Reforma Agrária muito longe de atender às urgentes exigências da economia no campo e dos trabalhadores. Mesmo assim está bloqueado pela furiosa reação dos empresários agrícolas.

Enfim, há muitas outras reformas de que se fala e sobre as quais nada se faz.

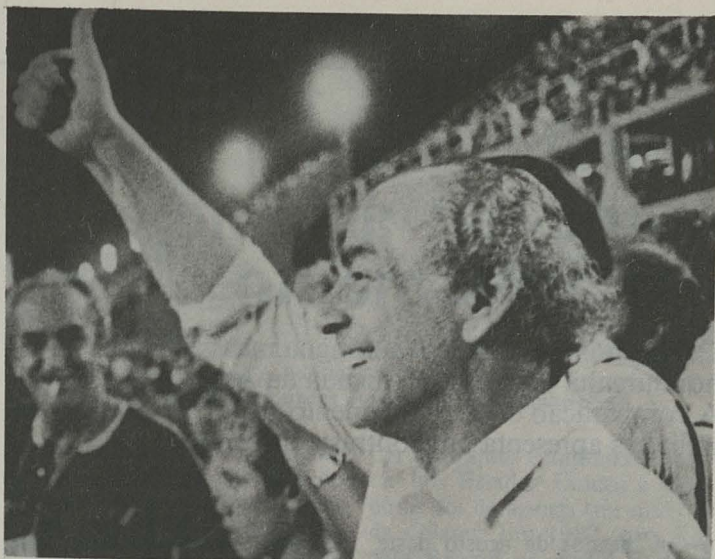
O maior desafio é, no entanto, a Constituinte. O governo e seus aliados conservadores decidiram que a nova Constituição seja votada pelo Congresso a ser eleito em 15 de novembro de 1986. As maiores expressões da sociedade civil — igreja, Ordem dos Advogados, associações comunitárias, além do PDT, do PT e dissidências dos outros partidos — reclamavam a eleição de uma Constituinte separada do Congresso comum, que se dissolveria quando terminasse sua missão de elaborar a nova Carta. O objetivo dessa separação seria evitar que as pressões políticas, econômicas e dos interesses locais menores terminassem por eleger senadores e deputados não-comprometidos com as reformas.

Tanto o governo Sarney como os partidos conservadores se opuseram a essa solução.

O futuro

O país está envolvido num grande debate sobre esses temas. Há nesse campo muito maior liberdade de discussão, embora a maioria dos meios de comunicação, capitaneados pela Rede Globo, não só se opõe a qualquer avanço social, como atua na permanente manipulação da opinião pública.

As realidades são, entretanto, desafiadoras e não há como fugir à sua pressão. A mais impor-



Ag. O Globo



O PDT de Brizola (acima) e o PT de Lula (esq.) foram os grandes vencedores das eleições. Ambos os partidos defendem a necessidade de uma estratégia conjunta para o futuro

tante é que o povo quer mudanças e votou por elas. O outro fato de grande repercussão é o crescimento das forças populares, nucleadas pelo PDT e o PT.

Daqui para diante não há como desconhecer o potencial eleitoral dos partidos dirigidos por Brizola e Lula. A tendência é que ambos amenizem suas divergências e procurem formular uma estratégia conjunta não apenas na Constituinte como para o futuro.

Será muito difícil ao PMDB sustentar sua unidade interna e muito mais ainda manter suas bandeiras reformistas. Espremido entre o governo, que integra

mas não assume, e o poderoso setor conservador instalado no seu comando, a tendência desse partido é ocupar o lugar do PDS (Partido Democrático Social), que foi o partido majoritário no autoritarismo, passando da centro-esquerda para a centro-direita.

Se o PDT e o PT entenderem adequadamente o atual momento e atuarem em conjunto, partindo de sua poderosa influência nos grandes estados, poderão fazer avançar o processo democrático brasileiro, disputando aos conservadores uma área maior de poder nas próximas eleições. (Neiva Moreira) ●

Honduras

Dólares para aumentar a fome e o armamento

Os camponeses morrem à míngua mas a força aérea hondurenha é a mais sofisticada da América Central. A comparação entre o orçamento social e os gastos militares apresenta um contraste dramático

Em meados de agosto deste ano, 300 médicos apoiados pelo pessoal auxiliar paralisaram por 48 horas os principais centros hospitalares de Tegucigalpa, San Pedro Sula e La Ceiba, as três cidades mais importantes do país, reivindicando maior dotação de recursos e o fim da corrida armamentista. O movimento contou com o apoio dos estudantes e professores da Faculdade de Medicina, do Colégio Médico e do Sindicato de Trabalhadores da Saúde.

Os profissionais denunciaram que nos hospitais do Estado não há remédios, roupa, seringas nem equipamento sanitário. Os centros de saúde às vezes chegam a atender a seus pacientes com água fervida e sabão no caso de ferimentos, dão aspirinas comuns para dores e nenhum medicamento especializado, mesmo quando se trata de doenças que requieram tratamento difícil.

O aumento do orçamento para a área de saúde em 1984/85 foi de 1,9%. Nesse mesmo período, o gasto com armas foi de 39%.

Os médicos afirmaram através de um comunicado que "se o país tem dinheiro para comprar armas destinadas a uma suposta defesa territorial, também pode tê-lo para manter o povo saudável - terceiro mundo

vel, pois, na verdade, é ele quem empunhará as armas". O documento acrescentava: "Nosso povo, doente, não precisa nem ser atacado. Basta esperar um pouco para que morra e vá para o cemitério".

Honduras conta com um médico para cada 2.600 habitantes, enquanto a Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece o mínimo de um médico para cada mil cidadãos. Segundo esses dados, um milhão e 200 mil hondurenhos não contam com nenhum tipo de assistência médica.

Paradoxalmente existem cerca de 500 profissionais sem emprego.

Camponeses e soldados: diferentes dietas

No segundo país em extensão geográfica da América Central, 72% da população passam fome. Desse total, um milhão e 176 mil pessoas — o que equivale a 42% dos habitantes — consomem por dia apenas uma sexta parte das calorias, proteínas e gorduras que o corpo humano exige em condições normais.

Enquanto isso, nas bases militares que os Estados Unidos possuem em território hondurenho, os soldados norte-americanos e seus colegas hondurenhos em visita contam com enormes frigoríficos que armazenam toda sorte de alimentos, desde carne e verduras até chocolate e guloseimas, e possuem uma rede de fornecimento dos mais variados sucos tropicais.

O campesinato de Honduras, por outro lado, constitui 70% da população e sua renda per capita é de 27 dólares. A renda dos restantes 30% — onde se in-



O orçamento de saúde aumentou 1,9%; os gastos em armamentos, 39%

cluem os integrantes das forças armadas — é de 417 dólares.

Mortalidade infantil e armamentismo

“Cinquenta crianças morrem diariamente em Honduras por diversas doenças ou por má alimentação”, afirmou em novembro de 1984 James P. Grant, secretário executivo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Essa realidade se mantém até hoje, quando diante dos olhos dos famintos, vítimas da mais grave crise econômica do país nos últimos 50 anos de história, desfila o mais sofisticado armamento de fabricação norte-americana, britânica e israelense.

Com uma esperança de vida de apenas 57 anos, Honduras ocupou, contudo, o primeiro lu-



Presidente Roberto Suazo Córdova (foto) a Ronald Reagan: “Estamos protegendo os interesses dos Estados Unidos a um custo muito baixo para o seu país”

gar na América Central e o quarto entre os países da bacia do Caribe em importação de armas entre 1975 e 1979, segundo o anuário (1980) do *Stockholm International Peace Research Institute* (Sipri).

Em 1980, no governo James

Carter, a ajuda econômica e militar dos Estados Unidos a Honduras foi de apenas três milhões de dólares. Em 1982, com Ronald Reagan no poder, o montante da ajuda chegou a 66 milhões de dólares. No período 1984/85 essa cifra aumentou pa-

AZCONA: “NÃO PERMITIREI A AÇÃO DE ANTI-SANDINISTAS”

☐ José Azcona, eleito presidente de Honduras num discutido pleito em novembro passado, — já que ele pessoalmente não obteve a maioria dos votos, mas sim o seu partido (o Liberal) em conjunto —, disse que a presença de grupos armados anti-sandinistas em seu país viola a Constituição e as leis nacionais.

“Como presidente de Honduras — afirmou — vou percorrer o país inteiro e ordenar uma investigação sobre esse delicado problema. Mas, asseguro que a lei será aplicada e eles (os *contras*) terão que levar a luta para a sua nação.”

O tema da presença maciça de contra-revolucionários — na sua maioria ex-guardas somozistas — foi um dos mais polêmicos da campanha eleitoral, quase tanto como a crescente influência militar dos Estados Unidos no país.

Para José Azcona, a presença militar norte-americana em Honduras “foi bastante limitada este ano”. Desde o início do governo de Suazo Córdova, os Estados Unidos aumentaram seus efetivos militares no território hondurenho, distribuindo cerca de mil soldados em diversos pontos do país.

Há mais de três anos, Honduras e os Estados Unidos realizam manobras conjuntas pratica-

mente ininterruptas, a maioria delas perto da fronteira com a Nicarágua. O governo sandinista acusa Honduras de permitir a utilização de seu território para treinamento dos grupos armados anti-sandinistas.

Por sua vez, o embaixador norte-americano em Honduras declarou que os Estados Unidos darão seu respaldo ao novo governo de Tegucigalpa, “por suas origens democráticas”. John Arthur Perch assegurou que Washington trabalhará tão estreitamente com o novo governo (que assumirá em janeiro de 1986) como fez com a administração do presidente Suazo Córdova.

José Azcona receberá o país com uma dívida externa de cerca de 2 bilhões e 500 milhões de dólares; um déficit fiscal superior a 400 milhões de dólares; um índice de desemprego de 25% e uma queda dos preços de produtos de exportação, como o café, banana e madeira.

Azcona foi eleito com menor número de votos que seu principal adversário, Rafael Callejas, do Partido Nacional; porém seu partido, o Liberal, foi o mais votado no cômputo geral dos sufrágios. A Constituição do país estabelece que deve ser proclamado presidente o candidato mais votado individualmente, mas o critério foi modificado pouco antes do pleito, o que permitiu a vitória de Azcona. Houve da parte do Partido Nacional uma tentativa de impugnar esse resultado, mas ela não frutificou.



Honduras abriga cerca de sete mil assessores militares norte-americanos permanentes e temporários, enquanto sua população padece de fome, morre de doenças curáveis e possui um elevado índice de analfabetismo



ra 140 milhões.

Com essa quantia se poderia, talvez, erradicar a mortalidade infantil que é de 117 crianças em cada mil. (A Organização Mundial de Saúde estabelece que ela não deve ser superior a 30 em cada mil crianças nascidas vivas.) Essa realidade adquire proporções mais graves se se levar em conta que as principais causas da mortalidade infantil são doenças curáveis: desnutrição, sarampo, anemia, malária e tuberculose.

Existe outro exemplo dramático: em 1984 houve 57 casos de crianças hondurenhas atingidas pela poliomielite. Essa doença foi erradicada totalmente há onze anos na Costa Rica e há quatro anos na Nicarágua.

Outro dado: com 60% de analfabetismo entre a população, o orçamento para a Educação Pública aumentou em apenas 3,3%. Em Honduras — como hoje na Costa Rica — existem “mais quartéis do que escolas e mais soldados do que professores”.

Em defesa dos interesses... dos Estados Unidos

O país cuja população passa fome, morre de doenças curáveis e possui um alto grau de analfabetismo tem, contudo, a maior força aérea da América Central.

A aviação militar hondurenha conta com aviões canadenses F-38, aravasy israelenses, caças *Super Mystere* franceses e um grande fornecimento de caça-bombardeiros *Dragon Fly*, A-37 usados na contra-revolução, *Cessnas*, *Douglas 130* e helicópteros UH-1H. O exército, por sua vez, conta com tanques ligeiros *Skorpion* ingleses, veículos blindados RBY israelenses e uma grande quantidade de caminhões de transporte de tropas, jipes, armamento pesado e fuzis de fabricação norte-americana.

Segundo um estudo divulgado em fevereiro deste ano pelo Conselho de Assuntos Hemisféricos (COHA), com sede em Washington, Honduras, que não conta com um número apropriado de médicos, abriga mil asses-

sores militares norte-americanos permanentes e cerca de 6.000 em manobras bélicas temporárias.

A chave desses marcantes contrastes talvez possa ser encontrada em uma carta que o presidente Roberto Suazo Córdova enviou a Ronald Reagan a 14 de julho de 1983, na qual expunha prioridades econômicas e, entre outros pontos, afirmava que “os interesses estratégicos dos Estados Unidos estão sendo protegidos a muito baixo custo” para seu país.

O presidente hondurenho — que antes de dedicar-se à política era médico clínico geral — assegurava: “O apoio orçamentário solicitado representará a longo prazo um custo relativamente baixo (para os Estados Unidos) se se levar em conta os riscos políticos e militares que Honduras está assumindo”. Finalmente, Suazo Córdova afirmava: “Estes riscos estão sendo assumidos não só em nossa defesa, mas na dos interesses vitais de nosso país”. (Roberto Bardini) ●

“Só as armas rompem o impasse”

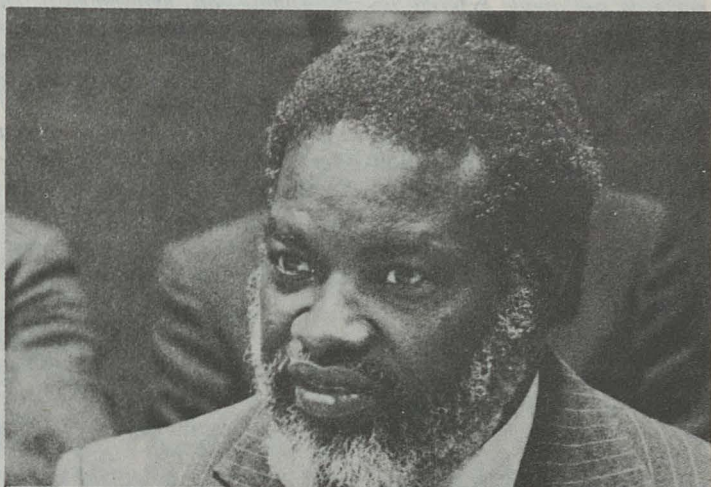
O líder da Swapo, Sam Nujoma, afirma, em entrevista exclusiva, que o bloqueio diplomático norte-americano e a ação sul-africana só podem ser vencidos através do aumento da atividade guerrilheira

Nos últimos cinco meses, o *front* diplomático na Namíbia entrou numa fase de quase paralisia total. O plano angolano apresentado em novembro de 1984 ao secretário geral das Nações Unidas foi rejeitado pela África do Sul, que, por seu lado, implantou em 17 de junho uma administração títtere na antiga ex-colônia alemã, em aberto desafio à ONU e à opinião pública internacional.

O Grupo de Contato também deixou de existir. A situação voltou virtualmente à estaca zero. Em Luanda, o presidente da organização de libertação nacional da Namíbia (Swapo) analisou a situação interna e externa de seu país, afirmando que no momento os nacionalistas da Namíbia só podem contar com as suas próprias forças para tentar acabar com a ocupação ilegal pela África do Sul. Na entrevista a *Cadernos*, Nujoma garante: “Ao falar de nossas próprias forças, queremos pura e simplesmente dizer: nossas próprias armas”.

Como está a situação interna na Namíbia, atualmente?

—A situação em meu país é extremamente explosiva, como resultado da escalada de violência e repressão deflagrada pelas forças de segurança da África do Sul. No dia 17 de junho de 1985, o governo racista sul-africano impôs pela força um regime títtere na Namíbia, num ato que foi denunciado por todos os governos africanos, pelos



Sam Nujoma: “Cedo ou tarde conquistaremos a independência”

movimentos que lutam contra o *apartheid* e condenado pelas Nações Unidas. Paralelamente, aumentou a repressão aos nacionalistas dentro do país, com espancamentos e torturas de todos aqueles que se manifestaram contra a implantação do governo fantoche, como aconteceu no próprio dia 17 de junho em Windhoek, e no dia 25 de agosto, quando foi comemorado o início da luta armada contra a ocupação racista.

Vinte e dois dirigentes da Swapo foram detidos em Windhoek e estão à espera de julgamento. Apesar do uso de carros blindados, armas sofisticadas e de uma grande mobilização de soldados, a resistência contra a África do Sul continua e tem aumentado desde o começo deste ano. Em julho, realizamos vá-

rios ataques contra cidades e unidades militares sul-africanas no norte e no nordeste da Namíbia, mostrando que nossas forças guerrilheiras continuam ativas e na ofensiva. Apesar das enormes dificuldades que enfrentamos, consideramos que é inevitável a independência de nosso país, mais cedo ou mais tarde. Estamos absolutamente convencidos disto.

A resistência contra o apartheid na África do Sul pode ajudar a luta da Swapo?

—O levante da maioria negra na África do Sul é complementar na nossa luta. A rebelião das massas oprimidas contra o regime do *apartheid* ajuda a nossa guerra. É por isto que estamos decididos a intensificar também a nos-

sa campanha contra a ocupação racista, sabendo que quanto mais soldados brancos forem mandados para a Namíbia, mais vulnerável ficará o governo racista de Pretória, tanto no *front* econômico como no *front* militar interno.

O senhor acredita que as atuais dificuldades econômicas do apartheid, que foi obrigado inclusive a suspender o pagamento de parte da sua dívida externa, podem afetar a presença militar sul-africana na Namíbia?

— Seguramente. Se não fosse por causa do chamado “engajamento construtivo” da administração Ronald Reagan, a política colonialista e racista da África do Sul já teria entrado em co-

Reagan que veio em socorro do regime de Pretória com uma ajuda de 1,7 bilhão de dólares, através do Fundo Monetário Internacional. Agora, a situação é bastante parecida. Estamos seguros de que vamos cobrar um preço muito alto pela ocupação da Namíbia. Um preço que ficará cada vez mais caro.

“Um novo tipo de relacionamento”

Diante do agravamento da guerra na Namíbia, alguma empresa transnacional já tentou entrar em contato com a Swapo, especificamente agora que a ONU parece estar decidida a usar a legislação internacional que proíbe a exploração de recursos naturais do seu país por empresas

é a de que elas estão lá funcionando sob um regime de ocupação ilegal. Portanto, exigimos que saiam. Mas tão logo chegemos à independência, é claro que o futuro governo terá relações diplomáticas com todos os governos que reconheçam a nossa soberania. Assim, também é lógico que teremos relações comerciais com todos estes países, incluindo as empresas transnacionais neles instaladas. E assim poderemos chegar a um novo tipo de relacionamento.

O Conselho das Nações Unidas para a Namíbia manifestou recentemente a sua disposição de processar o governo da Holanda por violação do decreto número um, que prevê sanções contra países e suas respectivas empresas (públicas ou privadas) que explorem recursos minerais da ex-colônia alemã. Como a Swapo vê este processo? Ele está em andamento ou não passou de uma mera advertência?

— O Conselho da Namíbia, sendo a autoridade legal, tem o direito de punir as empresas e governos que colaboram com a ocupação ilegal da África do Sul. O Conselho também é reconhecido como o instrumento legal para tentar preservar as riquezas da Namíbia contra a exploração predatória. Assim, apoiamos todas as medidas que visem atingir este objetivo, e impeçam as companhias de explorar nosso povo, pagando salários de fome e provocando a miséria.

Não podemos ficar indiferentes ao fato de que estas empresas estão tendo lucros altíssimos, enquanto o nosso povo não tem acesso à divisão de riquezas extraídas de nosso solo. Se houvesse uma distribuição justa dos benefícios da exploração de minerais por exemplo, estamos convencidos de que não haveria em nosso país nenhum cidadão passando dificuldades. Somos um dos maiores produtores mun-



Tropas sul-africanas na Namíbia: “Quanto mais soldados brancos forem mandados para nosso país, mais vulnerável ficará o governo de Pretória”

lapso, por falta de recursos financeiros. Mas graças ao apoio financeiro do imperialismo norte-americano à minoria branca racista, o *apartheid* tem se mantido durante todo este tempo. Eu me lembro que no final de 1982, quando a economia sul-africana enfrentou enormes dificuldades, foi a administração de Ronald

estrangeiras?

— Algumas destas empresas envolvidas com negócios de mineração já deram a entender através da imprensa que tão logo a Namíbia se torne independente, estariam dispostas a conversações visando cooperar com o futuro governo de maioria africana. Nossa posição no entanto



A política de violência do *apartheid* só foi possível graças à ajuda de governos ocidentais

diais de diamantes e de urânio. Temos também cobre, carvão, ouro, petróleo e gás, em sua maioria inexplorados.

Que outros países podem ser acusados também com base no decreto número um?

— Eu poderia mencionar os Estados Unidos, a Inglaterra, a Bélgica, França e Alemanha Ocidental. Estes países não só violam o decreto número um, como também violam o embargo da venda de armas para a África do Sul, tornando militarmente possível a continuidade da ocupação ilegal da Namíbia.

Os falsos administradores

Como o senhor analisa o comportamento do chamado "governo interino" desde junho, principalmente os atritos surgidos entre os administradores fantoches nomeados pela África do Sul?

— A rigor o "governo títere" não teve nenhuma repercussão junto ao povo da Namíbia. A única coisa que eles procuram é receber o salário pago por Pretó-

ria, e que totaliza cerca de 40 mil dólares por ano. É com este dinheiro que os racistas procuram subornar aqueles que aceitaram o triste papel de fantoches e de traidores. Nós simplesmente os ignoramos. A presença destes falsos administradores serviu apenas para intensificar a nossa luta de libertação. Os fantoches estão brigando por posições principalmente pelo cargo que eles denominam de "primeiro-ministro". Os que há mais tempo servem aos interesses de Pretória afirmam que têm prioridade no preenchimento do cargo, que dará ao seu ocupante um salário maior.

Esta luta por vantagens está sendo manipulada pelos racistas para manter o controle sobre o "governo interino" e assim prolongar a ocupação ilegal. Na verdade, os assuntos envolvidos nesta polêmica são absolutamente secundários nas grandes preocupações de nosso povo, que quer liberdade, justiça e condições de vida mais justas.

Esta luta pelo poder serve também para que a África do Sul confunda a opinião pública so-

bre seus planos para criar na faixa de Caprivi um bantustão¹, que posteriormente seria declarado autônomo da Namíbia. Já existem alguns políticos racistas preparando o texto de uma "constituição" para Caprivi, dentro do projeto de "balcanizar" a Namíbia, a exemplo do que já tentaram fazer com Walvis Bay², o maior porto marítimo de nosso país.

O senhor poderia falar da estratégia militar da Swapo?

— Nossa estratégia tem sido sempre a mesma: tornar impossível a vida dos racistas na Namíbia. Já estamos lutando há 19 anos e temos a energia e a dispo-

¹ Reservas negras criadas pelo governo para abrigar a população africana

² O regime de Pretória sempre afirmou que mesmo na eventualidade da Namíbia se tornar independente, a África do Sul manteria o controle político-militar sobre o porto de Walvis Bay. Trata-se do maior porto do país e um dos mais importantes do Atlântico Sul, pela profundidade das águas na região, que o tornam operativo mesmo para embarcações de grande calado.



"Nosso povo não tem outra alternativa senão apoiar-se nas armas para abrir o caminho para a independência"



sição de continuar outros 19 anos, se for necessário. Não conseguimos até agora alcançar o nosso objetivo exclusivamente por causa do apoio militar que governos ocidentais dão à África do Sul.

Washington provoca o impasse

Como o senhor analisa o impasse atual em torno da aplicação da resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas?

— O impasse é uma consequência da chamada "política de engajamento construtivo" adotada pela administração Ronald Reagan. É o resultado do apoio militar e logístico a Pretória. O que, na verdade, não é novo. Na

década de 70, Henry Kissinger divulgou o chamado documento número 39, pedindo que os Estados Unidos apoiassem a repressão salazarista aos movimentos de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. É o mesmo imperialismo norte-americano que apóia o expansionismo sionista no Oriente Médio. Com tanques e aviões norte-americanos, Israel assume ares de grande potência contra os países árabes e especialmente contra os palestinos. Na África Austral, acontece quase o mesmo, com a África do Sul. Portanto, o impasse na libertação da Namíbia tem uma única origem: Washington.

Depois da independência, a Swapo vai exigir indenizações

das empresas transnacionais que hoje estão explorando recursos naturais da Namíbia, violando o decreto número um?

— Isto depende. Nós advertimos que elas têm que sair agora, porque estão operando sob um regime ilegal e não são bem-vindas para o povo da Namíbia. Mas após a independência, seremos os senhores de nossas próprias riquezas naturais, portanto poderemos agir conforme o nosso interesse. Após a independência, o povo chegará ao poder e caberá a ele determinar o tipo de atitude que será tomado com relação às firmas transnacionais.

Qual é a situação atual do chamado "grupo de contato"?

— Este grupo, composto pelos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Alemanha Ocidental e França, está virtualmente paralisado depois que o presidente Mitterrand resolveu afastar-se, por discordar da forma pela qual os outros países vinham conduzindo a questão da Namíbia. Os franceses se mostraram particularmente irritados com o "linkage" proposto por Reagan vinculando a independência da Namíbia à saída das tropas internacionalistas cubanas de Angola.

Desde o início, condenamos o "linkage", por considerá-lo uma interferência indevida de uma potência estrangeira nos assuntos internos de Angola, além de ser um assunto totalmente estranho à questão central, que é a independência de nosso país.

Este é o tipo de obstrução que Reagan e o Departamento de Estado vêm colocando para impedir a aplicação da resolução 435 da ONU. Frente a esta atitude obstrucionista e beligerante, não há outra alternativa para nosso povo senão apoiar-se nas armas e buscar abrir o caminho para a independência, contando apenas com o nosso próprio esforço e com o apoio de países amigos. (Entrevista a Carlos Castilho)

O instável poder

A tentativa de golpe de estado atribuída ao coronel Paulo Correia, vice-presidente do Conselho de Estado e segundo homem na hierarquia, veio demonstrar que as rivalidades entre os chefes "históricos" persistem ainda e as ambições de poder não foram totalmente superadas

Há muito tempo os rumores circulavam em Bissau, cidade onde os boatos correm rápido. O clima de tensão era, porém, inabitual, se deparando os cidadãos com sucessivos controles militares espalhados por diferentes artérias da capital. A ausência do presidente para assistir à cerimônia comemorativa do 40º aniversário da ONU, em Nova Iorque, e a sua posterior permanência em Portugal poderiam explicar alguma coisa, mas o aparato militar e a tensão que se instalou na capital indicavam que algo mais do que a mera rotina estaria ocorrendo.

Tudo aconteceu no dia 6 de novembro passado. Era uma quarta-feira e o presidente Nino Vieira acabara de regressar a Bissau, vindo de Portugal, na madrugada do dia anterior. Um comunicado do Birô Político do PAIGC, assinado pelo secretário-permanente do Comité Central, Vasco Cabral, anunciava publicamente a detenção do coronel Paulo Correia, o nº 2 da hierarquia, em virtude daquilo a que o comunicado se referia como "envolvimento em atividades contra a segurança e estabilidade do Estado".

Poderia se dizer que, ao mesmo tempo em que a notícia causou surpresa, para os observadores mais atentos era já esperada, mais cedo ou mais tarde. De fato, há vários meses o comandante Paulo Correia vinha, periodicamente, sendo acusado, com maior ou menor virulência, tanto pelo presidente Nino como por dirigentes a ele estreitamente ligados, de envolvimento em supostas atividades conspirativas, (e nunca por suspeita de corrupção) ou — no mínimo — de contestação à margem das estruturas do partido. Mas tão depressa essas acusações eram lançadas contra esse dirigente (ficando os observadores a aguardar o seu previsível afastamento) era o seu nome recuperado, sendo Paulo Correia elevado à segunda posição da hierarquia do Estado, ao mesmo tempo que lhe eram tecidos enormes elogios ao seu pas-

sado de combatente pela liberdade da pátria.

Partido e forças armadas: de ruptura em ruptura

Os recentes acontecimentos evidenciam aquilo que tem sido uma constante desde 1974, quando o PAIGC assume a direção do país: instabilidade no partido que leva a rupturas no seio das forças armadas (Farp), ou, inversamente, confrontos nas Farp que levam a cisões e afastamentos no PAIGC (nunca se chegando a saber quando é que os conflitos têm origem no partido e quando nas Farp).

A cisão mais importante no PAIGC e a ruptura mais profunda nas Farp dá-se obviamente, com o 14 de novembro de 1980, ocasião em que João Bernardo Vieira (Nino), o mais prestigiado chefe militar durante a luta de libertação, encabeçando um poderoso movimento de rebelião nas forças armadas, derubou o então presidente Luís Cabral, acusando-o de desvios em relação à linha do partido (ver cadernos nº 29, dezembro de

Agostinho Sá



Paulo Correia, primeiro vice-presidente do Conselho de Estado, acusado de "estar implicado em atividades contra a segurança do Estado"

1980). Com o 14 de novembro de 1980, além do afastamento de Luis Cabral e dos militares que lhe são fiéis, se consuma a cisão com o ramo caboverdeano do PAIGC e das Farp, levando esse processo, na ocasião, ao rompimento de relações entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau. Estas só viriam a ser reatadas em julho de 1982, devido à mediação dos demais países africanos de expressão oficial portuguesa, com especial destaque para Moçambique e para o seu presidente Samora Machel. Com o 14 de novembro e a cisão entre os ramos guineense e caboverdeano do PAIGC, assiste-se ao esfacelamento do projeto de "Unidade Guiné-Cabo Verde", idealizado e defendido pelo fundador das duas nacionalidades — Amílcar Cabral.

O afastamento de Vitor Saúde Maria

Em março de 1984, dá-se a exoneração e a detenção do então primeiro-ministro Vitor Saúde Maria, acusado, juntamente com outros dirigentes de diferentes setores do Estado e das forças armadas, de conspirar contra o presidente. Todos os analistas internacionais com conhecimento da situação na Guiné-Bissau, (assim como aqueles que conviviam com o então primeiro-ministro do país), não ignoravam a profunda ambição política alimentada por Vitor Saúde Maria, fato que levou a deteriorar a amizade que perdurava entre ele e o presidente (ver *cadernos* nº 66, maio de 1984). As divergentes opiniões quanto ao modelo econômico a implantar no país provocaram a oposição em primeiro lugar da juventude (Jaac), posteriormente dos jovens quadros ligados ao setor econômico e, finalmente, do próprio presidente Nino Vieira.

Os recentes acontecimentos constituíram o último episódio vindo a público da instabilidade

política do país. De fato, todos estes três episódios da história recente da Guiné-Bissau constituíram os únicos momentos de instabilidade política que, por terem dado origem a rupturas na classe dirigente ou entre os quadros militares, tiveram repercussão nos órgãos de comunicação internacionais. Entre eles, porém, houve muitos períodos de instabilidade conhecidos e que, em maior ou menor grau, tiveram reflexos negativos na tomada de decisões.

Por outro lado, sempre que se fala em conspirações ou aliações para pretensos golpes de estado na Guiné-Bissau, um nome, invariavelmente, costuma surgir: o de Rafael Barbosa. Homem de idade, dirigente destacado do PAIGC quando da sua fundação (mais tarde seu presidente), responsável pela mobilização para a luta de muitos jovens que viriam a ter ação destacada na guerrilha, acusado depois de traição por colaborar com o antigo governador militar colonial, general Antônio Spínola, Rafael Barbosa é, após a independência, acusado de permanente atividade conspirativa, razão pela qual vive há muito tempo sob regime de prisão domiciliar.

Um complexo "mosaico" étnico

As razões que terão levado o coronel Paulo Correia e os militares e civis com ele detidos a conspirar contra o presidente Nino Vieira, tanto como as motivações que os órgãos dirigentes do PAIGC e do Estado atribuem aos supostos conspiradores permanecem ainda muito nebulosas. Segundo a maioria dos observadores, as divergências não seriam quanto ao modelo de sociedade para o país ou quanto à estratégia a seguir para tirar a Guiné-Bissau da lista dos Países Menos Avançados (PMA) do mundo.

Tudo leva a crer que, desta

vez, as razões fundamentais da disputa residem sobretudo em rivalidades pessoais e ambições de poder que opõem chefes militares históricos e que perduram desde o tempo da luta de libertação. Juntamente com estas razões, e como pano de fundo, encontra-se o complexo "mosaico" étnico da Guiné-Bissau, bem como o balanço feito da contribuição que cada etnia teria dado durante a guerra de libertação nacional e a diferente interpretação quanto ao reconhecimento ou consagração desse esforço após a independência¹.

Embora seja um tema que invariavelmente todo e qualquer guineense procura evitar, sobretudo se o interlocutor é um estrangeiro, o certo é que o "mosaico" de etnias em que se divide o povo guineense continua a marcar profundamente a sua vida social e política. A esse respeito, comentou um jovem quadro recém-formado na Europa, quando lhe perguntamos se a questão da "origem étnica" já não estava superada entre os jovens: "Muito embora preferíssemos que estivesse, a verdade é que essa questão se coloca para nós dia a dia, desde a hora que nos levantamos".

Se é certo que esta diversidade étnica tem se atenuado através dos séculos, sobretudo através do mestiçamento, da coexistência regional etc. e, mais recentemente, através da longa e sacrificada luta de libertação nacional, também não deixa de ser verdade que a miscigenação está longe de ser consumada e o espírito de interesse nacional longe de ter se sobreposto, inexoravelmente, aos interesses de grupo ou de etnia.

¹ Segundo o guia do terceiro mundo de 1986 as etnias mais representativas são: *balantas* (cerca de 27% embora outras fontes apontem cerca de 35%); *fulas* (cerca de 23%); *mandingas* (cerca de 12%); *manjacos* (cerca de 11%); *papéis* (cerca de 10%); *brames* ou *mancanhas*; *beafadas*; *bijagós*.

Contestação às patentes nas Farp

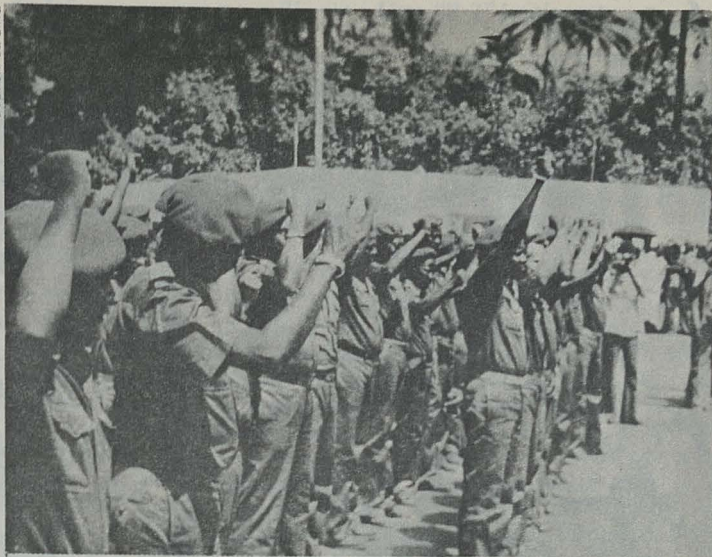
Segundo notícias veiculadas pelos correspondentes das agências noticiosas portuguesas residentes em Bissau a contestação à atual distribuição de patentes nas Farp teria sido um dos principais motivos que levaram alguns quadros militares pertencentes à etnia *balanta* a juntar-se à conspiração desarticulada pelas forças de segurança do presidente. Recorde-se que foram os *balantas* quem, em termos globais, mais contribuíram, tanto em termos de gente quanto em termos de sacrifícios, para o sucesso da luta de libertação.

Para se avaliar até que ponto a questão das patentes é sensível, basta lembrar que ela já fora invocada como uma das razões que levou ao 14 de novembro de 1980². E, ao que parece, questão sensível mesmo para quadros militares de origem *balanta*, etnia que secularmente tem uma estrutura perfeitamente horizontal, onde os chefes praticamente se circunscrevem a cada família, ao contrário de outras etnias (sobretudo as islamizadas) onde a pirâmide de poder é muito acentuada e a hierarquia fortemente verticalizada.

O surgimento dos jovens quadros

Por outro lado, e cada vez com maior acuidade, surge uma questão de profunda perturbação social: o aparecimento de jovens quadros, militares e civis, recentemente formados no exterior, com muito maior preparação cultural e técnica. E nem sequer se poderá falar em "as-

Baptista da Silva



O sistema de promoção criou tensões no exército da Guiné-Bissau

censão dos jovens quadros", pois, até agora, inúmeras vezes muitos desses jovens vêem essa ascensão frustrada por dirigentes de quem respeitam um passado histórico, mas não reconhecem um preparo para encarar os desafios de desenvolvimento que o país tem pela frente. Tal como as patentes, essa é outra questão sensível...

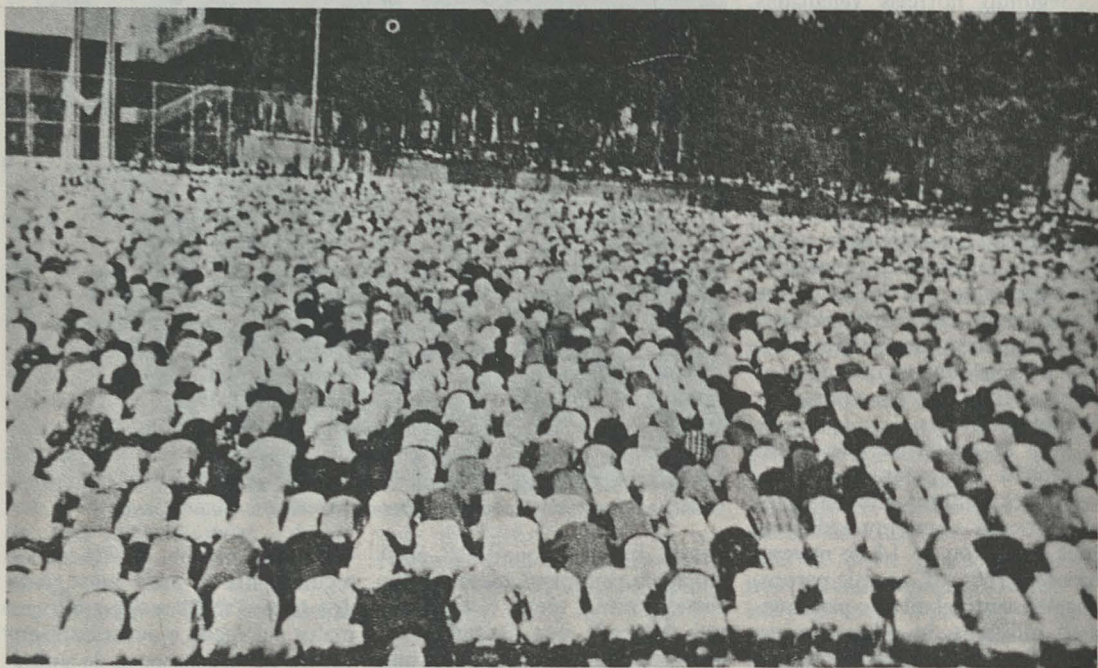
Segundo observadores, é bem provável que estas contradições e desconfianças mútuas entre os quadros do tempo da luta de libertação e os jovens recém-formados vindos do estrangeiro desejosos de provar a sua capacitação e também de subir na escala social do país venham a se acentuar em futuro próximo. No início de 1985, existiam no estrangeiro cerca de mil bolsistas da República da Guiné-Bissau, sendo cerca de 40% em cursos superiores, outros 40% em cursos médios e 20% em cursos de formação profissional.

Com a detenção e provável afastamento de Paulo Correia desaparece um dos últimos dirigentes "míticos" e de passado "histórico" do tempo da luta de libertação. À frente da chefia do Estado e do partido

continua, porém, aquele que é seguramente o mais prestigiado dos chefes militares, aquele que maior aceitação e autoridade encontra em todo o povo da Guiné-Bissau, independentemente dos clãs, castas ou etnias: o presidente Nino Vieira. Ele continua a ser apontado como o dirigente mais respeitado para poder servir de fator unificador da nação guineense na complexidade da sua diferenciação étnica, ou na diversidade das suas gerações.

A grande maioria dos dirigentes da Guiné-Bissau parece consciente que o exacerbatamento das contradições e rivalidades entre as diferentes etnias só poderá trazer dificuldades e ainda maior atraso para o país. A estabilidade política, social e administrativa mostra-se essencial para que a Guiné-Bissau possa estruturar-se economicamente e sair do subdesenvolvimento. E, externamente, dar uma imagem de segurança, serenidade e honestidade indispensáveis para que possa garantir os créditos e a ajuda dos seus parceiros internacionais de que tanto necessita para garantir a sua solvibilidade financeira e o seu desenvolvimento. (Baptista da Silva) ●

² A imposição de patentes e insígnias nas Farp deu-se, pela primeira vez, no dia 17 de fevereiro de 1980, por ocasião do 16º aniversário do 1º Congresso do PAIGC, realizado em Cassacá, junto à fronteira com a República da Guiné-Conacri. Nove meses mais tarde, o então presidente Luís Cabral seria derrubado por um movimento militar.



A luta pelo poder passa pelas seitas

Os seguidores da vertente mais rígida e conservadora do Islã questionam o poder político do aiatolá Khomeini, a quem não reconhecem idoneidade religiosa para exercer funções no governo reservadas — segundo a sua interpretação do Alcorão — aos “eleitos”

Há quem esteja decidido a liquidar Khomeini. Mas, surpreendentemente, desta vez, a ameaça que pesa sobre o regime islâmico de Teerã não parte, de maneira alguma, de setores laicos, políticos, econômicos ou militares iranianos. É, muito menos, de grupos “nostálgicos” do velho regime ou dos exilados das recentes “purificações” feitas pelo aiatolá.

São os religiosos da Hogueia, uma seita xiita considera-

da como uma das mais reacionárias do Islã e, ainda mais, bastante influente; no Irã, seus seguidores representam, pelo menos, 70% das atuais hierarquias religiosas que desafiam Khomeini.

Solidamente fixados nas regiões do Azerbaijã (capital Tabriz, ao noroeste) e no Khorassã (capital Mashhad, no nordeste), particularmente influentes junto à escola alcoranista de Al-Qom — a 120 quilômetros

de Teerã —, e ligados por um “duplo alinhamento” a setores políticos, econômicos e financeiros ingleses¹, os seguidores da Ho-

¹ Ligada a interesses britânicos, a seita pressionava a favor de uma aliança anglo-iraniana e do retorno dos ingleses ao seu papel de potência protetora dos países do Golfo. Por sua vez, o xá, devido ao apoio que recebeu da CIA em 1953, era partidário do afastamento das potências europeias do cenário iraniano e de uma aliança com os Estados Unidos.

giatê parecem com efeito representar a única e autêntica fonte de perigo para as atuais estruturas — aparentemente firmes — da República Islâmica do Irã.

Segundo os membros da seita, Khomeini não tem qualquer direito de governar em nome do Islã. Ele não é um dos “puros”, pois são apenas 12 os imãs da tradição xiita duodecimal que têm podido governar em nome do Islã. Por isso, até o regresso do duodécimo imã, Mohammed Mahdi, desaparecido (ou escondido) desde sua infância em 940 d. c., em Samara (Irã) onde nasceu, ninguém pode reivindicar esse direito².

Os religiosos — de acordo com os adeptos da Hogiatê — têm o dever moral de desinteressar-se dos problemas de ordem temporal da sociedade e devem apoiar politicamente o mais “inocente” dos laicos: o xá, que (salvo o caso de Reza Pahlevi) sempre foi, na história do país, o único defensor e propagador do Islã xiita.

São estes argumentos de natureza teológica e filosófica que colocam em oposição dentro do Partido da República Islâmica, no poder, os adeptos do movimento religioso e os seguidores de Khomeini.

Um Islã “puro” e duro

Mas o que representa na realidade este “movimento”? De onde surge? Quais são os seus líderes? Quais as bases ideológicas e práticas de sua atuação político-religiosa? Quem são seus aliados? Que chances tem, agora, de derrubar o *staff* dirigente fiel a Khomeini e de recolocar Reza, o filho do último imperador

do Irã, que morreu no exílio em 1980, no Trono do Pavão?

A Hogiatê não é, de maneira alguma, uma organização política, mas um “grupo de estudos” islâmico, de confissão xiita duodecimal. As “bases ideológicas” nas quais assenta sua ação político-religiosa são as do Islã “puro” e “duro”.

O que significa o seguinte: um Islã que é pela aplicação integral e literal do Alcorão, que defende matar a pedradas, a flagelação e o corte de mão; que considera as mulheres completamente inferiores ao homem. Um Islã feudal, despótico, reacionário, incapaz de admitir qualquer reforma ou compromissos sociais de qualquer tipo; extremamente arraigado à propriedade privada dos meios de produção e aos privilégios que dela decorrem. Em suma, um Islã cujo modelo social poderia, sem dúvida, ser o do “capitalismo selvagem” praticado pelos mercantilistas ingleses dos séculos 17 e 18.

Uma “P-2” iraniana

Em 1952, sob a direção do então presidente da Assembléia Nacional, aiatolá Kashani, a Hogiatê se transformou em um importante *lobby* político-econômico religioso, que desempenharia um papel nada desprezível, fosse a favor das nacionalizações decididas contra o parecer do xá pelo, na época, primeiro-ministro iraniano Mossadegh; ou contra este último, quando o genro do xá, o general Ardechir Zahedi, organizou, de acordo com a CIA, a 19 de agosto de 1953, o famoso “golpe de estado” que expulsou os nacionalistas do poder, recolocando no trono o xá Reza Pahlevi, na época exilado em Roma.

Do regresso do imperador a Teerã até 1978, a Hogiatê passou a ser um dos “centros ocultos” do poder, isto é, uma autêntica P2 à iraniana. Uma organização capilar que, aos poucos, estendeu seus tentáculos a todos os seto-



A Hogiatê considera as mulheres inferiores ao homem e não admite nenhum tipo de reforma na sociedade islâmica

² Segundo a tradição, o imã Mahdi, também chamado Zaman (o gênio dos tempos) ou *Hogiat* (a prova) de onde deriva o nome da seita *Hogiatê*, não morreu mas continua vivendo oculto para os mortais. Quando ele reaparecer, a justiça reinará no mundo.

res da vida política, econômica e social do país.

Agradecido pelo apoio que a Hogiaté dera aos "golpistas" que o reconduziram ao poder, o xá fechou os olhos a todas as suas "atividades ocultas" e permitiu que ela se constituísse num dos seus principais aliados na luta que começava a esboçar-se, já a partir de 1963, entre o Estado monárquico e o clero "progressista" do aiatolá Khomeini.

Foi, naturalmente, graças às "delações" da Hogiaté que a Savak (a poderosa e onipresente polícia política do regime) conseguiu impedir o surgimento de vários complôs religiosos organizados contra o xá pela ala "progressista" do movimento xiita. E também prender, em 1964, a maior parte dos opositores, como o aiatolá Taleghani (condenado a vários anos de prisão e constantemente torturado), o aiatolá Khomeini (também condenado a vários anos, torturado e expulso do país em 1964) e o aiatolá Saidi (torturado até a morte na prisão de Evine, em 1970).

No entanto, a aliança do xá com a Hogiaté seria passageira. Percebendo tardiamente a crescente influência que a organização, pouco a pouco, ia conseguindo no país em prejuízo do regime, Reza Pahlevi tentou, repetidamente e em vão, granjear a simpatia desta seita através da concessão de terras e de privilégios de todos os tipos, e também neutralizá-la indiretamente, favorecendo o renascimento do movimento "Bahai" e levando ao poder um de seus mais ilustres adeptos: o primeiro-ministro Oveida.

Esta última decisão revelou-se particularmente desastrosa para o regime, não só porque afastou de maneira definitiva as simpatias do clero xiita "moderado", como também favoreceu e justificou, na prática, a reaproximação "estratégico-política" do "Islã reacionário" da Hogiaté

com o "Islã progressista e revolucionário" de Khomeini, Taleghani, Shariati e Bani Sadr. Uma reaproximação que se efetivou, definitivamente, em 12 de fevereiro de 1979 com o fim da dinastia dos Pahlevi; e a 31 de março do mesmo ano, com a fundação da primeira República Islâmica do Irã.

Aliança com Khomeini

A partir de então, os membros da Hogiaté voltaram a agir livremente, reativando seus centros de poder, agora com o beneplácito do chefe incontestado do Islã xiita iraniano, o imã Khomeini, que, na sua juventude, fizera parte desta "seita secreta". Essa experiência lhe seria muito útil, principalmente na avaliação e na escolha das suas futuras alianças³.

E, de fato, não obstante sua pessoal aversão a este tipo de organização, Khomeini nada fez para excluí-la do poder, pela consciência que tinha da importância da Hogiaté. Até pelo contrário, com o objetivo de reduzir ao silêncio a maior parte de seus adversários políticos, como Bazarghan, Bani Sadr, Radjavi, Madani, Nahzi, Khianoury e outros, ele "engoliu o sapo" e fez da organização o seu principal aliado.

Aliado de qualidade, capaz de neutralizar qualquer movimento contra a República e representado no governo por vários ministros, entre os quais Nater Nuri, do Interior; Asgar Owladi, da Indústria e do Comércio; Taracoli, do Trabalho; Hosari Khomy, líder no Parlamento e Moussavi Ardabili, ministro da Justiça e antigo Procurador da revolução.

Deve-se sublinhar que, graças à Hogiaté e às suas ligações com

Londres (consta que a seita mantém relações estreitas com a *Astrum Argentinum* e com a *Golden Dawn in the Outer*, duas lojas maçônicas especialmente influentes nos países anglo-saxônicos), a República Islâmica pôde, até agora, suprir as inúmeras carências existentes no exército e na indústria durante mais de cinco anos de guerra com o Iraque.

Além do prestígio que a organização goza no exterior, estas "ligações" permitiram ao Irã contornar a maior parte dos embargos decretados contra o país pelos Estados Unidos e por quase todas as nações do mundo ocidental. E também continuar a abastecer-se regularmente de armas e materiais sofisticados, na Europa e na América, através de "intermediários" acima de qualquer suspeita, como o barão D'Oiron ("Luchaire S. A", 18 Boulevard Pthman 8ème, França) ou o sr. Eihorn, da *Mercury Trading & Development Corporation* (10-14 Dupont Plaza Center, Miami, Florida, EUA).

Confronto entre os dois "Islãs"

O estranho "casamento" entre o "Islã progressista" e o "Islã reacionário" não durou mais do que o previsível, de 1979 a 1984, tempo suficiente para os religiosos de várias "paróquias" eliminarem do jogo "incômodos concorrentes" surgidos na cena política. E o "divórcio" aconteceu nos primeiros meses de 1984, não por problemas ideológicos ou teológicos, como se tentou fazer acreditar na época, mas por questões de supremacia político-econômica dentro do próprio regime, como o monopólio do comércio externo, a reforma agrária, o problema das comissões sobre as importações, o controle das fontes energéticas, o domínio do abastecimento dos bazares, os transportes, os vistos de saída do país e a exportação de divisas.

³ Durante a sua juventude, o próprio Khomeini fez parte desta seita secreta. Esta experiência lhe seria muito útil, sobretudo para a avaliação e seleção de suas futuras alianças.

Diante do confronto direto, os dois grupos religiosos em luta tentaram eliminar-se mutuamente, lançando mão exatamente do *argumentum belicum* de toda a controvérsia política do país: a arma teológica.

Coube a Khalkali, o terrível juiz islâmico do início da revolução e um dos mais fiéis representantes da "linha do imã", utilizar esta arma contra a Hogiaté, num discurso no Parlamento, quando pediu a dissolução da organização e a cabeça de seus mais importantes líderes, acusando-a de principal responsável pela crise político-institucional e de abrigar os descrentes do "Islã xiita" e a "ponta de lança" da contra-revolução.

Os principais ministros do governo, Nater Nouri, Owladi e Taracoli, tentaram impedir a ofensiva khomeinista, pedindo a demissão do primeiro-ministro Houssain Mousavi (da "linha do imã") e procurando bloquear a "veia jugular" do país: as importações, principalmente as relacionadas com a defesa militar do território iraniano.

O recuo da Hogiaté

Um compromisso fora alcançado: os três ministros da Hogiaté demitiam-se, a organização aceitava oficialmente a sua autodissolução, se comprometendo ao mesmo tempo em cessar qualquer tipo de atividade anti-Khomeini. Mas, em troca, se ratificava, oficiosamente, a manutenção de seu controle sobre os setores vitais da economia iraniana. Um compromisso efêmero que não durou mais do que algumas semanas.

Desta vez, foi Mohsen Rezai, o poderoso chefe dos "guardiães da revolução", os "pasdaran", quem desencadeou, através da publicação do livro "O partido das pessoas que se rebelam", a nova ofensiva contra a Hogiaté. O próprio Khomeini, em meados desse ano, interveio na questão,



Aiatolá Khomeini (foto ao lado), líder do Islã xiita iraniano: sua aliança com a Hogiaté durou até 1984

ameaçando recorrer a medidas extremas em relação à organização, se esta "não parasse de impedir a marcha irresistível" da revolução.

Diante da ameaça, a Hogiaté suspendeu as suas reuniões até o regresso do duodécimo imã, adotando a tática de fingir submeter-se à vontade do mais forte, para melhor combatê-lo e destruí-lo de dentro. No momento, a seita não dá sinais de vida: foram suspensas as publicações e seus líderes, como Moussavi, Ardabili e Nater Nouri parecem estar dentro da "linha oficial".

A verdade é que não se deve, de modo algum, acreditar que a Hogiaté tenha congelado suas atividades e reduzido realmente sua influência nas esferas do poder. É bom lembrar, por exemplo, que embora a organização não tenha conseguido, nas recentes eleições presidenciais, eleger, na prática, nenhum dos seus seguidores, dos três candidatos concorrentes aceitos pelo Conselho da Revolução, dois — Mah-



moud Mostafavi Kashani (filho de um dos históricos líderes da Hogiaté) e Habibollah Owladi — eram e permanecem membros influentes da organização.

Portanto, cabe agora a Khomeini tirar as conclusões que se impõem... (Alberto B. Mariani)

Filipinas

A sucessão de Marcos

O crescimento do poder da guerrilha e a deterioração da situação política levam os Estados Unidos a acelerar a sucessão do seu fiel aliado

A decisão do presidente Ferdinand Marcos, há 20 anos no poder nas Filipinas, de antecipar, de 1987 para 7 de fevereiro de 1986, as eleições presidenciais, é o resultado de uma conjugação de vários fatores. Entre estes figuram o crescimento cada vez mais acentuado do Novo Exército Popular (NEP), grupo político que adotou a luta armada para derrubar o regime, as pressões norte-ame-

ricanas no sentido de "suavizar" a política civil e econômica e a crescente onda de insatisfação popular diante de uma grave crise econômica e social.

Ao mesmo tempo, a oposição a Marcos no plano político, que defende caminhos pacíficos para a tomada do poder, é praticamente unânime ao considerar que essa antecipação da data das eleições não passa também de uma nova manobra do ditador

para perpetuar-se no poder, ou mesmo indicar para o cargo sua mulher, Imelda Marcos, ou outro colaborador de confiança. Com 68 anos, Marcos sofre de uma doença denominada lupo eritematoso, que afeta as estruturas das células do corpo, atacando seus órgãos, principalmente os rins, e teria pouco tempo de vida.

O NEP e os interesses

É sintomático que a decisão de Marcos de antecipar as eleições presidenciais tenha sido anunciada em outubro, semanas após ter recebido a visita de um representante pessoal do presidente Reagan, o senador Paul Laxalt. O funcionário norte-americano comunicou as preocupações de seu país quanto aos rumos das Filipinas, onde os Estados Unidos têm instaladas duas de suas maiores bases no exterior: a de Subic (naval) e a de Clark (aérea), além de interesses financeiros que chegam à cifra de 1 bilhão e 300 milhões de dólares.

Segundo dados da Associação de Consumidores de Penang (CAP), um grupo de pressão de consumidores da Malásia, em 1972, 60% dos investimentos norte-americanos no sudeste asiático encontravam-se nas Filipinas¹. O programa militar das forças armadas do país é vigiado de perto pelo aparelho de defesa dos Estados Unidos e a assistência militar ao regime de Marcos aumentou substancialmente após a decretação da lei marcial em 1972.

¹É da maior importância para Washington a situação estratégica das Filipinas ao longo das rotas comerciais utilizadas pelos Estados Unidos e Japão para transportar matérias-primas, especialmente petróleo, a partir do Oriente Médio.



Ferdinand Marcos: um regime repressivo que enfrenta uma grave crise econômica e um crescente descontentamento social

O crescimento do NEP

As preocupações da administração Reagan com o destino de Marcos não têm suas causas apenas no constante deterioramento do governo filipino em si. Provêm principalmente do crescimento do Novo Exército Popular (NEP), braço armado do Partido Comunista das Filipinas, em cujos quadros abriga combatentes não-comunistas.

Segundo recente informe do serviço de inteligência do Ministério de Defesa dos Estados Unidos, o NEP contaria com 30 mil homens em armas em 63 das 75 províncias do país. Dirigentes militares filipinos contestam esses números e calculam que o movimento disporia de 12 mil membros, "que poderiam ser aniquilados em um ano".

De qualquer forma, o governo norte-americano decidiu gastar 1,3 bilhão de dólares para melhorar as suas bases nesse país e continuar com elas, pelo menos até 1991. Pressionado também por Washington, Ferdinand Marcos destinou 27,1 milhões de dólares às forças armadas, para criar cinco novos batalhões e reestruturar as "milícias civis"². Seu objetivo é enfrentar as forças do NEP que, cada vez mais, aumenta seus efetivos, principalmente nas áreas rurais com a adesão maciça de camponeses. Essa dotação ao exército também foi concretizada após a visita do senador norte-americano Paul Laxalt.

As "milícias civis" agem nas denominadas "aldeias estratégicas"³, principalmente na ilha de Mindanao, uma das duas mais



A força da guerrilha aumenta constantemente, em particular nas zonas rurais onde a crise econômica se faz sentir com maior intensidade

importantes do país (a outra é Luzon, onde está localizada a capital, Manila). Em Mindanao, o exército mantém grande parte de suas forças e integrou 65 mil membros nesses grupos paramilitares na defesa civil. O Movimento Ecumênico pela Justiça e Paz (membro do Conselho Filipino dos Direitos Humanos) denunciou que os planos do governo para combater a subversão são o pretexto para estabelecer essas "aldeias estratégicas". Nelas a população transferida compulsoriamente de outras regiões do país vive em condições sub-

humanas, quase sem água ou alimentos, sofrendo de enfermidades como a malária, o sarampo e a tuberculose.

Reino do terror

A população que majoritariamente apoia o NEP enfrenta um reino de terror nessas aldeias, vítima de assassinatos, sequestros e desaparecimento de pessoas nas mãos do exército. Para o pastor Leo Naclad, de Manila, a explicação do crescimento do NEP é simples: "Quando alguém está sem trabalho e a família passa fome, não é preciso pensar duas vezes para roubar ou aderir à guerrilha", afirma.

Atualmente existem mais de dois milhões de "evacuados", a maioria de habitantes das províncias de Davao, Cotabado, Agusan, Bukidnón, Zamboanga e Misani. Na ilha de Luzon, as "aldeias estratégicas" estão instaladas nas províncias de Abra e Cayagan. Na parte central do país, comunidades inteiras das

² As milícias civis — são grupos de civis recrutados pelas forças armadas para auxiliar na vigilância da população da região. Uma espécie de polícia política, com agentes infiltrados em todas as atividades do povo. Qualquer pessoa acusada de apenas simpatizar com a oposição, principalmente com o Novo Exército Popular, é imediatamente detida e seu destino incerto.

³ Aldeias estratégicas — uma iniciativa do governo filipino, a exemplo do que já foi feito durante a guerra do Vietnã. Governadas praticamente por militares, as aldeias são organizadas pelo regime em áreas predefinidas que serviram como pólos para o desenvolvimento do país. Na verdade, trata-se de uma tentativa de impedir, através da transferência de populações inteiras de outras regiões, a propagação da luta de guerrilha já instalada no país através do Novo Exército Popular.



Corazón Aquino: uma candidatura que conta com grande simpatia popular

ilhas de Samar e Panay foram transferidas pelas forças do governo.

O setor militar, definido pelo presidente Marcos como "impulsor do desenvolvimento econômico", é o encarregado do deslocamento, e posterior assentamento da população nessas "aldeias". É justamente o exército que dá cobertura ao ingresso ilegal de capital estrangeiro através de firmas norte-americanas e japonesas. Essas transnacionais se dedicam à mineração, pecuária, pinha (ananás), banana, borracha natural, azeite de dendê, além de aproveitarem as concessões das reservas florestais e de agroindústrias dadas pelo governo.

Marcos quer ficar

A decisão de Marcos de convocar eleições 18 meses antes da

conclusão de seu mandato é considerada pela oposição como uma manobra para que o presidente possa dispor da máquina do governo para fazer sua campanha à reeleição. Essa decisão foi tomada no início de outubro passado, uma semana após o Senado dos Estados Unidos ter publicado um relatório sobre as Filipinas advertindo que se Marcos não realizasse reformas, não conseguiria se manter no poder por mais de três anos.

Mas a renúncia de Marcos é pós-datada. Ela só virá se ele não for reeleito. Alega o presidente que ainda tem 18 meses de mandato e por isso não deve deixar, agora, o cargo. Assim, as eleições de fevereiro serão realizadas sob sua administração. Os dirigentes oposicionistas não vêem nenhuma garantia de que o pleito será livre e as apurações honestas.

Líderes da oposição acredi-

tam que o governo vai recorrer a fraudes para vencer as eleições. Alegam, também, que há obstáculos legais a serem superados antes da realização do pleito. Além do mais, as correntes oposicionistas estão fragmentadas e dispõem de pouco tempo para chegar a um acordo em torno de um candidato único, o que poderia facilitar a vitória de Marcos.

Os candidatos

No início de dezembro, a oposição se uniu em torno da candidatura de Corazón Aquino (52 anos), viúva do líder Benigno Aquino, assassinado em agosto de 1983 no aeroporto de Manila, quando regressava do exílio nos Estados Unidos. A morte de Benigno Aquino causou grande comoção no país, desestabilizando, ainda mais, o governo de Ferdinand Marcos. O inquérito aberto para apurar o crime foi concluído recentemente, proclamando a inocência do general Fabian C. Ver, comandante das forças armadas e homem forte de Marcos, que ao ser absolvido recuperou todo o seu poder e manteve o cargo.

Dirigentes de dois dos principais partidos de oposição, Salvador Laurel, da Organização Democrática Nacional (Unido), e Jovito Salonga, do Partido Liberal, já se declararam dispostos a renunciar às suas candidaturas em favor de Corazón Aquino, que conta com grande simpatia popular. Há também a possibilidade da composição de uma chapa, pois serão realizadas eleições para a vice-presidência, o que não acontecia há 13 anos.

Marcos, que concorre à reeleição, está no poder desde 1965. Em 1981, foi "eleito" para um mandato que só expiraria em 1987. Se sair "vitorioso" agora, ele poderá ficar no cargo até 1992. Um detalhe importante: o acordo firmado para a permanência das bases militares norte-

americanas termina em 1993, quando deverão ocorrer novas negociações.

Os adversários de Ferdinand Marcos temem, ainda, que ele volte a impor a lei marcial suspensa em 1981. Com essa lei o presidente governou durante 9 anos de feroz repressão e com ela em vigor novamente ficaria mais fácil montar a farsa da reeleição.

Pano de fundo

A abertura exigida por Washington a Marcos seria, de acordo com políticos da oposição, apenas um expediente para tentar enfraquecer o apoio cada vez maior do povo ao NEP e às suas ações guerrilheiras. Ao mesmo tempo, essa abertura agradaria a setores da administração Reagan preocupados com o destino das Filipinas, que muitos já compararam a um novo Irã.

Para o advogado Joker Arroyo, de Manila, especialista em direitos civis, a situação do país é tensa e "qualquer desdobramento imprevisível dos fatos, (como foi a morte de Benigno) que poderia ser o crescimento da revolta camponesa, a depressão econômica e o aumento do desemprego, pode se constituir numa fonte de caos". E ligado a outros fatores "poderia levar a nação aos limites de uma conflagração geral".

O rápido crescimento do movimento rebelde tem sido explicado fundamentalmente como resultado da quase falida economia do país, da fome, do desemprego e dos abusos do exército. Para esse ano, o Produto Interno Bruto terá, segundo previsões oficiais, um crescimento negativo de 6%. Segundo dados da Federação Sindical filipina, a taxa de desemprego é de 15%. Há 2,2 milhões de trabalhadores que perderam seus empregos e mais 6,7 milhões que já não tinham trabalho. A principal causa dessa

crise é o maciço fechamento de empresas e a consequente queda dos volumes de produção.

Desde 1984, o Pentágono, o Departamento de Estado e a própria Casa Branca manifestavam suas preocupações, afirmando que os rebeldes do NEP mostravam-se cada vez mais fortes e poderiam chegar ao poder, estabelecendo um governo de esquerda. O secretário assistente de Defesa, James Kelly, e o secretário de Estado assistente, Paul Wolfowitz, fizeram declarações nesse sentido no congresso norte-ame-

A realização das eleições de 1986 coloca em jogo o futuro das Filipinas. A oposição considera que, se o pleito for limpo, ela terá todas as chances de vencê-lo. Mas as dúvidas se colocam quanto ao comportamento de Marcos. Um ditador há 20 anos no poder, entregaria o cargo a um opositorista? Aceitaria a derrota?

Para o deputado Adaza, que lidera a aliança da oposição em Mindanao, ficar no poder "seria um suicídio, porém Marcos não seria o primeiro líder político



O assassinato de Benigno Aquino provocou manifestações de protesto nas ruas de Manila

ricano. Este último chegou a afirmar que tinha aumentado a escalada de confrontos entre o NEP e as forças armadas filipinas, com o governo, já naquela época, quase sempre na defensiva.

Com o assassinato de Benigno Aquino — um político liberal — para muitos observadores, fecharam-se praticamente as portas para uma saída pacífica da crise filipina. Por isso mesmo, o movimento pró luta armada cresceu muito no país, em torno do NEP.

no mundo que o faria por razões de orgulho pessoal".

O Comitê de Unificação Nacional, divulgou comunicado anunciando que participará das eleições, concorrendo com um só candidato. Condenou, ao mesmo tempo, "a eleição no estilo Marcos, como uma violação da constituição e uma forma de manipular o processo eleitoral para perpetuar-se no poder". Salvador Laurel apoiou a decisão do Comitê, afirmando que "é melhor ter uma possibilidade do que nenhuma". (Marcelo Antunes) ●

O longo caminho da independência

Com a decisão de realizar um referendo em 1987, o governo francês, os colonos caldoches e os independentistas canaques chegam a um acordo inicial em torno do calendário que pode conduzir à autodeterminação

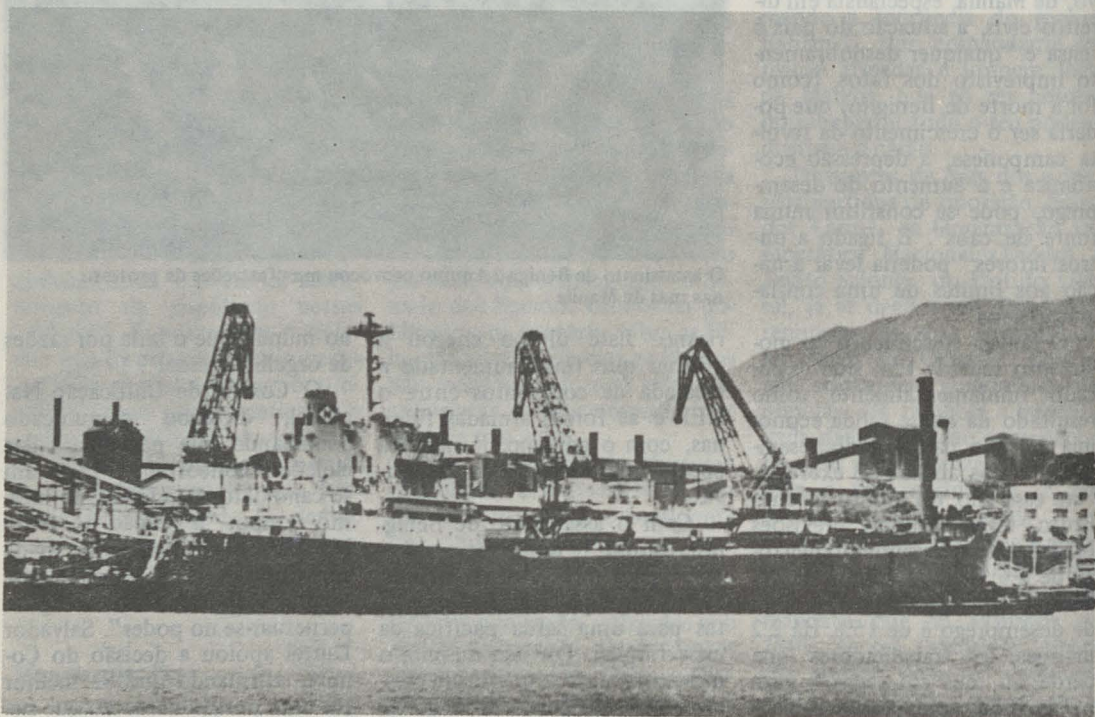
Localizando-se no extremo oposto da França, a Nova Caledônia — protetorado francês no Pacífico há quase um século e meio — caminha agora para a recuperação da sua identidade nacional.

O cronograma negociado entre as partes interessadas — cal-

doches (europeus imigrados), canaques (autóctones melanésios) e a França, representada pelo seu delegado, Edgard Pisani — prevê a realização de um referendo em dezembro de 1987 que permitirá a todos os habitantes pronunciarem-se contra ou a favor da independência. Entretanto,

to, a primeira etapa do processo de autodeterminação consistiu na realização de eleições regionais, verificadas no dia 29 de setembro passado.

Apesar do partido antiindependentista, RPCR (Reunificação para a Caledônia na República) ter obtido uma maioria percentual de 60%, a Frente de Libertação Nacional Kanak Socialista (FLNKS) ficou com o controle do Conselho Executivo, que exerce o mesmo tipo de função de um governo regional. Assim, dos órgãos agora eleitos, a FLNKS detém a maioria em três dos quatro Conselhos Regionais existentes e, consequentemente, a maioria também no Conselho Executivo, composto pelos candidatos cabeças de lista do partido mais votado em cada região e pelo delegado de Paris, atualmente, Edgard Pisani. A RPCR, por seu lado, detém apenas a



Porto de Noumea: por aqui passam as exportações de níquel, fundamentais para o país



Edgard Pisani (esq.): "Os resultados das eleições constituem um equilíbrio sutil entre as diferentes instituições".
O chefe Atai (dir.), cuja cabeça está exposta no Museu de Ciências do Homem, em Paris

maioria na Assembléia Regional, órgão fundamentalmente consultivo e sem poder de decisão.

Esta situação, aparentemente contraditória, mas que na opinião de Edgard Pisani "constitui um sutil equilíbrio entre as diferentes instituições", deve-se ao fato da concentração demográfica ser particularmente acentuada na região da capital, Noumea, onde vive a maioria da população européia ou de origem européia, e onde a RPCR obteve, precisamente, uma esmagadora maioria de votos.

Canaques e caldoces

A aspiração canaque a independência não é, ao contrário daquilo que os caldoces gostariam de fazer crer, um dado recente. Como prova disso, está exposta, no Museu das Ciências do Homem, em Paris, a cabeça do chefe Atai, que se cele-

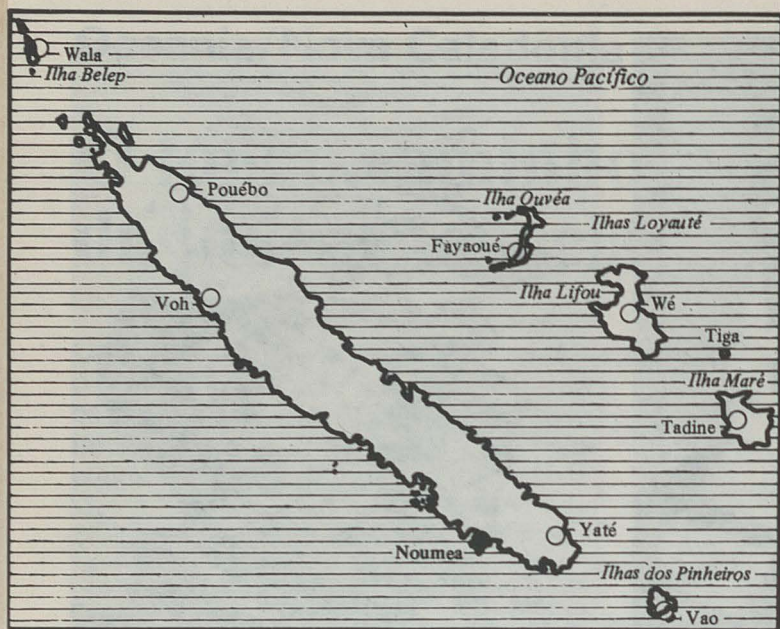
brizou por ter liderado uma revolta canaque, em 1878. De fato desde que, em 1853, uma negociação entre a França e a Grã-Bretanha deu a posse a Paris daquelas ilhas no Pacífico, começa a se verificar explosões de revolta, mais ou menos violentas.

Inicialmente, o interesse demonstrado pela França em relação à Nova Caledônia era essencialmente estratégico e não econômico. Por essa razão, os primeiros franceses a ocuparem e viverem naquele território longínquo foram os deportados, detidos e julgados por crimes de diversas naturezas. Para lá partiu toda a variedade de delinquentes, mas não só. A Nova Caledônia recebeu igualmente na qualidade de deportados os revolucionários republicanos e *communards* (revolucionários participantes da Comuna de Paris). Estes presos políticos, aliaram-se na sua maioria, por coerência de pensamento,

aos melanésios, únicos originários da Nova Caledônia.

Muitos dos deportados, depois de libertados, adquiriram terras e decidiram não regressar à metrópole. Apesar de terem perseguido os canaques e de lhes terem sido atribuídas as primeiras expropriações de terra aos autóctones, a FNLKS considera estes primeiros brancos e descendentes "vítimas da história", razão pela qual a organização lhes reconhece o direito à nacionalidade caledoniana e, desde que filhos de nascidos no território, o direito pleno a votarem no referendo de autodeterminação.

A distinção feita pelos canaques entre os dois tipos de imigrantes — os "vítimas da história" e aqueles que, nos últimos 20 anos têm "invadido" a Nova Caledônia — marca duas etapas no processo de colonização, orientado por Paris.



Integrada por várias ilhas e arquipélagos, a Nova Caledônia está situada na Melanésia Sul e inclui as ilhas Huón, Chesterfield, Loyauté, Walpole e o arquipélago Belep. Com uma extensão territorial de 19.058 km², o arquipélago tem uma população de 140 mil habitantes (censo de 1981), formada por australo-melanésios (os canaques) e descendentes de franceses (os caldoches). O idioma oficial é o francês.

S. Freitas

De fato, só nas décadas de 60 e 70 a França descobriu as riquezas naturais existentes na Nova Caledônia, principalmente o níquel e alguns nódulos polimetálicos existentes nas águas territoriais. Foi então que o governo de Paris resolveu empreender uma verdadeira política de imigração colonial. Desta forma, a França assegurava simultaneamente as riquezas da região, as suas vantagens estratégicas e a "neutralização" da população autóctone.

A conjuntura interna francesa favoreceu particularmente o fluxo migratório para a Nova Caledônia. Pouco a pouco a desigualdade econômica e social, entre canaques e europeus acentuou-se.

A administração colonial

Atualmente, a Nova Caledônia conta com 145 mil habitantes, dos quais 60 mil são canaques, 54 mil europeus e os restantes de origens diversas. Tradicionalmente um dos mais prósperos países do Pacífico Sul, o nível de vida é, no entanto, muito diferente entre brancos e canaques, sendo o destes últimos

inferior ao dos povos das ilhas vizinhas.

Se, por um lado, os empregos nos serviços administrativos — privilégio dos caldoches — são por si só significativos das diferenças sociais existentes na Nova Caledônia, a exploração e transformação do níquel têm servido durante os últimos 20 anos para aumentar essas diferenças. Apesar da produção do níquel ter diminuído consideravelmente nos últimos dez anos, o minério mantém ainda um bom posicionamento na economia mundial, com uma contribuição de 7%. Na Nova Caledônia, mais de 50% dos trabalhadores deste setor são de origem europeia e apenas 30% são melanésios, dos quais somente 12% trabalham na metalurgia.

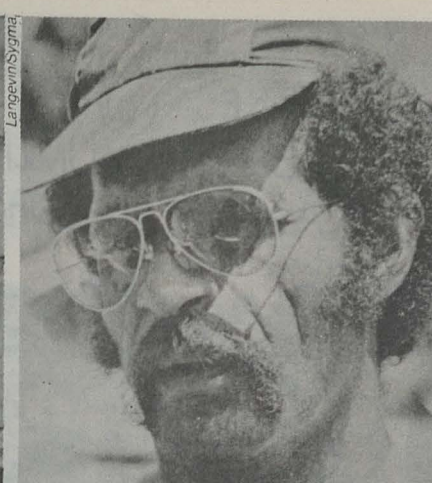
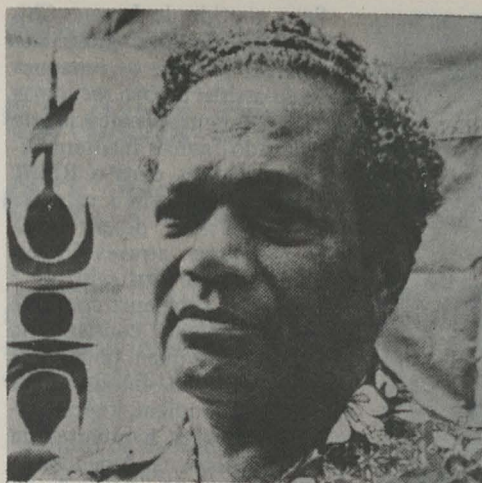
A distribuição racial da população, por setores de atividade, é uma expressão dos resultados que a política colonial francesa obteve na Nova Caledônia. Mais de 60% dos melanésios vivem do setor primário, enquanto uma reduzida percentagem de 4% de europeus detentores das melhores parcelas de terra, se dedicam a trabalhá-la, de fato. Em contrapartida, o setor terciário

tem os seus postos de trabalho totalmente absorvidos pelos europeus: 50% de funcionários públicos, 80% da polícia, 65% do corpo docente das escolas.

Os melanésios ocupam apenas os postos subalternos. Apesar destes desequilíbrios não serem novos, eles tornaram-se particularmente escandalosos depois que, ao longo da década de 70, chegaram à Nova Caledônia numerosos jovens europeus, provocando uma duplicação da população.

As atuais estruturas econômicas e sociais têm excluído qualquer desenvolvimento harmonioso com base na produção, privilegiando os serviços administrativos e o comércio, áreas convencionalmente mais do agrado dos imigrantes coloniais. O caso já mencionado do níquel, depois do grande interesse demonstrado pelos franceses, acabou por entrar em declínio, em detrimento de um desenvolvimento equilibrado da produção local.

A deterioração progressiva que tem se verificado na balança comercial deve-se simultaneamente ao fato da produção do níquel ter baixado e de as impor-



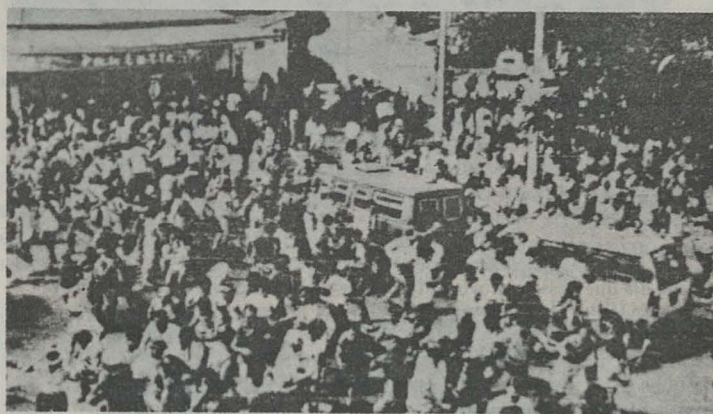
Jean-Marie Tjibaou (ao lado, esq.), líder da FLNKS; Machoro (ao lado, dir.), dirigente canaque assassinado pelos colonialistas. A luta pela independência ganhou um novo impulso a partir de 1975

tações não serem nunca suficientes para manter o nível de vida dos funcionários.

Recuperar a terra para trabalhá-la

Lutando pelos seus direitos desde que, há 132 anos, os franceses desembarcaram no seu território, só a partir de 1975 os canaques iniciaram de forma organizada a sua luta pela independência. Paralelamente à sua dificultada participação desde 1956 no governo local, os canaques têm lutado pela recuperação das terras, para, de acordo com as suas tradições, trabalharem-nas coletivamente e delas se alimentarem.

"A situação econômica é muito dura: é necessário comer e agitar a comunidade. É a mobilização com vistas ao plantio que começa. Ele é a espinha dorsal do plano de desenvolvimento que começamos a elaborar, mas, no momento, não tem outro objetivo que não seja o da nossa sobrevivência". Estas palavras de Jean-Marie Tjibaou, dirigente máximo da Frente de Libertação Nacional Kanak Socialista, sintetizam aquilo a que se poderá chamar a tática canaque de sobrevivência. Ao lado de uma luta organizada em prol da independência da Nova Caledônia e que passará pelo referendo de dezembro



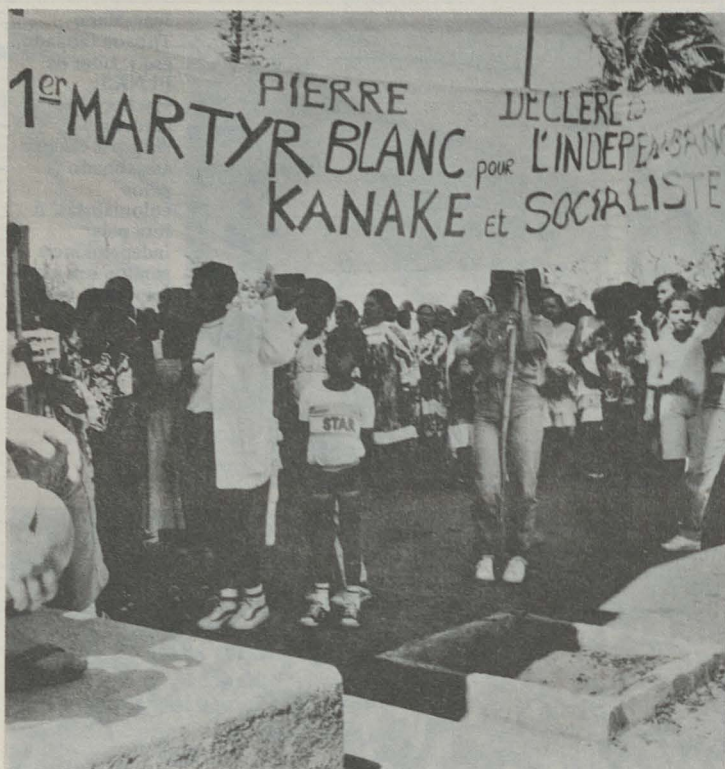
de 1987, caso o calendário não venha a ser uma vez mais alterado, uma outra é desenvolvida pela FLNKS: ocupar terras para trabalhá-las.

Sempre foi na terra que os canaques viram a sua sobrevivência. Em torno dela se formaram e se organizam ainda hoje os clãs. Os colonialistas apropriaram-se de 400 mil hectares dos 560 mil existentes, deixando para os canaques "reservas" de menor qualidade e claramente insuficientes. E a palavra de ordem tantas vezes surgida nas paredes das casas de Noumea, "a terra para quem a trabalha", tem ali um sentido econômico, social e cultural. Além de terem se apropriado das melhores parcelas de terra, os europeus deixam-nas ainda improdutivas.

Os esforços da França

Há cerca de um ano o governo socialista de François Mitterrand encarregou Edgard Pisani do estudo e da resolução da situação na Nova Caledônia. Pretendia-se, então, refrear a onda de violência canaque e acalmar os ânimos entre os caldoches. Tratava-se de encontrar uma solução que, sendo do agrado de Paris, permitisse a autodeterminação gradual da Nova Caledônia, através de vias legais e da aprovação caldoche.

Em 19 de novembro de 1984, apesar dos incidentes provocados pelo boicote desenvolvido pelos canaques, as eleições territoriais deram uma percentagem de 70% ao RPCR. Quase um ano



A cada dia que passa o movimento independentista ganha maior apoio: até caldoches (foto) já se incorporaram à luta

depois foi possível realizar novas eleições nas quais participaram duas forças fundamentais: o RPCR, caldoche e pró-francês e a FLNKS, canaque e independentista. Os resultados mencionados logo no início, reafirmam o que acima se disse.

Atualmente, a Nova Caledônia vive um equilíbrio de forças, concentrando-se os caldoches na região de Noumea e os canaques nas outras três regiões do país. Em termos econômicos, a região dominada pelos caldoches é a que detém as terras mais férteis, enquanto os canaques, empurrados desde o século passado para as zonas mais áridas, controlam as minas de níquel.

Em termos políticos, após as eleições coube aos canaques a maior fatia no Executivo. Nas três regiões em que obtiveram a maioria dos votos poderão agora realizar algumas reformas e ir

avanzando com a sua política de desenvolvimento produtivo. Simultaneamente, poderão finalmente fazer ouvir a sua voz no parlamento regional e no Conselho Executivo. Por outro lado, a FLNKS não poderá mais ser ignorada e tornou-se, claramente, a força organizada da população melanésia.

Depois de recuos e avanços relativos à marcação do referendo para a autodeterminação (cuja data os canaques reivindicavam para antes das eleições legislativas em França, a serem realizadas em 1986) ficou definida a sua realização apenas para 1987. Dois problemas se colocam, agora, à FLNKS: resistir às perseguições caldoches que têm assumido, nos últimos tempos, proporções preocupantes e por outro lado, aguardar o resultado das eleições legislativas francesas.

Se o partido de Jacques Chirac, o RPR (Reunificação para a República) ganhar, os canaques poderão assistir a novo recuo nas negociações com a França, já que este partido francês mantém excelentes relações com o RPCR caldoche e pode vir a retardar todo o processo desenvolvido pelos socialistas, através do seu delegado naquele território.

Um outro problema com que Pisani se debateu, consistiu na definição sobre quem poderá votar no referendo. Enquanto os caldoches defendiam, logicamente, que todos os habitantes da Nova Caledônia, independentemente da sua origem ou de há quanto tempo imigraram deveriam votar, os canaques defenderam sempre que não se podem considerar cidadãos da Nova Caledônia os recém-chegados, mas apenas os filhos de nascidos na terra e que só estes deveriam poder votar no referendo. Pisani resolveu a situação permitindo o voto a todos os habitantes que ali vivam há mais de três anos o que, não agradando nem a caldoches nem a canaques, acabou por favorecer particularmente os primeiros.

Entretanto, e enquanto se aguarda o desenrolar dos acontecimentos até o referendo, a França projeta instalar uma base militar na Nova Caledônia, alegando a hegemonia anglo-saxônica da região. Este plano levanta uma questão muito séria: até que ponto está, de fato, a França interessada em resolver a situação daquela sua colônia? Que garantias dá, afinal, o governo francês de que uma independência-associação não será uma solução de momento, prosseguindo a sua política de dependência?

Uma coisa é certa: independentemente do que venha a acontecer, no interior da França ou na Nova Caledônia, os canaques estão decididos a levar o processo de autodeterminação adiante, com o acordo, ou não, da França. (Guimar Belo Marques) ●

Meio ambiente

O céu amarelo do Vale da Morte

A cidade de Cubatão, a mais poluída do mundo, mostra o que não deve ser feito em matéria de desenvolvimento sob o risco de se descuidar do essencial: o ser humano

Todos os dias do alto da Serra do Mar, considerada a mais antiga do mundo, algumas décadas de poluição contemplam o visitante. Elas pairam, como nuvens ácidas, sobre toda a região paulista de Cubatão, cenário de um dos maiores crimes ecológicos do planeta. E espriam dos claros abertos na floresta em torno dos inermes e sinistros esqueletos das árvores que destruíram às margens do rio Mogi.

Mas Cubatão, a capital do Vale da Morte, recordista mundial em nascimento de crianças sem cérebro (54), soube se preparar para receber, em 25 de outubro passado, um grupo de jornalistas e delegados participantes da 4ª Reunião da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Naquele dia, mais de 300 das chaminés de Cubatão reduziram em pelo menos 50% suas emissões de poluentes e o enxofre emitido não foi suficiente para tornar amarelo o céu do Vale da Morte.

A razão estratégica

Quantas décadas ainda serão necessárias, quantos bebês ainda nascerão com anomalias e mutações genéticas até que se repare o crime de Cubatão? Após o almoço oferecido aos visitantes, entre os quais havia seis representantes da ONU, na Ultrafér-

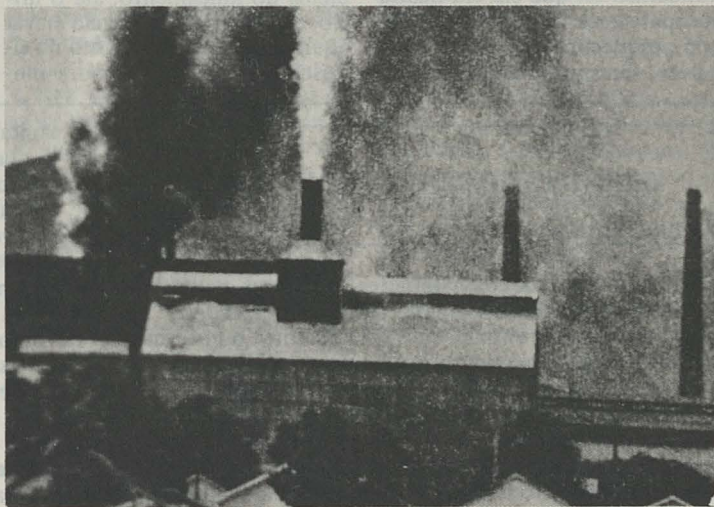
til, o prefeito nomeado¹ da cidade, Nei Eduardo Serra, garantiu que já teriam sido eliminadas 93 das quase 320 fontes de poluição identificadas na cidade nos últimos 12 meses.

Contra-argumento imediato de um especialista em ecologia, o físico paulistano Antônio Carlos Alves de Oliveira: "De fato, estão eliminando fontes de poluição, mas só as pequenas, como uma padaria da Vila Parisi, um

a Manah, a Copebrás, a Solorico e a Trevo, que são as principais responsáveis pela poluição".

A ex-primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que preside a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, teve que ser, por razões de ofício, mais diplomática em sua resposta ao prefeito: "Vimos aprender lições para evitar que surjam problemas como este em outras partes do mundo". Mas, como surgiu o problema de Cubatão?

Tudo começou com o processo de industrialização, iniciado em 1949 com a construção da Refinaria Presidente Bernardes, da Petrobrás. A cidade foi escolhida pela marinha de guerra, que tinha muita influência na questão do petróleo, com base em motivos de ordem estratégica: a refinaria tinha que ser instalada no interior, para ficar



Cubatão, a cidade mais contaminada do mundo, ostenta o recorde mundial de nascimentos de crianças sem cérebro

dos bairros de Cubatão. Daqui a alguns anos, restarão somente as grandes, como a Refinaria Presidente Bernardes, a Union Carbide, a Ultrafértil, a Rhodia, a Cosipa, a Carbocloro, a Iap,

¹ Cubatão é um dos mais de 100 municípios declarados "áreas de segurança nacional" durante as duas décadas de governos militares no Brasil. Nesses municípios, os prefeitos eram nomeados pelo regime.

menos exposta a ataques de eventuais inimigos, mas estar situada entre as cidades de Santos e São Paulo, por ser esta a área mais industrializada do país.

Não se pode contestar a validade da adoção de critérios estratégicos ou militares e econômicos na localização de uma refinaria de petróleo, como bem vem demonstrando, por exemplo, a evolução da guerra entre o Irã e o Iraque. Mas, evidentemente, desde que tais critérios não sejam os únicos levados em conta, conforme ocorreu em Cubatão.

A "cama quente"

Cubatão é, de fato, uma lição a ser aprendida em todo o mundo: de como não deve ser o desenvolvimento. Os planejadores — se é que se pode utilizar o termo — do desenvolvimento da cidade se esqueceram, simplesmente, de um aspecto fundamental: que ela era habitada por seres humanos. O mesmo esquecimento — só que, talvez, sem o mesmo caráter do-

loso — dos autores do modelo econômico que o regime ditatorial de 1964 imporia a todo o país. Tanto é assim que uma frase pronunciada em 1970, em raro momento de conscientização social, pelo general-presidente Emílio Garrastazu Médici, pode ser aqui parodiada e transposta do nível nacional ao municipal: Cubatão vai bem, mas o seu povo vai mal.

A produção industrial de Cubatão representa, aproximadamente, uns 7% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, e ela é o quarto ou quinto município do país em arrecadação de ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias). Mas a metade da sua população, estimada em 105 mil habitantes, vive com menos de dois salários mínimos; 40 mil em favelas, os chamados "bairros cotas", que ladeiam a Via Anchieta.

Além da poluição e do déficit habitacional, há o terrível problema do saneamento: até o início do corrente ano, não havia qualquer ligação de esgoto na cidade. E existe ainda, num mu-

nícipio que tem apenas 16% de área útil, a necessidade de encontrar espaços para as populações que vivem em áreas de risco, a fim de evitar novas tragédias como a de Vila Socó. Neste bairro, um gasoduto da Refinaria Presidente Bernardes causou, em 1983, segundo dados oficiais, a morte de 98 pessoas (600, segundo o diretor do Instituto Médico Legal de Cubatão).

De acordo com informações de jornalistas que cobrem o assunto há muitos anos, no bairro de Vila Parisi (cerca de 4 mil habitantes; eram 12 mil no auge da implantação industrial), o estado de miserabilidade geral deu origem à instituição bem capitalista da "cama quente": as pessoas alugam o próprio leito por algumas horas.

Lógicas em conflito

Não é preciso dizer mais para provar que Cubatão é um exemplo antológico de processo de industrialização que não beneficiou a população. Mas, será lícito chamar esse tipo de industria-

CARACAS COMBATE POLUIÇÃO

☐ Dos 4 milhões de habitantes de Caracas, pelo menos 1 milhão sofre de infecções respiratórias, cutâneas e visuais, em razão da forte poluição ambiental causada principalmente pelo escape de monóxido de carbono de cerca de 2.000 veículos pesados que utilizam óleo diesel em seus motores.

Por isso mesmo, as autoridades da capital venezuelana iniciaram o que denominam "operação fumaça", com o objetivo de retirar de circulação os veículos que trafegam poluindo o ar.

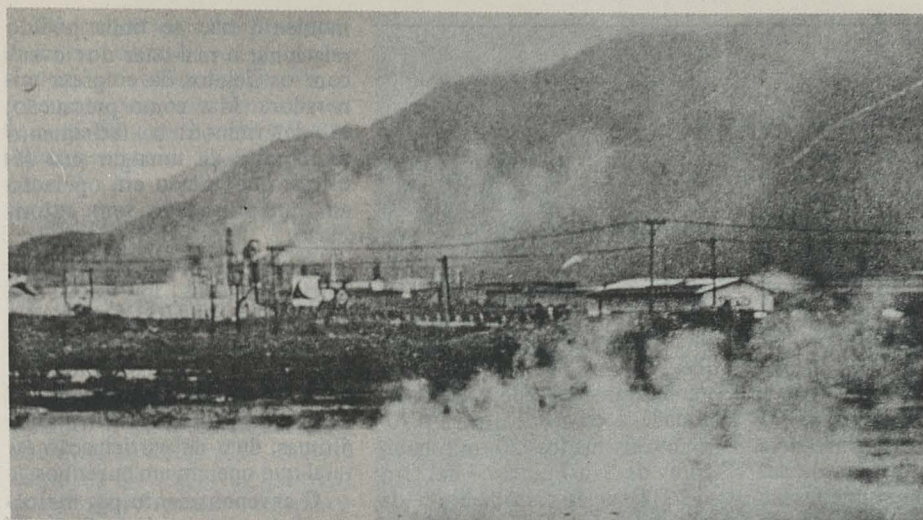
A Organização Mundial de Saúde considera que o monóxido de carbono, principal responsável pela contaminação do ar em Caracas, pode existir, no máximo, numa proporção de 9 por mil volumes de ar durante um período de 8 ho-

ras. Na capital venezuelana essa quantidade se eleva a 47 por mil.

A "operação fumaça" conta com a participação de militares, policiais e técnicos. Os proprietários de veículos menores, também movidos a diesel, terão um prazo até novembro de 1986 para reparar falhas de seus motores.

A Venezuela enfrenta, ainda, dois outros problemas de poluição do meio ambiente: os resíduos industriais, que ameaçam a vida de alguns de seus lagos, e o lixo, tanto das fábricas como dos banhistas, que prejudica a beleza de suas praias tropicais.

Ecologistas e defensores do meio ambiente têm insistido na necessidade de uma nova legislação, que estabeleça penalidades e até mesmo em alguns casos, a prisão para responsáveis por indústrias que poluem o ar. Estudos realizados por diversos organismos que se preocupam com o ambiente de Caracas comprovam que diariamente se incorporam à atmosfera mais de 1.700 toneladas de agentes contaminadores, lançados principalmente por veículos. (Luís Córdova)



Enquanto se eliminam as pequenas fontes de contaminação, as grandes indústrias, as principais responsáveis pelo problema, permanecem intactas

Pedro Martinelli

lização a qualquer preço, que se processa em detrimento do homem e da natureza, de desenvolvimento?

O senador brasileiro Severo Gomes, um dos convidados para o seminário de imprensa que a agência de notícias IPS (*Inter Press Service*) promoveu em São Paulo na véspera do encontro da ONU, tentou uma explicação racional para o caso: a lógica das empresas é de curto prazo, ao passo que a lógica da sociedade e, por conseguinte, da política tem que ser de longo prazo.

Daí o conflito de lógicas em que o povo sai perdendo sempre que não souber — ou puder — impor a sua, a longo prazo, através de sindicatos e outras organizações que se encarreguem de lembrar aos governos e às empresas que desenvolvimento não pode ser um conceito abstrato para beneficiar pedaços de mapas e enfeitar relatórios estatísticos.

A população de Cubatão já compreendeu isso e vem procurando ter voz mais ativa nos assuntos que a afetam. Desde 1981, existe a Associação das Vítimas da Poluição de Cubatão, cuja criação fora anteriormente vetada sob a alegação de que constituiria "ameaça à segurança nacional". Uma crescente parti-

cipação popular tem sido assinalada também em Vila Rica, onde moradores resistem às tentativas empreendidas pela Cosigua para removê-los.

Transnacional multada

O atraso com que se manifesta esse processo de conscientização popular tem causas facilmente compreensíveis. No plano internacional, somente se começou a falar de ecologia em fins da década de 40, quando especialistas de mais de 50 países participaram da Conferência Científica das Nações Unidas sobre a Conservação e a Utilização dos Recursos. No Brasil, excetuadas esparsas referências, a ecologia só passou a merecer a atenção da imprensa a partir de 1972, quando se realizou na Dinamarca um congresso internacional sobre o meio ambiente. Desde então, o tema tem despertado crescente atenção, estimulada por tragédias como a de Vila Rica e — no plano internacional — a de Bhopal, na Índia, onde um escapeamento do gás isocianato de metila (produzido em Cubatão pela *Union Carbide*) matou cerca de sete mil pessoas.

Em Cubatão, a Companhia de Tecnologia de Saneamento Am-

biental (Cetesb) somente começou a atuar em 1984, após o morticínio de Vila Rica, embora dispusesse de instrumentos legais para combater a poluição desde 1976. Em 78, o seu diretor de Tecnologia de Resíduos Sólidos, Werner Zulauf, chegou a registrar em relatório que a Rhodia lançava substâncias venenosas como pentaclorofenol, hexaclorobenzeno e hexaclorobutadieno na bacia do rio Cubatão. Agora, Zulauf, já como presidente da Cetesb, é acusado de haver esperado sete anos para adotar medidas contra o envenenamento da população. Foi preciso que a imprensa denunciasse o fato para que a Cetesb impusesse multas à transnacional francesa.

As 23 grandes indústrias petroquímicas e siderúrgicas de Cubatão são muito poderosas. Elas têm meios para remover obstáculos e aplacar resistências. Podem determinar até a cor do céu de Cubatão. E as denúncias da imprensa — mesmo quando muito bem fundamentadas, como as que tem feito Randau Marques, o editor de Ecologia do "Jornal da Tarde" — não serão suficientes para contê-las se não se ampliar o movimento de conscientização e participação do povo do Vale da Morte. (Artur José Poerner)

Os metais tóxicos e assassinos

A intoxicação de 400 estudantes mexicanos por emanções gasosas não-identificadas, provenientes de uma companhia de mineração do norte do México, provocou uma grave polémica e novamente levantou suspeitas de que diversos metais inalados ou ingeridos podem envenenar e inclusive matar as pessoas.

Os adolescentes da escola secundária "Heróis da Democracia" do povoado de San Francisco del Oro, em Chihuahua, há várias semanas não comparecem às aulas. E não voltarão, disseram seus pais, enquanto não se esclarecer a causa dos sintomas que cerca de 400 deles apresentam, tais como perda de consciência de até sete horas, náuseas permanentes, vômitos e fortes dores de cabeça. Constata-se com estranheza que 90% dos afetados são meninas.

Depois de estudos preliminares, os relatórios resultantes são contraditórios. O grupo minerador *Frisco*, proprietário da companhia de mineração, afirma que se trata de "uma histeria coletiva" dos estudantes. Um departamento do governo mexicano sustenta que "não se encontrou relação" entre os dejetos da empresa mineradora e a causa desses males. No entanto, um engenheiro químico independente afirma que os causadores são o ácido sulfúrico e o mercúrio utilizados no processamento industrial de metais preciosos. Além disso, um médico declarou que havia descoberto a presença de chumbo no sangue e arsênio e mercúrio na urina dos estudantes.

Com razões fundamentadas para estarem desconfiados e questionar o fato de se eximir prematuramente de responsabilidade a companhia mineradora, os alarmados 20 mil habitantes de San Francisco del Oro — 2.100 deles trabalhadores da companhia de mineração do

momento não se tinha podido relacionar o mal-estar dos jovens com os dejetos da empresa mineradora. Mas como precaução, se determinou o fechamento temporário de uma de suas fábricas, que entrou em operação em junho passado sem autorização.

A subsecretária de Ecologia, Alicia Bárcenas, informou que no período 1984-85, de um total de 1.800 empresas em todo o país, com produtos altamente contaminadores, foram multadas 760 e fechadas sete, entre estas últimas, duas de participação estatal que operam em engenhos.

O envenenamento por mercúrio pode se dar pela inalação de



As crianças são especialmente sensíveis à intoxicação pelo chumbo

grupo *Frisco* — formaram um dinâmico "Comitê de Defesa Ecológica" do povo e estão pedindo a presença de especialistas das Nações Unidas.

Como consequência da mobilização popular e para obter um parecer definitivo sobre a questão, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e de Ecologia do México fechou por 120 dias a fábrica da empresa *Frisco*. A Secretaria informou que até o

seus vapores ou pela ingestão de alimentos (cereais, pescados e mariscos). Oitenta por cento do vapor de mercúrio inalado são retidos pelo organismo humano e depois de sua absorção pelos pulmões, o sangue o transporta rapidamente ao cérebro, produzindo sérias lesões ao sistema nervoso central. Os metalatos e etilatos de mercúrio foram a causa de graves envenenamentos da população.

Várias centenas de japoneses morreram ou sofreram graves intoxicações na década de 50 ao consumir peixe contaminado da baía de Minamata e em Niigata. (Assim surgiu o "mal de Minamata".)

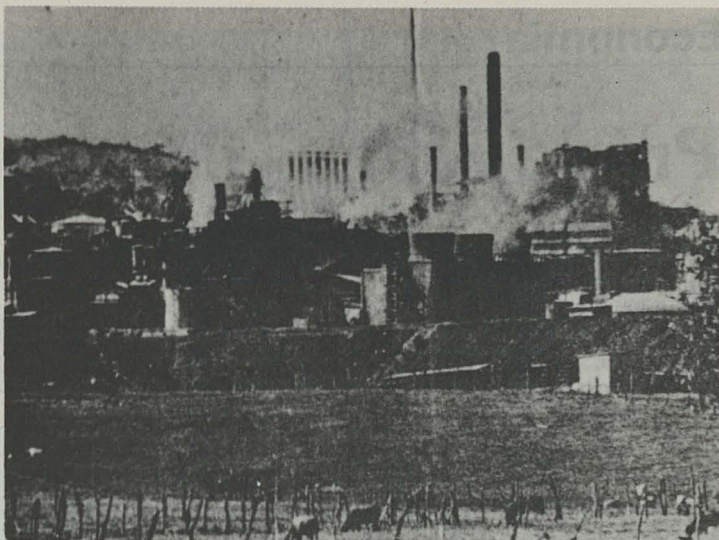
No Iraque, em 1971 e 1972, seis mil pessoas foram hospitalizadas, 500 das quais faleceram, por terem consumido pão fabricado com trigo desinfetado com fungicidas à base de mercúrio.

O cádmio é outro inimigo potencial. É usado industrialmente como metal antifricção, antioxidante, na fabricação de plásticos, como agente corante em pinturas e esmaltes (por sua cor laranja), além de outros usos. Sua ação tóxica é cumulativa. Ataca principalmente os rins e pode provocar problemas nos pulmões. O receituário médico se "enriqueceu" com outro mal na década de 40: a "doença de Itai-Itai". Milhares de japoneses dessa região ficaram enfermos dos ossos e dos rins por comer arroz regado com águas contaminadas com cádmio.

A presença do chumbo no ar das cidades é um perigo crescente para a saúde humana. Entre seus efeitos estão as lesões do fígado, estômago, rins, cérebro, sistema nervoso central e órgãos reprodutores. As crianças são especialmente sensíveis à contaminação pelo chumbo. O saturnismo é um mal originado pela acumulação de chumbo no estômago.

Inimigos reais ou potenciais

O manganês figura também na lista de inimigos reais ou potenciais da saúde humana. Através de seus vapores, poeiras e aerossóis pode provocar pneumonia entre os trabalhadores e nas imediações das fábricas. Sua inalação e a ingestão de água contaminada com este metal geram transtornos cerebrais crônicos ir-



A intensificação do uso industrial dos metais pode romper o equilíbrio ecológico

reversíveis. É usado para a fabricação de linóleo, fósforos, material pirotécnico e pilhas secas, assim como na composição de fertilizantes e fungicidas.

O cromo possui grande importância industrial em ligas, ladrilhos refratários, galvanoplastia, curtume, pinturas e conservantes para a madeira. Há suspeitas de que produza câncer pulmonar. Também o níquel tem fama de cancerígeno, sendo muito utilizado na fabricação de moedas e utensílios domésticos de cozinha.

O cobre, o estanho, o ferro, o molibdênio e o cobalto também figuram na lista de virtuais ou reais ameaças para a saúde humana, segundo documento do Pnuma, a Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Utilizados pelo homem desde tempos imemoriais, o problema da maioria dos metais é que a intensificação de seu uso industrial pode prejudicar a saúde humana e romper o equilíbrio dos sistemas ambientais quando atingem concentrações excessivas no ar, solo, água ou alimentos. Para a população em geral, incluídos os governantes, as possíveis prevenções da ação tóxica dos metais só se aplicam, basicamente, à

sua fonte de emissão mais difundida, ou seja, o processo de extração e purificação: mineração, fundição e refinação.

Há, contudo, outra menos conhecida. É a emissão de metais ao se queimar combustíveis fósseis como o carvão e o petróleo. Esses combustíveis contêm cádmio, chumbo, mercúrio, níquel, vanádio, cromo e cobre, grande parte dos quais se espalham no ar ou se depositam nas cinzas.

Finalmente, uma terceira fonte de emissão, a mais diversificada, é a produção e a utilização de produtos industriais que contêm metais ou ligas de metais. Este mundo heterogêneo de metais e seus incalculáveis riscos tornam difícil um diagnóstico exato sobre o mal que atinge os 400 estudantes de San Francisco del Oro. A cinco quilômetros desse povoado do norte do México, o grupo minerador *Frisco* produz ouro, prata, chumbo, flúorina e zinco. Além disso, segundo seus técnicos, utiliza ácido sulfúrico, mercúrio, sais diversos e reativos. Uma combinação explosiva para a saúde humana. (Mario de Cautin)

Prós e contras da reforma monetária

A criação do *austral* e as medidas antiinflacionárias permitem sanear a economia argentina e lançar as bases do crescimento econômico. Pelo menos essa é a opinião do economista Aldo Ferrer, em declarações exclusivas a *cadernos*

Como ex-ministro da Economia e atual presidente do Banco da Província de Buenos Aires, Aldo Ferrer viveu de dentro o processo de criação da nova moeda argentina, o *austral*, e possui elementos pouco conhecidos pela opinião pública para julgar os resultados que a nova política financeira do governo radical pode obter.

Em sua opinião, um dos as-

pectos mais criticáveis da gestão econômica da maior parte dos governos latino-americanos é ter concentrado todos os esforços e todas as preocupações no problema da dívida externa, relegando a um segundo plano outros problemas econômicos — como a questão fiscal, a situação monetária e a ordem interna — que, bem encaminhados, teriam podido inclusive contribuir para for-

talear o poder negociador do continente frente aos credores.

Foi em torno desses temas a conversa de cadernos do terceiro mundo com o dirigente argentino, realizada recentemente em Montevidéu, durante a participação de Ferrer no seminário sobre integração latino-americana e dívida externa, promovido pelo Ilet (Instituto Latino-Americano de Estudo Transnacionais). Reproduzimos a seguir as principais afirmações de Aldo Ferrer naquela ocasião.

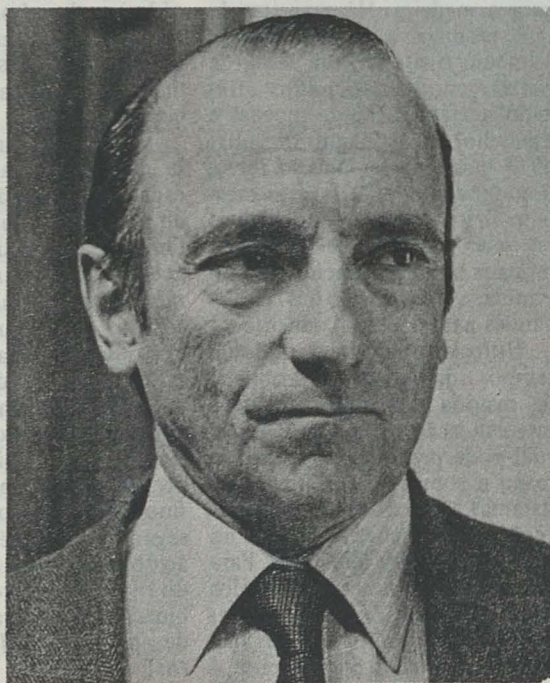
Ataque frontal à inflação

“Cada país apresenta realidades diferentes, com suas características e desafios próprios. No caso argentino, a situação vinha se arrastando desde a época dos governos militares, que levaram a economia a uma crise profunda. O resultado é conhecido: uma elevada dívida externa, uma inflação sem precedentes e um empobrecimento generalizado da população.

“Com a volta à democracia, todas as tensões acumuladas aflozaram. Isso explica porque a taxa de inflação alcançou os níveis que registrou nos meses anteriores às medidas adotadas pelo governo. O povo argentino foi tirando conclusões importantes. A primeira e mais importante é que temos que preservar a democracia, porque viver fora da lei compromete a própria segurança da nação e pode levar à dissolução do país.

“Não desfrutar de um regime democrático nos levou a uma guerra e a uma derrota, o que nunca havia acontecido antes na história do país. Estou convencido de que todo o povo chegou à conclusão de que não temos outra alternativa senão viver em democracia: e é a primeira vez, desde 1930, que se pode afirmar

“Cada país apresenta realidades diferentes, com suas características e desafios próprios”, afirma o economista Aldo Ferrer



B. Basso



Seminário sobre integração e dívida externa, promovido pelo Ilet em agosto passado em Montevideo

que nenhum setor significativo da sociedade argentina pensa de outra maneira. Esse dado é importante para avaliar a estabilidade do sistema democrático argentino.

“Mas não é só: o povo também se convenceu de que é necessário pôr a casa em ordem. A inflação refletia desequilíbrios e tensões enormes e era necessário erradicá-la de maneira muito drástica. Com uma taxa de inflação de 30% ao mês como a que imperava na Argentina, era praticamente impossível fazer qualquer coisa.

“O governo percebe este estado de ânimo no país, faz sua própria avaliação do comportamento da economia desde o início do período constitucional e anuncia um programa frontal de ataque à inflação. Quais são os fundamentos deste programa? A primeira premissa é a necessidade de um ordenamento fiscal: procurar obter recursos reais da população para pagar os gastos públicos — incluindo a dívida externa — e, por outro lado, um congelamento de preços que mantenha uma trégua na distribuição da renda enquanto dure o

processo de ajuste.

“A resposta da sociedade foi muito positiva. Consequentemente, o crescimento dos preços foi extremamente baixo. Os únicos elementos de incerteza neste momento são alguns produtos sazonais como a carne, o frango e as verduras. Mas na maior parte dos preços — incluindo as tarifas dos serviços públicos e a taxa de câmbio — existe um congelamento real.

“E por que ocorre isso? Não é porque o governo tenha exercido um controle sobre os comerciantes ou sobre os industriais, coisa que teria sido impossível, já que não há forma de impor um congelamento de preços com base exclusiva no controle oficial.

“Se o programa teve êxito foi por causa da resposta da sociedade. A sociedade se convenceu de que era isso que tinha que ser feito. E produz-se então este fato notável do congelamento real dos preços e uma baixa muito drástica da inflação.

“Resta ainda pela frente uma tarefa complexa: obter bons resultados no ordenamento das empresas do Estado, na eliminação de seu déficit, no aumento

de sua eficiência. E mais: em seguida será preciso pôr em funcionamento a economia argentina, os recursos ociosos, ordenar o setor financeiro, baixar as taxas de juros e estabelecer o crescimento econômico a longo prazo.

“A pré-condição para o crescimento econômico é a estabilidade. Mas por si mesma ela também não o assegura. É necessário uma política global, de investimentos, de tecnologia, de cooperação internacional, de comércio exterior, de mobilização popular. Todo esse conjunto de definições de política econômica pode levar ao crescimento do país, a longo prazo.

“Sou otimista, creio que assim como estamos vencendo na luta pela preservação da democracia, venceremos na luta anti-inflacionária e assim teremos criado as condições para iniciar uma etapa de crescimento econômico.”

A reforma monetária

“Com medidas de caráter político, conseguiu-se reverter uma situação econômica. E, nesse contexto, ocorre a reforma mone-

tária, cujos efeitos foram muito positivos. O fato de se ter uma moeda no bolso, o *austral*, que neste momento tem uma paridade superior ao dólar, que está mantendo o seu valor e que está nos dando novamente o prazer de saber que a moeda vale algo, já gera uma estabilidade que tinha se perdido na Argentina.

"Isso tem importância em todos os setores sociais. E creio que maior do que em outros, no setor operário, que se ressentia por receber seu salário no fim do mês e no final da primeira quinzena já enfrentando preços com um aumento de 15%.

"Então, o fato de manter o valor dos estoques monetários em poder do público em geral e a existência de uma nova moeda tiveram um efeito importante. Mas a reforma monetária por si mesma não teria tido êxito se o conjunto do programa não funcionasse, ou seja, se os preços não tivessem parado de subir.

"Naturalmente, o mero fato de se tirar todos os zeros da moeda já foi um fato positivo, que facilitou os cálculos."

A emissão da moeda e da dívida externa

"A economia argentina já estava em uma etapa recessiva, com alta inflação. Neste momento, o governo não emite, mas há assim mesmo uma grande emissão monetária como consequência do aumento das reservas internacionais. Houve uma grande entrada de capital de curto prazo e isso provocou um aumento de liquidez que o governo absorveu com a colocação de títulos nos bancos e a manutenção de uma taxa de juros interna alta.

"Esse é um problema sério, que é preciso resolver: de alguma maneira é necessário conseguir quebrar as expectativas inflacionárias com menores taxas de juros porque o custo é muito alto do ponto de vista do nível de atividade. Eu diria, contudo, que o compromisso do governo de não emitir não afeta o nível de atividade; mais importante é talvez o problema da taxa de juros. Na medida em que o governo cumpre a meta de não emitir e

as expectativas do público mudem, será possível baixar a taxa de juros.

"Mas essas medidas têm outra consequência significativa. Defender o interesse nacional com uma taxa de inflação de 30% ao mês é impossível, ninguém leva o país a sério. E com esse nível de desordem é inútil fazer planos para longo prazo.

"Com o êxito do programa de estabilização, a Argentina estará finalmente em condições de reavaliar o tema da dívida externa, que consiste na transferência de recursos do país para o exterior, como vem sucedendo com outras nações da América Latina.

"Ao colocar a casa em ordem estamos fortalecendo também nossa posição internacional em um quadro mundial que — acreditamos — tende a flexibilizar-se e permite pensar na obtenção de melhores condições de negociação do que as que se deram até agora.

"A Argentina, como todos os países da América Latina, cometeu o erro de concentrar toda a sua política na negociação da dívida. Mas o tema da dívida não tem solução e a situação interna continua desordenada. Por isso, a experiência argentina deve nos levar a uma reflexão. É possível colocar a situação em outros termos: a partir de um reordenamento interno e de uma posição negociadora mais forte. Naturalmente a conjuntura internacional também influirá, já que uma maior cooperação latino-americana fortalece o poder negociador de cada país individualmente."

A integração latino-americana

"A Argentina tem uma vocação histórica integracionista, embora, da mesma forma que os demais países do continente, tenha ficado muito absorvida pelos problemas imediatos, deixando relegado o tema da integração.

"Mas com os novos desafios



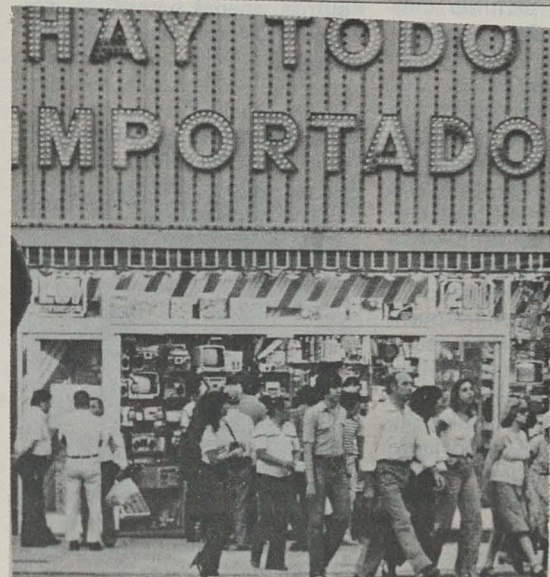
Manifestação
contra o Fundo
Monetário
Internacional
em Buenos Aires

que a ordem mundial coloca, o tema da integração está sendo revalorizado. A cooperação latino-americana é entendida atualmente como uma necessidade, não só para abrir fronteiras novas para o desenvolvimento, como para a própria consolidação da democracia. Não é por acaso que, neste momento, haja um contato pessoal e frequente entre vários dos presidentes democráticos da América Latina.

"Isso reflete um novo tempo político e dará lugar a novos entendimentos. Atualmente eu sou presidente de um banco — o Banco da Província de Buenos Aires — e, nessa condição, participei da criação de um novo instrumento: a *Latinequip*, uma empresa para a promoção do comércio de bens de capital, que tem perspectivas muito grandes. O importante é que esta empresa foi criada de forma conjunta pelo Banco do Estado de São Paulo (Banespa), a Nacional Financiera do México (Nafinsa) e o Banco da Província de Buenos Aires. Creio que essa iniciativa vai dar espaço a novos empreendimentos que decorrem de um quadro político diferente, que nos permite fazer, a nível latino-americano, coisas concretas em conjunto.

"Tem que haver uma decisão de abrir os canais políticos da cooperação, mas isso não é suficiente. É necessário que haja uma coordenação com os interesses concretos dos povos que vão realizar esse comércio. Porque os presidentes podem se pôr de acordo — e de fato o fizeram em diferentes épocas — mas, como não se criam os canais reais de integração, não se avança.

"A vontade política pode ficar ao nível das declarações se não for implementada com a convocação dos empresários, das forças econômicas dos diferentes países encarregados de proceder às negociações concretas. É preciso ir criando os instrumentos



Nota de um milhão de pesos antigos (acima). "Vivemos numa economia mista, na qual o Estado dá as principais diretrizes"

para a ação.

"Vejamos um exemplo concreto: o eventual intercâmbio entre a Argentina e a Venezuela. As fontes de abastecimento tradicionais da Venezuela estão nos Estados Unidos, seus exportadores têm suas linhas comerciais com aquele país, seus fornecedores etc.. Dizer-lhes que não importem mais dos Estados Unidos e que comecem a fazê-lo da Argentina é algo desejável, mas não fácil de realizar. Devemos criar os instrumentos para que realmente apareçam interesses concretos ligados ao comércio com a Argentina.

"Ao Estado cabe dar as grandes linhas da cooperação e da ação. Estabelecer as políticas cambiais, os acordos comerciais,

fornecer o marco de referência para que esse comércio seja possível. Mas o comércio, em definitivo, é feito por particulares. Não creio que um intercâmbio entre empresas do Estado ou entre grandes corporações comerciais dos Estados Unidos da América traga melhores resultados.

"Vivemos em um sistema misto, de uma economia baseada em grande parte na atividade privada, no comércio privado. Neste sistema, o Estado tem que dar o quadro de referência e as grandes orientações, traçar os grandes objetivos. Não creio que se chegue a um maior intervencionismo estatal mas sim a uma maior intervenção pública nos canais de ação"

Notas de Economia

O QUÊNIA DEIXA A LISTA DOS MAIS FAMINTOS

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) retirou o Quênia da lista das nações com maiores problemas alimentares na África. A medida foi anunciada depois de conhecidos os primeiros resultados das colheitas deste ano, quando a volta das chuvas permitiu uma sensível recuperação dos principais cultivos.

A colheita de milho, por exemplo, deve alcançar os 2,5 milhões de toneladas, o que garantirá o abastecimento interno. Também aconteceram melhorias na produção de carne e leite, embora o rebanho queniano ainda não tenha se recuperado totalmente dos três anos de seca.

A produção de leite aumentou em 50%, mas ainda não é suficiente para garantir a alimentação de crianças e gestantes. O café e o chá, os dois principais produtos de exportação do país, não registraram aumentos sensíveis na produção.

BOICOTE NEGRO GANHA FORÇA NA ÁFRICA DO SUL

Pelo menos 40 lojas de comerciantes brancos da região de Porto Elizabeth tiveram que fechar definitivamente suas portas devido ao boicote organizado pela população negra em protesto contra o estado de emergência e o racismo do governo. Através do boicote, os consumidores africanos deixaram de comprar produtos em lojas de brancos. O movimento provocou também prejuízos irreversíveis em quase 100 outros estabelecimentos controlados por cidadãos de origem européia.

O resultado foi considerado uma importante vitória política pelos organizadores do boicote, que levou a população negra a pagar preços mais altos, já que

normalmente as lojas de brancos cobram menos do que os armazéns dos africanos, que não contam com as mesmas vantagens fiscais e creditícias que seus congêneres europeus. O boicote foi implantado em pelo menos 24 cidades sul-africanas com resultados variáveis. Em alguns locais ele foi completo, noutros, apenas parcial. O movimento já dura mais de quatro meses.

NOVO GOVERNO DA TANZÂNIA NEGOCIA COM O FMI



O novo presidente da Tanzânia, Ali Hassan Mwinyi, anunciou que vai reiniciar brevemente os contatos com o Fundo Monetário Internacional visando a obtenção de créditos capazes de aliviar a difícil situação econômica do país. O presidente anterior, Julius Nyerere, resistiu durante longo tempo às imposições do Fundo, que em consequência cortou todos os créditos e aconselhou os bancos privados a fazerem o mesmo.

O novo chefe de governo disse, no entanto, que agirá cautelosamente para evitar que o FMI venha a exercer uma virtual tutela econômica sobre a Tanzânia. O presidente Mwinyi disse também que em circunstância alguma negociará a soberania do país com as autoridades monetárias internacionais.

O impasse entre o FMI e a Tanzânia já dura cinco anos.

EM FUNCIONAMENTO NOVO OLEODUTO DO IRAQUE

O Iraque anunciou que já está em funcionamento o novo oleoduto que atravessa o território saudita, com capacidade inicial para escoar cerca de 1 milhão de barris diários, estando previsto, para uma segunda fase, o aumento para 1 milhão e 600 mil barris por dia. Os navios petroleiros recebem o petróleo iraquiano escoado através deste oleoduto no porto saudita de Yanbu, no mar Vermelho.

Segundo o ministro iraquiano do Petróleo, Qassim Ahmed Taqi, a obra foi concluída antes do prazo marcado e entrou na fase experimental já em agosto passado. O oleoduto, segundo o ministro, será fundamental para a economia do Iraque, já que permitirá neutralizar os efeitos do bloqueio do terminal petrolífero da ilha de Kharg pelo Irã que tinha ameaçado com uma paralisação total das exportações de petróleo iraquianas.

A TAAG JÁ LIGA TODOS "OS CINCO"

Os cinco países de língua portuguesa na África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé) passaram a ficar interligados via aérea com o início, nos primeiros dias de novembro, dos vôos entre Luanda e Bissau. A nova escala da empresa aérea angolana é uma extensão da linha Luanda/São Tomé que também começou a funcionar recentemente. O estabelecimento da rede de vôos ligando "os Cinco" foi decidido na conferência de cúpula realizada em fevereiro de 1985, entre os chefes de Estado de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé.

CAEM AS EXPORTAÇÕES LATINO-AMERICANAS

A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) informou que nos primeiros nove meses de 85 as exportações do continente caíram em 9%, em consequência da contínua redução dos preços das matérias-primas em geral nos mercados da Europa e Estados Unidos. De uma lista de 18 produtos, a banana e o cobre subiram de preço, mas as altas foram insuficientes para compensar a redução de 13,4% registrada nestes dois produtos no ano de 1984.

Dos itens que sofreram desvalorização, as maiores quedas foram do açúcar, farinha de pescaço, soja, milho, algodão, chumbo, e lã, cujas cotações caíram entre 10 a 36%. A redução no valor das exportações representa uma queda das receitas externas dos países da região, num momento em que quase todos eles enfrentam enormes dificuldades para pagar uma dívida externa global de aproximadamente 350 bilhões de dólares.

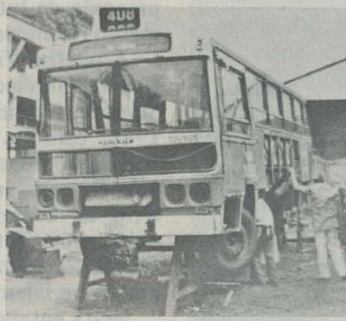
CHILE PERDE MEIO BILHÃO DE DÓLARES COM PRIVATIZAÇÕES

A venda de ações de oito empresas estatais provocou um prejuízo ao governo chileno no valor de 542,6 milhões de dólares, porque os papéis foram transferidos para investidores privados por preços inferiores ao valor real. A denúncia foi feita por um grupo de advogados e economistas que investigaram as transações realizadas na Bolsa de Valores de Santiago, onde as ações das companhias privatizadas foram vendidas ao preço de mercado, obviamente desvalorizado em função da decisão do governo de abrir mão do controle de alguns segmentos-chaves da economia.

Entre as empresas privatizadas

estão a Companhia Chilena de Eletricidade, a Companhia Telefônica, a Empresa Nacional de Explosivos, a Sociedade Química e Mineração, a Companhia de Aço do Pacífico. Na negociação das ações na Bolsa de Santiago cada papel foi cotado na base de 20 centavos de dólar, quando seu valor real é de aproximadamente 1,48 dólares. Com a transferência do controle para o setor privado das oito empresas, sobe para mais de 500, o número de companhias estatais desnacionalizadas pelo regime militar chileno desde 1973.

O PERU ESTUDA "BARTER" COM O BRASIL



Walter Santos

Empresas privadas e estatais do Peru estão em fase adiantada de negociações com o Brasil para estabelecer um convênio de comércio compensado, também conhecido em linguagem econômica como "barter" ou troca direta. Os dois países podem vir a trocar mercadorias e serviços no valor de 400 milhões de dólares. O convênio teria como modelo um outro assinado há meses entre o Brasil e a Nigéria envolvendo trocas de até um bilhão de dólares.

O Peru fornecerá cobre, zinco, petróleo e alguns manufaturados, enquanto o Brasil venderá ônibus, peças de reposição para veículos, insumos industriais e serviços de assessoria técnica.

Atualmente os peruanos já fornecem cerca de 10% das importações brasileiras de não-ferrosos. O petróleo que o Peru exportará permitirá uma sensível economia para o Brasil, especialmente na região amazônica, muito distante das principais refinarias do Rio de Janeiro, Recife e Salvador. O acordo representará cerca de 13% da pauta de exportações do Peru, que atualmente atinge três bilhões de dólares.

HONDURAS: A CRISE ECONÔMICA ATINGE A IGREJA

O presidente da Conferência Episcopal de Honduras, o monsenhor Hector Santos, tomou a atitude inédita de publicar uma carta pastoral aos seus fiéis pedindo que eles aumentem o valor das esmolas dadas nos cultos dominicais, porque caso contrário a "igreja não terá meios para sobreviver economicamente no país". Monsenhor Santos, que é também bispo de Tegucigalpa, disse que os católicos "não devem dar de esmola apenas o que sobra nos bolsos, porque isto já é insuficiente diante da séria crise econômica do país".

Em Honduras existem aproximadamente 250 padres, a maioria dos quais são estrangeiros e sobrevivem graças a doativos de fiéis. Recentemente, a arquidiocese pediu ajuda à Santa Sé, mas não foi atendida. Um padre de uma paróquia do interior recebe hoje por mês um total de até 400 dólares, o que na maioria dos casos é insuficiente para garantir a sobrevivência do religioso e a manutenção dos serviços básicos de cada templo. Os preços cobrados pela igreja para casamentos, batizados, enterros e missas subiram cerca de 200%, o que acabou estimulando a evasão de fiéis e aumentou a crise financeira das paróquias hondurenses.

“Nós poetas fomos profetas que anunciamos uma nova sociedade”

A luta do povo nicaraguense e o papel dos intelectuais nesse processo, na visão da jovem poetisa Vidaluz Meneses



Vidaluz Meneses: uma opção revolucionária que foi posta várias vezes à prova

Como canalizou a sua atividade literária logo após a vitória da revolução e qual é a situação atual da Nicarágua no campo cultural?

— Antes do triunfo da revolução publiquei um livro de poesia e alguns artigos em jornais sobre a luta de libertação, com a finalidade de conscientizar a mulher acomodada de classe média, classe a que pertencio. Logo após a vitória forma-se o Ministério da Cultura para o qual me ofereci

para trabalhar como bibliotecária. Não me ocorreu integrar-me como escritora porque na Nicarágua ninguém vivia de escrever, como acontece nos países desenvolvidos.

Na época, foi criada a Associação Sandinista dos Trabalhadores da Cultura, da qual participaram todos os artistas e escritores da Nicarágua, inclusive aqueles dedicados à fotografia, área que a partir de então começa a valorizar-se como arte. Nela in-

A resistência na Nicarágua sempre se apoiou no trabalho desenvolvido por personalidades de projeção internacional no campo cultural. O atual vice-presidente Sergio Ramírez é um escritor e poeta consagrado, como também vários membros do governo e da Frente Sandinista, entre os quais merece destaque o sacerdote Ernesto Cardenal, que antes da vitória e imediatamente após a tomada de Manágua realizou várias viagens ao exterior como forma de contribuir para uma melhor compreensão da luta de seu povo e das metas do movimento revolucionário.

A poetisa Vidaluz Meneses faz parte de uma geração de intelectuais que participou da luta contra Somoza. Nascida em Matagalpa em 28 de maio de 1944, estudou Ciências Humanas e licenciou-se em Biblioteconomia. Atualmente, é responsável pela Direção de Arquivos e Bibliotecas do Ministério da Cultura da Nicarágua. Tem vários livros publicados, entre eles, *El aire que me llama* e *Llama Guardada*, que a tornou conhecida como um jovem talento literário.

Nesta entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo* Vidaluz Meneses aborda vários temas e não se recusa a falar de um problema que pôs à prova a sua fibra revolucionária: o de ser filha de um general somozista executado pela Frente Sandinista durante os anos mais duros da luta contra a ditadura.

tegram-se também os companheiros da música, do teatro e do cinema. Em todas estas áreas foi dado destaque à participação da mulher, especialmente na literatura, nos campos da poesia e da narrativa. A geração surgida entre as décadas de 60 e 70, a que pertencio, teve, neste sentido, uma destacada influência.

Entre essas duas décadas surgiram seis ou sete escritoras com identidade de grupo, estilo próprio e uma série de traços em

comum. Nos últimos anos têm surgido novos nomes, fruto do estímulo que a revolução tem dado ao desenvolvimento da cultura.

Vocês participaram diretamente da luta contra a ditadura ou a sua contribuição foi principalmente no plano cultural?

— A nossa poesia caracterizou-se como uma frente de luta. Afirmar, em algumas ocasiões, apoiando-me em elementos da minha formação cristã, que nós, poetas, fomos profetas que denunciávamos a situação de injustiça e anunciávamos a construção de uma nova sociedade.

No início da década de 60 surge o primeiro grupo de poetas militantes, chamado “Ventana”, fundado por Sergio Ramírez e pelo já falecido Fernando Gordillo, líder estudantil e intelectual brilhante. Em consequência da minha identificação cristã filiei-me a outro grupo, “Presencia”, que surgiu num povoado do leste da Nicarágua, também ele com uma visão militante em relação à literatura. Além destes grupos havia também alguns poetas que não estando ligados a eles, tinham, no entanto, a mesma posição de denúncia.

“Llama guardada”, um começo

Quando começou a publicar os seus trabalhos?

— Foi graças a Ernesto Cardenal que publiquei os meus primeiros poemas, assinados com um pseudônimo. A partir daí continuei a publicar trabalhos até que, em 1975, reuni todos eles no meu primeiro livro *Llama guardada*.

Cardenal influenciou a sua obra?

— Quando foi publicado *Evangélio de Solentiname*, me dei conta de que Cardenal apresentava nesse livro uma exegese ni-



Um grupo folclórico: “buscamos resgatar nossas raízes culturais”

caraguense, feita a partir da nossa própria realidade. Passou a ser o meu livro de cabeceira, numa altura em que nós, cristãos, ainda não tínhamos a Teologia da Libertação. Ernesto Cardenal significou muito para mim; além de ser um grande poeta, representou uma maneira autêntica de ser cristão na América Latina.

O que você faz atualmente no Ministério da Cultura?

— O Ministério tem vários projetos que atendem a todas as áreas do patrimônio artístico e cultural da Nicarágua. No início, fui diretora de uma repartição encarregada dos museus, monumentos e do arquivo bibliográfico. Logo depois passei para o Departamento de Biblioteca e Arquivo, até que no ano passado fui designada para atender à área de Estímulo à Arte. Neste setor incentivamos tudo o que se relacione com o resgate das nossas raízes culturais, apoiando projetos de pesquisa e de assistência técnica às escolas de arte as quais constituem um outro programa do Ministério. Neste mo-

mento atendemos a quatro escolas (dança, teatro, música e artes plásticas) e damos apoio a um outro projeto artístico destinado a massificar a cultura e a incentivar um movimento de artistas amadores.

Continua a escrever?

— Esse é um dos problemas do escritor nicaraguense. Antes da revolução nos parecia lógico que não tivéssemos tempo de escrever, já que tínhamos que nos confrontar com os problemas da sobrevivência e da censura. Com o triunfo da revolução, nós, escritores, tivemos que assumir uma série de tarefas para as quais não havia profissionais preparados.

Atualmente, estamos analisando tudo o que se relaciona com a linguagem e com as novas formas de expressão, um tema que nos preocupa bastante. Na Nicarágua o escritor goza de grande liberdade e ninguém exige que ele escreva sobre este ou aquele tema. Logicamente que existe uma temática que está impregnada no trabalho artístico porque o escritor nicaraguense sempre esteve



"Na Nicarágua, a luta pela libertação ajudou muito para que a mulher se sentisse igual ao homem"

inserido na realidade e dela surge a sua experiência de vida. Como vivemos um processo revolucionário que procura consolidar-se entre agressões e ameaças, aquilo que escrevemos reflete toda essa realidade, a um tempo conflituosa mas também esperançosa. A Nicarágua vive uma experiência muito rica, a qual muitas vezes supera a possibilidade de expressá-la em palavras.

O papel das mulheres

Na sua opinião, no campo cultural, a mulher tem algum tipo de limitação ou ela participa em igualdade de condições com o homem?

— Creio que existe uma diferença entre os países que vivem um processo revolucionário e os outros. Na Nicarágua, a luta pela libertação ajudou a que a mulher se sentisse igual ao homem. Isto não quer dizer que acabamos com o machismo, longe disso. Mas a própria experiência criou condições favoráveis à participação cada vez maior da mulher. No campo cultural, pode-se ob-

servar uma maior integração e participação da mulher, isto porque, em geral, os artistas e intelectuais têm uma posição mais aberta.

Onde ainda permanecem muitos vestígios de machismo é no âmbito familiar; é no lar que os papéis estão definidos segundo o esquema tradicional. Ainda assim, o fato da revolução estar mobilizando muito a mulher exigiu uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas. Além de que não pode ser esquecido o fato da Nicarágua viver uma situação de conflito com muitos homens incorporados à defesa.

Uma poetisa palestina dizia-nos que no mundo árabe eram raras as mulheres poetas porque, entre outras razões, escrever significa tomar decisões e assumir responsabilidades para as quais a mulher não está preparada. Pelo contrário, ela foi educada para receber e aceitar as decisões dos outros. Isto pode aplicar-se às escritoras latino-americanas?

— Creio que não. O fundador do movimento nicaraguense de vanguarda, o poeta José Coronel

Utrecho, disse uma vez, referindo-se às mulheres poetas: "Mulher que se revela, mulher que se rebela". Creio que ele tinha razão. Nós, poetisas nicaraguenses, temos nos revelado e rebelado. E fomos muito abertas e consequentes com aquilo que escrevemos.

"Momentos difíceis"

O seu pai, que pertencia à Guarda Nacional de Somoza, foi executado por um comando da Frente Sandinista, movimento ao qual estava ligada. Como se sentiu diante de uma experiência como essa? Em algum momento questionou a sua opção revolucionária?

— Foram momentos muito difíceis. Sofri um golpe emocional muito grande, apesar de estar certa do que fazia e de sentir que não iria recuar na luta. Mas o enterro do meu pai — a quem respeitava, apesar das suas idéias — e o fato de estar junto da minha família, tiraram-me as forças. Com o passar do tempo recuperei-me e continuei o meu trabalho político.

O seu pai sabia que estava na Frente?

— Sim, sabia. Numa família essas coisas sempre se sabem ou pelo menos se desconfia. Apesar de tudo, mantínhamos uma relação afetiva, porque nos amávamos e nos respeitávamos muito. Desde muito jovem tive idéias progressistas e ainda que não me considerasse marxista, a minha forma de pensar sempre criou um conflito com a minha família. Na verdade vivia dois conflitos, um a nível familiar e outro entre a minha fé cristã e o marxismo. Por isso foi muito importante, não só para mim como para outros companheiros cristãos, a Teologia da Libertação e o trabalho desenvolvido na Nicarágua pelo padre Ernesto Cardenal.

Nunca foi discriminada na Frente por ser filha de um general somozista?

— Não. Quando aderi, quase todos os meus amigos estavam na Frente. Eu mesma participava das manifestações e protestos organizados pela esquerda, porque entendia que os partidos tradicionais nunca fizeram nada para modificar a situação do meu país. No entanto, ainda não tinha me integrado à guerrilha porque estava muito limitada pela minha

situação familiar e pelas mordomias de uma boa situação econômica.

Ao mesmo tempo, não tinha a coragem suficiente para tomar uma decisão que necessariamente

me levaria a um confronto de vida ou morte com o meu pai. Depois formou-se o chamado "Grupo dos 12", integrado por intelectuais e personalidades progressistas que eu conhe-

"Nosso país está vivendo uma experiência muito rica, que muitas vezes ultrapassa a possibilidade de expressá-la com palavras"



ULTIMA POSTAL A MI PADRE, GENERAL MENESES¹

Debiste haber cumplido años hoy

*y ya no estás, para tu bien.
Guardo tus palabras
y tu postrera ansiedad por mi destino,
porque la historia no te permitió
vislumbrar este momento,
mucho menos comprenderlo.
El juicio ya fue dado.
Te cuento que conservo para
mí sola tu amor generoso.
Tu mano en la cuchara
dándole el último desayuno
al nieto,*

*haciendo más ligera
la pesada atmósfera de la despedida.*

*Cada uno en su lado,
como dos caballeros antiguos
y nobles
abrazándose, antes del duelo
final, fatal.*

A MIS HIJOS, CARLOS Y KARLA, EN SU AUTOEXILIO²

*Trastabillando siempre,
vacilante y dudosa
merodeando el corazón sin
encontrar cómo hablarles
sin resignarme a darlo todo
por perdido*

*A tu hermana la encuentro
más alta y espigada
floreceda en sus dieciséis años
amorosa y distante por lo que
nos une y nos separa.*

*Y a vos, mi muchachón de
quince años*

*parido en la época supersónica,
mi niño ronco de manos
hábiles, ansioso armador
y desarmador de objetos
electrónicos
infatigable buceador del fondo
de las cosas.*

*Ignoro si es en vano que espero
a que regreses con tu hermana
y se den cuenta que irse
sólo servía para lograr*

*perspectiva
como remontarse en un avión y
poder divisar
la geografía de la patria, sus
maltratadas fronteras,
el pueblo fiero y armado de
dignidad hasta los dientes
al que vale la pena sumarse*

¹ "Última carta a meu pai, General Meneses"

Devias ter festejado teus anos hoje/ e já não existes, para teu bem./ Guardo tuas palavras/ e tua deradeira ansiedade por meu destino./ porque a história não te permitiu/ vislumbrar este momento./ muito menos compreendê-lo/ A sentença já foi dada./ Digo-te que conservo só para mim o teu amor generoso./ Tua mão com a colher/ dando a última refeição ao neto./ fazendo mais leve/ a pesada atmosfera da despe-

dida./ Cada um em seu lado,/ como dois cavalheiros antigos e nobres/ abraçando-se, antes do duelo final, fatal.

² "A meus filhos Carlos e Karla, em seu auto-exílio"

Hesitando sempre, vacilante e insegura/ perscrutando o coração sem encontrar como falar-lhes/ sem resignar-me a dar tudo por perdido/ Encontro tua irmã mais alta e esbelta/ Florescendo em seus dezesseis anos/ amorosa e distante pelo que nos une e nos

separa./ E a ti, meu rapazola de quinze anos/ parido na época supersônica, meu menino fanhoso de mãos hábeis, ansioso montador/ e desmontador de objetos eletrônicos/ incansável pesquisador do fundo das coisas./ Não sei se é em vão que espero/ que voltes com a tua irmã/ e descubram que partir/ só serviu para conseguir perspectiva/ como subir em um avião e poder divisar/ a geografia da pátria, suas maltratadas fronteiras./ o povo forte e armado de dignidade até os dentes/ ao qual vale a pena juntar-se.



Hélio Santos

"Sergio Ramírez (foto acima), um grande amigo meu, foi quem me integrou diretamente à luta contra o somozismo"

cia bem. Sergio Ramírez de quem eu era muito amiga era um dos integrantes. Foi ele quem me integrou diretamente na luta.

E a sua mãe, como é que ela reagiu?

— Prevaleceu, antes de tudo, o amor. Apesar da minha mãe ter se sentido muito triste pela divisão que se produziu na família, conseguiu entender a minha posição. Depois da morte do meu pai, regressou à Nicarágua — ele morreu no exterior — até

que decidiu sair definitivamente, um mês antes do triunfo da revolução. No ano passado pude ir visitá-la após cinco anos de afastamento, o que foi uma grande emoção.

Também se separou do seu marido devido à sua opção revolucionária...

— O meu marido também abandonou o país depois da vitória. É um advogado de formação liberal que não aceitou as mudanças. Eu sempre digo que os advogados têm problemas com as revoluções devido à sua própria formação liberal e legalista. Além de que uma revolução apresenta muitos desafios que nem todos estão dispostos a aceitar. Quando nos separamos foi viver nos Estados Unidos com os dois filhos mais velhos enquanto que eu fiquei na Nicarágua com os dois mais novos. Continuamos a nos escrever e a nos amar à distância. (Beatriz Bissio)

Nas bancas

Semanário do País

Em cada edição, um Suplemento Especial de 8 páginas sobre a realidade brasileira.

Todas as semanas nas bancas. Distribuição nacional.

☐ Desejo receber gratuitamente um exemplar de arquivo do Jornal do País.

Desejo fazer uma assinatura semestral ☐ (Cr\$ 60.000); trimestral ☐ (Cr\$ 30.000).

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____ Estado: _____

Estou remetendo cheque nominal ou vale postal em anexo em nome da Editora Século Vinte Ltda., à rua da Lapa, 180 - grupo 1104/1106 - Tel.: 222-5771 - CEP 20241 - Rio de Janeiro.

CHILE: O TESTEMUNHO DE ANITA FRESNO

A experiência do exílio, o atentado que a deixou semi-paralítica e sua volta ao Chile estão retratados com simplicidade mas com força, no testemunho de Anita Fresno, esposa do dirigente democrata-cristão Bernardo Leighton, ex-vice-presidente da República durante o governo de Eduardo Frei (1964-1970). O livro, *Recuerdos. Afectos que agradecemos. Hechos que perdonar*, foi lançado em Santiago do Chile pelas Edições Chile-América. Nele, Anita Fresno relata, sem pretensões literárias, os anos vividos na Itália desde janeiro de 1974 até seu retorno ao Chile, em 1978.

Entre as experiências mais dolorosas está narrado o atentado contra a sua vida e a de seu marido, a 6 de outubro de 1975, em Roma. O livro inclui também testemunhos de diversos compatriotas — autoridades eclesásticas, profissionais e amigos de diversas áreas — que fornecem elementos valiosos e inéditos sobre as repercussões do atentado.

Bernardo Leighton levou um tiro na cabeça e foi operado de emergência e Anita passou nove meses convalescendo em um hospital romano e até hoje caminha com o auxílio de um par de muletas.

UNRWA CONSTRÓI ESCOLAS NA CISJORDÂNIA

A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA) está construindo três novas escolas para as crianças palestinas na Cisjordânia ocupada, com recursos doados pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Golfo Árabe. Elas substituirão outras que se encontram

em más condições e em prédios alugados.

A UNRWA presta serviços de educação, saúde e assistência social a quase dois milhões de refugiados palestinos que vivem na Jordânia, no Líbano, Síria, Cisjordânia e Faixa de Gaza. Somente na Cisjordânia, a UNRWA já construiu 98 escolas para 40 mil crianças.

O Programa para o Golfo Árabe foi criado em 1981 e é financiado pelo Iraque, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Emirados Árabes e Bahrain.

DOAÇÃO DA NICARÁGUA AO POVO MEXICANO

A Associação Sandinista de Trabalhadores da Cultura (STC) doou ao povo do México 30 obras de artistas nicaraguenses, entre as quais se destaca uma tábua de madeira do ministro da Cultura, Ernesto Cardenal.

Essas obras — doadas ao povo mexicano em solidariedade pelo terremoto de setembro passado — foram entregues ao embaixador do México em Manágua, José Luis de la Madrid pela secretária geral da STC, a poetisa Rosario Murillo, esposa do presidente Daniel Ortega. O destino dessas obras é um leilão cujo produto será entregue ao Fundo de Reconstrução do governo mexicano. Seu estilo é o primitivo, muito cultivado na Nicarágua, e anunciou-se que ficarão expostas à visitação pública na cidade do México, em uma galeria de arte.

PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE A AMÉRICA LATINA

Uma boa novidade para os pesquisadores da América Latina: vai sair o primeiro curso de pós-graduação no Brasil sobre o nosso continente. O título será

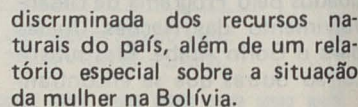
“O Brasil e a América Latina no contexto do sistema de relações internacionais”; a duração, de janeiro a outubro de 1986; e a ênfase, eminentemente política. Além da Fesp, a Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) patrocina o curso, com o apoio da Fundação Alexandre Gusmão (do Itamarati), do Conselho Nacional de Pesquisas e da Universidade das Nações Unidas. O curso será dividido em três módulos: o Brasil no sistema de relações internacionais; processos e tendências da América Latina; e reordenamento do sistema internacional. Entre os especialistas nacionais e estrangeiros que vão formar o corpo docente, nomes famosos como Samir Amin, Elmar Altvater, René Dreyfuss, Andrew Gunder Frank, Pablo González Casanova, Ruy Mauro Marini, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Vânia Bambirra, Aníbal Quijano, Theotônio dos Santos, Archie Singham e Edelberto Torres Rivas.

ISRAELENSES DESTROEM MESQUITA EM GAZA

A prefeitura israelense de Bir Sebaa, na faixa de Gaza ocupada, decidiu destruir a grande mesquita dessa cidade, último vestígio islâmico na região, segundo denunciou o jornal do Kuwait *Arrai al-am*.

Antes de destruir a mesquita — que tem um importante valor histórico e cultural — as autoridades de ocupação israelense mobilizaram a polícia para evitar a reação da população árabe.

A decisão do município israelense contraria a política seguida inicialmente pelas próprias autoridades de ocupação, que tinham convertido a mesquita em um museu.



OPINION POPULAR — Uma publicação do Movimento Nacional Revolucionário — Apartado Postal 230, San Pedro, Montes de Oca, Costa Rica. No número de agosto, analisa as relações entre a universidade de El Salvador e o governo de Napoleón Duarte, publica uma entrevista com Guillermo Ungo e um estudo sobre a doutrina Reagan para El Salvador.

THIRD WORLD NETWORK DIGEST — Publicada pela Consumers Association of Penang — 87 Cantonment Road, Penang,



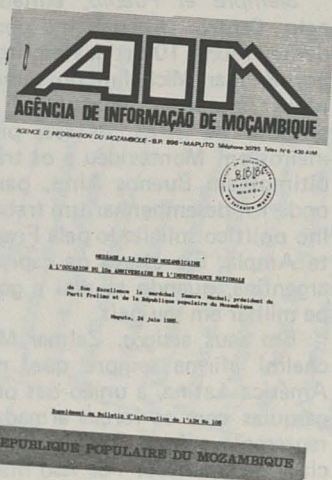
Malaysia. Na edição de agosto/outubro, dedica especial atenção à análise do terrorismo de Estado promovido pela África do Sul, denuncia a comercialização de drogas perigosas pelas empresas transnacionais farmacêuticas e faz uma resenha dos principais acontecimentos envolvendo os esforços de países do Terceiro Mundo contra a dominação estrangeira.

URUGUAY EN LA COYUNTURA — Publicado semanalmen-

1985 — Dez./Jan. — 1986 — nº 85

te pelo Centro Uruguay Independiente — Gaboto 1282, Montevideo, Uruguai. No número de 6 de outubro, contém um estudo sobre o diálogo social entre governo, empresários, políticos e trabalhadores; analisa a evolução das negociações sobre a dívida externa uruguaia e as negociações sobre reajustes salariais.

BOLETIM DA AIM — Editado pela Agência de Informação de Moçambique — B. P. 896, Mapu-



to, Moçambique. Publicado em três línguas (português, inglês e francês), contém um resumo dos principais documentos, notícias e análises divulgados pela AIM.

NEWS BRIEFING — Editado pelo Congresso Nacional Africano (ANC) — PO Box 38, Penton Street, London N1 9PR, United Kingdom. Faz semanalmente uma relação das principais notícias publicadas em jornais europeus, norte-americanos e sul-africanos sobre questões envolvendo a luta dos negros contra o apartheid.

FACTS AND REPORTS — Editada pelo Holland Committee on Southern Africa — O. Z. Achterburgwall 173, 1012 DJ, Amster-



dam, Holanda. Publicação quinzenal com recortes de jornais de vários países do mundo sobre questões econômicas e políticas de Angola, Moçambique, África do Sul, Zimbábue, Namíbia, Zâmbia, Lesoto, Botsuana e Suazilândia.

CARPETA LATINOAMERICANA — Publicada pela Agência Latinoamericana de Servicios Especiales de Información (Alasei) — Apartado Postal 19-494, Mexico 19, D. F. Contém reportagens, documentos e



análises sobre a situação econômica, política e social dos países da América Latina.

terceiro mundo - 83

**CARICATURAS
DESDE NICARAGUA
O HUMOR**

DE RÓGER SÁNCHEZ

*Editado pelo Comitê de
Cidadãos Norte-americanos
Residentes na Nicarágua. 1984.*

"Os norte-americanos deveriam ver neste livro um espelho do que a Casa Branca está fazendo aqui. Não deveriam ver essas charges como mentiras ou invenções nossas. Deveriam deixar que os norte-americanos saibam como nós vemos seu governo".

Róger Sánchez (25 anos), o mais destacado dos caricaturistas políticos hoje na Nicarágua, ao fazer essa declaração ao Comitê de Cidadãos Norte-americanos Residentes na Nicarágua que publicou *Caricaturas desde Nicaragua* (*Cartoons from Nicaragua*), embora tenha definido com exatidão o objetivo de seu trabalho, se limitou muito quanto à dimensão que suas caricaturas alcançam no terreno da solidariedade.

Enquanto na Alemanha Federal é editado um livro de caricaturas de "Polidecto" — um dos seus personagens —, aparece em Göteborg, Suécia, uma coletânea de seus trabalhos entre 1983-84, intitulada *Det Ar Allvar*. Róger Sánchez foi premiado em Cuba, na Bienal do Humor de 1983 e, também, em dezembro de 1984, no concurso universal "Um Só Mundo", com 390 cartunistas de 30 países. Expôs em Nova Iorque, Toronto e Frankfurt e suas historietas são traduzidas em sueco, italiano, alemão e inglês. Na Nicarágua, publicou três livros com "Barricada", vendidos também no exterior.

Em outras palavras, Róger Sánchez aparece como um mensageiro do novo humor e do novo jornalismo que está se criando na Nicarágua desde a vitória

da revolução. Segundo ele mesmo afirma, "não podemos separar meu trabalho de todo o trabalho que está se fazendo na revolução. Para desenvolver minha profissão, tem que haver um desenvolvimento geral do país. E isso tem sido possível por meio da revolução".

**SIEMPRE EL PUEBLO:
HOMENAGEM A MICHELINI**

*Editora Centro Uruguay
Independiente, Montevideu,
1985, 52 pp.*

Siempre el Pueblo, editado pelo Centro Uruguai Independente, reúne 10 artigos escritos por Zelmar Michelini no semanário *Respuesta*, entre abril e outubro de 1973, os sete primeiros em Montevideu e os três últimos em Buenos Aires, para onde foi desempenhar um trabalho político solicitado pela Frente Ampla. Ele estava na capital argentina, quando se deu o golpe militar em seu país.

Em seus artigos, Zelmar Michelini afirma sempre que, na América Latina, a união das oligarquias com as forças armadas representa a forma mais firme e clara da opressão. Por isso mesmo, ele defendeu uma luta para que essa união seja desmantelada. E Michelini morreu lutando por isso.

Ele tinha uma outra grande preocupação: um estudo constante da constituição das forças populares, em partidos políticos, associações, movimentos do povo etc., aos quais também sempre esteve ligado. Muitos desses movimentos foram proibidos pelo governo militar e seus documentos e publicações queimados ou roubados. Michelini possuía um vasto arquivo sobre eles, um constante tema de pesquisa em sua vida política.

Entre os artigos publicados

em *Siempre el pueblo*, figuram "Os povos sempre triunfam", "O direito dos povos", "Organizar-se para vencer", "Sempre o povo", "A derrota de Bordaberry", "Quem faz, paga", todos escritos em 1973, em que ele analisa a situação uruguaia naquele período. (Antonio Aragão)

**A AUTOBIOGRAFIA DE
MISS JANE PITTMAN**

*Ernest J. Gaines,
Editorial Caminho, Lisboa*

Na coleção "Uma terra sem amos", da "Editorial Caminho", saiu, recentemente, uma das obras fundamentais da literatura de ficção da língua inglesa. Trata-se da "Autobiografia de Miss Jane Pittman", de Ernest J. Gaines, um autor norte-americano, nascido numa plantação da Louisiana e hoje considerado um dos maiores escritores negros dos Estados Unidos. Mas, pelo fato de ser negro, não alcançou, ainda, a nível mundial, a fama a que tem direito.

A "Autobiografia de Miss Jane Pittman", sua obra mais conhecida, mereceu do reverendo Jesse Jackson o seguinte comentário: "Minha avó, que foi escrava no Kentucky, contou-me coisas que lhe aconteceram, iguais às situações vividas pela personagem Miss Pittman. A verdade ressoa autêntica ao longo de todo o livro".

O romance tem a forma de memórias gravadas de uma mulher negra de 110 anos, do sul dos Estados Unidos. Miss Jane foi escrava e assistiu à guerra civil, vivendo o bastante para servir de testemunha dos movimentos pelos direitos civis dos anos 50. Sua voz adquire a dimensão da voz de seu povo e as recordações de sua vida são a história dos negros americanos ao longo de um século.

1. 1984 em 1984
 2. 1984 em 1984
 3. 1984 em 1984
 4. 1984 em 1984
 5. 1984 em 1984
 6. 1984 em 1984
 7. 1984 em 1984
 8. 1984 em 1984
 9. 1984 em 1984
 10. 1984 em 1984
 11. 1984 em 1984
 12. 1984 em 1984
 13. 1984 em 1984
 14. 1984 em 1984
 15. 1984 em 1984
 16. 1984 em 1984
 17. 1984 em 1984
 18. 1984 em 1984
 19. 1984 em 1984
 20. 1984 em 1984
 21. 1984 em 1984
 22. 1984 em 1984
 23. 1984 em 1984
 24. 1984 em 1984
 25. 1984 em 1984
 26. 1984 em 1984
 27. 1984 em 1984
 28. 1984 em 1984
 29. 1984 em 1984
 30. 1984 em 1984
 31. 1984 em 1984
 32. 1984 em 1984
 33. 1984 em 1984
 34. 1984 em 1984
 35. 1984 em 1984
 36. 1984 em 1984
 37. 1984 em 1984
 38. 1984 em 1984
 39. 1984 em 1984
 40. 1984 em 1984
 41. 1984 em 1984
 42. 1984 em 1984
 43. 1984 em 1984
 44. 1984 em 1984
 45. 1984 em 1984
 46. 1984 em 1984
 47. 1984 em 1984
 48. 1984 em 1984
 49. 1984 em 1984
 50. 1984 em 1984
 51. 1984 em 1984
 52. 1984 em 1984
 53. 1984 em 1984
 54. 1984 em 1984
 55. 1984 em 1984
 56. 1984 em 1984
 57. 1984 em 1984
 58. 1984 em 1984
 59. 1984 em 1984
 60. 1984 em 1984
 61. 1984 em 1984
 62. 1984 em 1984
 63. 1984 em 1984
 64. 1984 em 1984
 65. 1984 em 1984
 66. 1984 em 1984
 67. 1984 em 1984
 68. 1984 em 1984
 69. 1984 em 1984
 70. 1984 em 1984
 71. 1984 em 1984
 72. 1984 em 1984
 73. 1984 em 1984
 74. 1984 em 1984
 75. 1984 em 1984
 76. 1984 em 1984
 77. 1984 em 1984
 78. 1984 em 1984
 79. 1984 em 1984
 80. 1984 em 1984
 81. 1984 em 1984
 82. 1984 em 1984
 83. 1984 em 1984
 84. 1984 em 1984
 85. 1984 em 1984
 86. 1984 em 1984
 87. 1984 em 1984
 88. 1984 em 1984
 89. 1984 em 1984
 90. 1984 em 1984
 91. 1984 em 1984
 92. 1984 em 1984
 93. 1984 em 1984
 94. 1984 em 1984
 95. 1984 em 1984
 96. 1984 em 1984
 97. 1984 em 1984
 98. 1984 em 1984
 99. 1984 em 1984
 100. 1984 em 1984

A tomada pelas tropas conjuntas de Moçambique e do Zimbábue da "Casa Banana", onde funcionava o comando da organização contra-revolucionária Renamo teve uma importância militar indiscutível. Mas houve outro aspecto que pode, inclusive, superar o feito militar propriamente dito: a captura de documentos do movimento, onde fica demonstrado o jogo duplo do regime sul-africano, que enquanto negociava com o governo de Samora Machel um acordo para pôr fim às hostilidades, dava armamento e cobertura às atividades dos terroristas. Moçambique encontrou nessa abundante documentação a prova das denúncias que

vinha fazendo para demonstrar a inconsequência de Pretória na sua suposta busca de paz para a região. Cópias das transcrições dos encontros e conversações secretas entre personalidades do regime racista e dirigentes da Renamo foram encaminhadas para diferentes capitais ocidentais, onde o governo moçambicano procura apoio para superar a conjuntura crítica que o país atravessa devido às consequências da guerra estimulada pela África do Sul.

cadernos do terceiro mundo publica, com exclusividade, neste "Especial" os principais documentos apreendidos na "Casa Banana" e suas implicações.

Os documentos de Gorongosa

Nkomati gera crise no *apartheid*

Desde o final do mês de setembro a diplomacia sul-africana entrou num período extremamente tumultuado. Violentos atritos entre ministros, diplomatas, militares e até o próprio presidente Botha vieram a público em consequência da captura de uma volumosa documentação da Renamo, depois que o quartel-general da organização mantida e orientada pelo governo de Pretória, foi invadido e ocupado na serra de Gorongosa, em Moçambique, por tropas da Frelimo e zimbabueanas.

No final de setembro, o governo sul-africano anunciou discretamente a substituição do vice-ministro do Exterior, Louis Neil, por Ron Miller, que até então era vice-ministro do Interior. A substituição não foi explicada oficialmente, mas ficou claro que ela foi uma tentativa de disfarçar o fato de que Neil estava envolvido em contatos diretos com a Renamo no interior de Moçambique, violando claramente os Acordos de Nkomati. A substituição do vice-ministro serviu também como uma tentativa de justificação perante a opinião pública norte-americana e europeia para as evidências de que o governo Botha desrespeitou deliberadamente os tratados assinados em 84.

Logo depois de assumir o novo cargo, Ron Miller prometeu uma investigação das denúncias feitas pelo governo moçambicano. Mas as divergências ficaram novamente claras dentro do regime de Pretória, quando o próprio presidente P.W. Botha anunciou que não haveria inquérito nenhum, desmentiu categoricamente que o ministro do Exterior Roelof Botha tivesse reconhecido violações

As provas da violação aos acordos de Nkomati pela África do Sul apresentadas por Moçambique mostram que os militares já mandam na diplomacia "afrikaaner"

aos Acordos de Nkomati e ainda por cima disse que toda a polêmica envolvendo os documentos apreendidos em Gorongosa não passava de uma "manobra comunista".

A incrível declaração do presidente sul-africano, contradizendo fatos públicos e notórios, repercutiu muito mal na Europa e nos Estados Unidos, onde as provas das violações sul-africanas já eram bastante conhecidas por causa da ampla movimentação diplomática moçambicana. Quem ficou em posição delicada foi o ministro do Exterior Roelof Botha, que além de ter sido desmentido publicamente por seu superior, foi várias vezes mencionado nos documentos capturados como um político a ser evitado ou enganado, nas relações entre os militares sul-africanos e a Renamo. Num dos diários apreendidos em Gorongosa, as anotações



Samora Machel e P. W. Botha assinam em 1984 os Acordos de Nkomati, que nunca foram respeitados pelo regime racista de Pretória

feitas por um dos chefes da Renamo no dia 12 de setembro de 1984 diziam textualmente: "O general (Viljoen — chefe do estado-maior das forças armadas sul-africanas) nos recomendou que não ouvíssemos as sugestões do Pick Botha porque este é traidor, até porque aceitou a ideia de Chester Crocker (subsecretário de Estado dos EUA para assuntos africanos) da Frelimo oferecer anistia aos elementos da Renamo".

A confusão entre os vários membros do governo sul-africano mostrou claramente a divisão entre o setor político e o setor militar, onde este último revela uma crescente autonomia no que se refere às ações militares contra governos vizinhos. A análise dos documentos capturados em Gorongosa mostra que as forças armadas sul-africanas, especialmente seus comandantes e o serviço de inteligência, agiam de forma abertamente contrária à do ministro de Relações Exteriores, que não contava nem com a confiança de seu próprio vice-ministro. E ganhou corpo a quase certeza de que existe hoje um "Estado militar" dentro do Estado sul-africano, e que o poder é hoje exercido na verdade por generais, enquanto o presidente P.W. Botha se transforma gradativamente num mero porta-voz dos quartéis.

O estopim da crise no seio do governo *boer* foi detonado na manhã do dia 30 de setembro, altura em que o coronel Sérgio Vieira, titular da pasta da Segurança, distribuiu à imprensa nacional e estrangeira reunida em Maputo provas da violação do acordo assinado no ano passado. Durante mais de três horas o membro do Partido Frelimo sistematizou e comentou os principais dados contidos nos documentos identificados como "Desk Diary — 1984", "Caderno nº 2" e "Caderno nº 3". O período registrado nos textos manuscritos começa no final de dezembro de 1983, indo até julho de 1985. Estes volumes representam apenas uma fração mínima do total — dezenas de quilos — apreendido quando da ocupação do estado-maior geral da Renamo. As informações neles contidas são de primeira mão e de grande valor, pois foram redigidos pelos secretários do chefe da Renamo.

As provas da má fé

Na sua exposição, Sérgio Vieira situou as violações em dois períodos distintos — antes e após a assinatura do Acordo de Nkomati. Na primeira etapa, a transgressão aparece no desrespeito a um "gentlemen agreement" ("acordo de cavalheiros") acertado em contatos mantidos em diferentes momentos com o ministro da Defesa, general Magnus Malan, com o general Cotzes, comandante-geral da polícia, e ainda com Pieter W. Botha, quando este ainda desempenhava o cargo de primeiro-ministro. O ponto de referência para o compromisso foi o encontro ocorrido em Mbabane, capital do Reino da Suazilândia, em dezembro de 1983. Ambas as partes acertaram que este período não poderia ser utilizado para fortalecer os bandos armados.

Na prática, os sul-africanos agiram de forma completamente oposta, tendo se verificado os seguintes fatos: a) reorganização da Renamo para a fase posterior à assinatura do acordo; b) reabastecimento de material militar suficiente para seis meses; c) treinamento de bandidos em diferentes especialidades (para-quedistas, instrutores, operadores de rádio, etc.) e sua infiltração em território moçambicano; d) organização da ligação clandestina entre os bandidos e a África do Sul e através dela com o exterior.

Como se pode observar, o que estava em curso era o aparente desvinculamento da Renamo em relação às Forças de Defesa sul-africanas com o objetivo de apresentá-la como entidade autônoma e, assim, burlar o acordo. Os militares *boers*, em vez de continuar mantendo a direção e o apoio aberto ao movimento contra-revolucionário, optam por dirigir secretamente os terroristas.

A assinatura do Acordo de Nkomati, a 16 de março de 1984, não significou o fim desta duplicidade por parte de Pretória. Para supervisionar o cumprimento dos compromissos firmados entre os



Fortalece-se a convicção de que na África do Sul existe um "Estado militar": os generais têm o poder real

Como se pode observar, o que estava em curso era o aparente desvinculamento da Renamo em relação às Forças de Defesa sul-africanas com o objetivo de apresentá-la como entidade autônoma e, assim, burlar o acordo. Os militares *boers*, em vez de continuar mantendo a direção e o apoio aberto ao movimento contra-revolucionário, optam por dirigir secretamente os terroristas.

A assinatura do Acordo de Nkomati, a 16 de março de 1984, não significou o fim desta duplicidade por parte de Pretória. Para supervisionar o cumprimento dos compromissos firmados entre os

terceiro mundo - 87

dois países, foi criada uma Comissão Conjunta de Segurança. Durante as reuniões realizadas a partir de então, o governo moçambicano interpelou Pretória sobre o destino dado aos "numerosos bandidos que se encontravam no seu território, onde lançara e desembarcara o material". Em resposta, os sul-africanos limitavam-se a dizer que tinham rompido totalmente com eles, respeitando o documento assinado pelos presidentes Samora Machel e Pieter Botha.



"Notícias"

Magnus Malan, ministro da Defesa sul-africano: apoio direto aos contra-revolucionários

O ministro da Segurança de Moçambique, coronel Sérgio Vieira, chamou a atenção dos jornalistas para mais fatos, bastante ilustrativos do espírito que orienta o regime de Pretória. Um deles refere-se às constantes violações do espaço aéreo e das águas territoriais moçambicanas. Diante dos constantes protestos apresentados por Maputo, o governo da África do Sul anunciou que ia instalar radares na fronteira comum aos dois países e ofereceu-se, nas conversações da Comissão Conjunta, para patrulhar pontos da faixa costeira de Moçambique. Por meio destas ofertas o que se verificava era que quem desrespeitava o acordo buscava, não suspender as violações, mas estabelecer mecanismos para melhor burlá-lo.

Por outro lado, a declaração de 3 de outubro de 1984 foi alvo de deturpação por parte da África do Sul. Originalmente, o documento era uma resposta a uma solicitação do governo de Pretória e estabelecia a anistia para aqueles bandidos que depusessem as armas e manifestassem desejo de se reintegrar na sociedade. Os *boers*, no entanto, tentam transformar a data "em uma negociação entre o governo moçambicano e os bandidos e fazem tudo para deturpar e esvaziar de conteúdo a declaração".

Em resumo, para os sul-africanos, o Acordo de Nkomati foi concebido apenas como uma cobertura para melhor organizar e dirigir a desestabilização do Estado moçambicano. Algumas passagens dos documentos são particularmente ilustrativas a este respeito. Por exemplo, uma anotação feita no "Desk diary", a 13 de fevereiro de 1984 — um mês antes da cerimônia em Nkomati — informa que o coronel Charles van Niekerk, do serviço de inteligência militar, "garante à Renamo que por mais que se assine um acordo com Samora Machel sempre continuarão mandando aviões uma vez por outra (sic)".

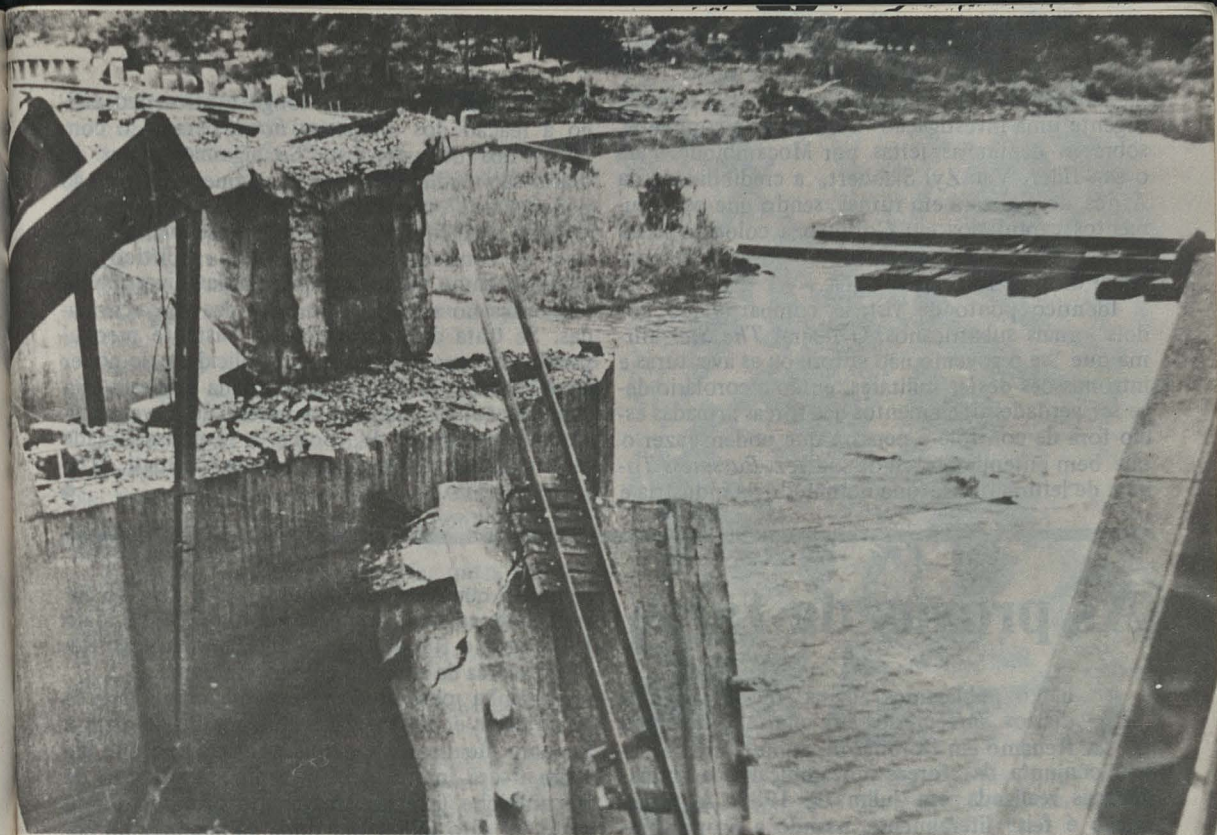
No dia 23 do mesmo mês, segundo o documento, a Renamo reúne-se, em Pretória, com os chefes da inteligência militar e das Forças Especiais para planejar a nova etapa da guerra, levando em consideração "a posição assumida pela África do Sul", isto é, a decisão do governo de assinar o acordo com Moçambique. No dia seguinte, uma nova anotação informa sobre duas importantes decisões: treinar dois elementos da Renamo para comunicações ultra-secretas com Pretória e infiltrar um grupo selecionado de 100 homens em Maputo.

Em uma prova a mais de que os militares sul-africanos encaravam seriamente o próximo período de luta, no dia 24 aparece o "Plano Geral nº 1", que estabelece os seguintes pontos: a) "destruir a economia de Moçambique nas zonas rurais"; b) "destruir as vias de comunicações para impedir a exportação e importação para o exterior e interior, e o escoamento de produtos internos"; c) "impedir as atividades dos estrangeiros (cooperantes) porque estes são os mais perigosos na recuperação da economia".

Envolvimento direto

O apoio prestado por membros do governo sul-africano aos bandos armados vai muito além do simples planejamento e envio de material, o que em si já é grave. Há reuniões com dirigentes do mais alto nível como, por exemplo, a que foi realizada no dia 17 de agosto de 1984 entre os ministros Roelof Botha, das Relações Exteriores, Magnus Malan, da Defesa, o general Van der Westhuisen, o brigadeiro Van Tonder, o coronel Van Niekerk, os secretários dos ministros e os dirigentes da Renamo. De acordo com os documentos apreendidos em Gorongosa, os terroristas eram instruídos previamente sobre a natureza de tais encontros e quanto à forma de responder às propostas neles apresentadas. Como se isto não fosse suficiente, Van Niekerk mandou instalar microfones secretos na sala onde o ministro das Relações Exteriores recebia a delegação moçambicana para conversações.

Por diversas vezes, os prisioneiros feitos em di-



Ponte destruída durante um ataque de tropas do *apartheid* em território moçambicano

ferentes províncias de Moçambique informaram sobre a presença de militares da África do Sul nas fileiras da Renamo. Para evitar que os mesmos fossem identificados, os *boers* foram instruídos no sentido de falarem apenas inglês, uma vez que o *afrikaans* é uma língua conhecida por pessoas que trabalharam na África do Sul. Por outro lado, ao mesmo tempo que se devia apresentá-los internamente como vindos da Inglaterra, para a população das áreas afetadas a versão seria de que se tratava de "soviéticos capturados".

Entre as missões que deveriam desempenhar se encontram as de instrutores, especialistas em barcos e médicos. De acordo com testemunhas oculares, militares brancos e falando inglês teriam participado diretamente de operações realizadas em algumas províncias, o que não só confirma as anotações contidas nos documentos como ainda leva a crer que a sua atividade ia muito além da preparação e treinamento de novos contingentes.

Em relação a equipamento, em nenhum momento ele deixou de ser enviado para o interior de Moçambique. A África do Sul abastece os bandidos com material para a construção de pistas de pouso, caixas de munições dos mais variados calibres, armamento ligeiro e de longo alcance. Numa anotação feita no dia 19 de janeiro de 1984 constava o pedido de "armas de 12,7mm e Sãm-7 para

a zona norte". É importante ressaltar que o arsenal colocado à disposição da Renamo inclui também aquele próprio para o terrorismo urbano.

De acordo com um apontamento que abrange os dias 16, 17, 18 e 19 de agosto de 1984, o brigadeiro Van Tonder fez a seguinte observação aos membros da Renamo que anteriormente tinham se reunido com ele e o coronel Van Niekerk: "Quanto ao material de guerrilha urbana, vamos mandar, mas não todo tipo de material pedido, porque há algumas bombas que foram montadas na África do Sul e isto nos compromete perante o Acordo de Nkomati. Por isso, vamos mandar bombas-relógio e maquinismos de tempo para trabalharem com explosivos".

Credibilidade em ruínas

Diante da avalanche de provas apresentadas pelas autoridades de Maputo, havia uma certa esperança na Frelimo de que a liderança sul-africana assumisse uma posição mais responsável em relação ao compromisso assinado pelos dois países. No entanto, em Pretória emergiu uma posição francamente negativa e até de confronto com correntes de opinião que reclamam uma atitude de bom senso.

Para o Partido Federal Progressista, toma-se urgente uma investigação "verdadeira e completa" sobre as denúncias feitas por Moçambique. Para o seu líder, Van Zyl Slabbert, a credibilidade da África do Sul está em ruínas, sendo que os documentos capturados em Gorongosa colocam sérias dúvidas quanto à capacidade do governo de controlar os militares.

Idêntico ponto de vista é compartilhado por dois jornais sul-africanos. O liberal *The Star* afirma que "se o governo não autorizou as aventuras e intromissões destes militares, então o corolário deve ser verdadeiro: elementos das forças armadas estão fora de controle e pensam que podem fazer o que bem entenderem". Por sua vez, *Bussiness Today*, de leitura obrigatória no mundo da indústria e

das finanças, dedicou um longo e sarcástico artigo à reação dos dirigentes *boers* perante o conteúdo dos documentos. "Se algumas partes do diário são verdadeiras, por que é que as outras não poderão ser?", interroga o jornal.

Indo mais fundo na questão, o articulista explicava as contradições no panorama político sul-africano como uma consequência das divergências existentes no seio do governo e das forças armadas. Se trata de uma conclusão bastante preocupante, pois aponta para uma duplicidade de poder na África do Sul. Por mais acertada que seja esta constatação, ela não retira porém do governo liderado por Pieter W. Botha a responsabilidade pela não-observância do Acordo de Nkomati. (*Etevaldo Hipólito*)

As provas da farsa

Abaixo publicamos alguns trechos dos dois diários apreendidos no quartel-general da Renamo em Gorongosa, durante uma ofensiva conjunta das forças moçambicanas e zimbábueanas, realizada em julho de 1985. A transcrição é feita literalmente, usando a própria linguagem do redator, no caso um dos secretários do principal dirigente da Renamo, Afonso Dlkham. Vários nomes estão com grafia incorreta no original, como por exemplo o do coronel da inteligência militar, Charles Van Niekerk, mencionado no caderno número dois como Vanikerke. Ou o vice-ministro de Relações Exteriores Louis Neil, mencionado como Nel. Quando o coronel Van Niekerk se refere ao "presidente", trata-se de Dlkham.

O primeiro trecho é sobre os preparativos da visita de Louis Neil a Gorongosa, em maio de 1985, mais de um ano após a assinatura do Acordo de Nkomati. A transcrição é a seguinte:

O coronel Vankerke diz os objectivos que lhe levaram a encontrar-se com o Presidente da Renamo em 26 Maio 1985 em Gorongosa: Chegaram de avião pelas 18 horas do dia 26 Maio 1985.

O grupo era formado por coronel Vanikerke, corone Grei, o Barbas e dois médicos. Todos militares.

Vanikerke: — Além da minha pretensão em visitar pessoalmente o Sr. Presidente, eu fui mandado pelos meus superiores a fim de vir transmitir algumas palavras destes dirigentes ao Sr. Presidente.

Vanikerke — Por outro lado o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Louis Nel, ainda continua interessado na procura da paz em Moçambique, a razão pela qual me pediu para vir dizer ao Presi-

dente de que caso possibilite a visita dele ao Sr. Presidente cá em Gorongosa nos dias 7, 8 e 9 Maio 1985, com o fim de falar com o Presidente da Renamo acerca da situação em Moçambique.

A minha observação, penso que a visita dele cá no interior é muito viável e aconselhável para a Renamo atendendo a actual situação, porque ele assim ficará inteirado claramente da situação de Moçambique face ao Movimento Renamo. Além deste ter dito que a sua vinda cá não será do conhecimento do seu Chefe Pick Botha.

Neil em Gorongosa

Neste segundo trecho do "Caderno nº 2 são reproduzidas partes da transcrição das conversas do vice-ministro das Relações Exteriores da África do Sul com os dirigentes da Renamo. Em algumas passagens as datas são mencionadas de forma abreviada como, por exemplo, 8685, o que significa 8 de junho de 1985 (8.6.85).

O 1º encontro de Sua Excia Presidente da Renamo com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros sul africano Louis Nel pelas 01.30 horas do dia 8 de Junho 1985 na Base de EM General em Gorongosa.

Louis Nel — Vimos aqui como amigos. Este é o tempo em que devemos e podemos discutir os problemas de Moçambique como os da África Austral inteira.

O 2º encontro de Sua Excia com Louis Nel pelas 10 horas de 8685.

Louis Nel — Sr Presidente quando é que foi feita esta base? O senhor Presidente tem treinado as suas pessoas antes de irem para o combate? Tem recebido muitos oficiais da Frelimo que desertam para a Renamo. Como é que tem sido pro-

cessado a saúde na sua organização, onde é que são treinados os seus enfermeiros?

Se me permite Sr. Presidente, vou pedir ao médico para que me faça uma relação dos medicamentos que escasseiam cá no interior que é para eu trazer quando eu voltar para cá na próxima minha viagem.

Senhor Presidente o que precisa muito de material de guerra e fardamento. E tem máquinas de costura.

Mensagem do Coronel Charles para Presidente da Renamo, aquando a chegada deste com Louis Nel em 8 Junho 1985 em Pretória.

1. Chegamos bem no dia 8 de Junho 1985. Estive presente no dia 9 de Junho 85 quando o Louis Nel teve encontro com o nosso alto comando acerca da sua visita. Ele estava muito contente e optimista com o progresso.

É preciso que voltaremos falar outra vez com VExcia no próximo fim de semana. O maior problema de Louis Nel é como tratar a iniciativa dele no próprio Governo Sul-africano excluindo alguns elementos como o Pick.

2. O Louis Nel avisou o General Viljoen de que temos que ter muito cuidado com o tipo de material que estamos a fornecer a Renamo, para não violar o Acordo Incomati que, pode prejudicar a iniciativa dele e o presente progresso.

A "conexão portuguesa" da Renamo

Entre os documentos apreendidos está também uma mensagem do coronel Charles Van Niekerk ao "presidente" da Renamo, Afonso Dlkhama sobre uma visita do banqueiro português Manoel Bulhosa, atualmente residente no Brasil e que recentemente passou a fazer parte da diretoria do Banco Itaú, do qual o chanceler brasileiro Olavo Setúbal é o principal executivo.

MENSAGEM DO COMANDANTE CHARLES PARA PRESIDENTE DA RENAMO:

I. Comunico ao Presidente da Renamo que o Pick Botha mandou-me comunicar com o Presidente da Renamo que o Bulhosa capitalista português do Brasil está em Pretória e quer falar com o Presidente da Renamo.

II. O Pick Botha pede que o Presidente da Renamo vai partir para RSA para falar com Bulhosa capitalista do Brasil.

III. Ele pede o Presidente deixar o Bulhosa capitalista visitar o Presidente da Renamo em Gorongosa; mas vai ser muito difícil porque o Bulhosa já tem 86 anos de idade.

IV. Parece que o Secretário-Geral Evo Fernan-

1985 - Dez./Jan. - 1986 - nº 85



des não sabe disto. Faz parte do plano do Pick Botha para eliminar o Secretário-Geral das negociações.

V. Estou a esperar aqui com transmissores para resposta já do Presidente da Renamo.

VI. Recebam os meus verdadeiros abraços e altos cumprimentos para Vexa. e sua família. Aos 12.1.85.

A luta continua.

O apoio militar

Ainda durante os encontros do coronel Charles Van Niekerk, transcritos no Caderno nº 2, o militar sul-africano faz surpreendentes afirmações sobre as relações entre seus colegas de farda e o governo do presidente P.W. Botha.

Vanikerke - Também trago para o Sr. Presidente a mensagem do nosso Chefe das Forças Armadas, General Visloen:

I. Muitos cumprimentos para a Sua Excelência. Asseguro ao Sr. Presidente que a Renamo ainda continua a ter amigos nos militares sul africanos. Espero que o Sr. Presidente compreenda os problemas que nós militares sul africanos temos com os nossos políticos.

II. Também prometo ao Sr. Presidente da Renamo, que quanto ao envolvimento das tropas sul africanas no conflito interno de Moçambique, eu diria que mal nós recebermos as ordens do meu

terceiro mundo - 91

governo para que as minhas tropas vão lutar em Moçambique contra a Renamo, os generais todos meus colegas inclusive eu próprio nos demitiremos das Forças Armadas.

69 Nós os militares sul africanos garantimos o movimento dos homens da Renamo na RSA ou passar por esta, em caso de uma necessidade.

O tráfico de armas

Seguem-se trechos do *Desk Diary 84*, também capturado no quartel-general da Renamo em Gorongosa. Neste documento estão anotadas as entregas de armamento e os vôos clandestinos de aviões militares sul-africanos no interior do território moçambicano. "Charles" é o coronel Van Niekerk, que em alguns trechos é mencionado também como "Vanika". "Sua Exa" é Afonso Dlkhama.

(26.12.83) 09H30 Soldados a ser evacuados do interior para exterior, para tirar curso de Forças Convencionais: engajados em 1977, 78,79,80, 81. Norte - 100; Centro - 250; Sul - 250. Com pelo menos 2ª classe para cima. De 15 aos 30 anos. Falar com o C. S. Sul. No topo da página:

26/06/83 voo para RSA; 12/03/84 voo para Moçambique; 09/08/84 barco para RSA; 22/08/84 voo para Moçambique; 31/08/84 voo para RSA; 12/10/84 voo para Moçambique; 26/05/85 voo para Moçambique - Charles; 8/06/85 voo para Moçambique - Louis Nel; 09/06/85 voo para RSA - Louis Nel; 02/07/85 voo para Moçambique - Louis Nel; 03/07/85 voo para RSA - Louis Nel.

(27.12.83) Deverão ser treinados para a guarda Presidencial 100 soldados. Igualmente virão 50 soldados do Destacamento Feminino.

(30.12.83) A Sul de Maputo (Reabs). Marítimo: 100 cx. M. AK 47. Zona (s) Salazama, Decane (rio Tembe), Manhongane, Massaha, UKO (Rio Maputo). Um, dois ou três fogos, de acordo com o determinado e combinado.

(11.1.84) Sua Exa. recebe o Vanika e Johany junto ao Secretário Geral para tratarem assuntos relacionados com a Organização cujo o assunto foi o seguinte: 1. Libertação de todos os russos, a pedido da RSA, por um motivo diplomático; 2. A RSA confirma o apoio Total a Renamo até a liquidação total do Machel; 3. A RSA, sob pressão dos EUA condiciona conversações entre o Machel e a Renamo antes do mês de Novembro. Reabastecimento do barco na Baía de Culimene será 10.3.84 leste de Cheringoma.

(11.2.84) Reabastecimentos previstos: Dia 23/2/84 - Gaza - 2 aviões; Dia 25/2/84 - Gorongosa; Dia 27/2/84 - R.S.; Dia 28/2/84 - Búzi; Dia 4/3/84 - Gorongosa; Dia 4/3/84 - Zambézia; Dia 7/3/84 - Região 4; Dia 11/3/84 - Gorongosa; Dia 14/3/84 - Inhambane.

Para além destes haverá outros extras de Dacota para o Sul do Save que levará 100 cx de munições de cada vez que for. Material de guerra que seguirá nestes reabastecimentos: 4279x1360 b. cxs munições AK 47, 210 cxs munições G. 3x1000 b, 1730 armas AK 47, 680 cxs ob. M. 60x10 ob., 680 cxs ob. M. 81x 4ob., 110 cxs Minas Anti-Carro 5M., 1112 cxs Roquetes RPG7x6 R., 820 cxs explosivos 20 kg, 31 cxs medicamentos x 100 kg.

Em cada reabastecimento seguirão 4 M. 60; 4 M. 81; 4 M. 82 e 30 RPG 7 e metralhadoras. Também seguirão 100 pistolas para Gorongosa com 100 balas cada.

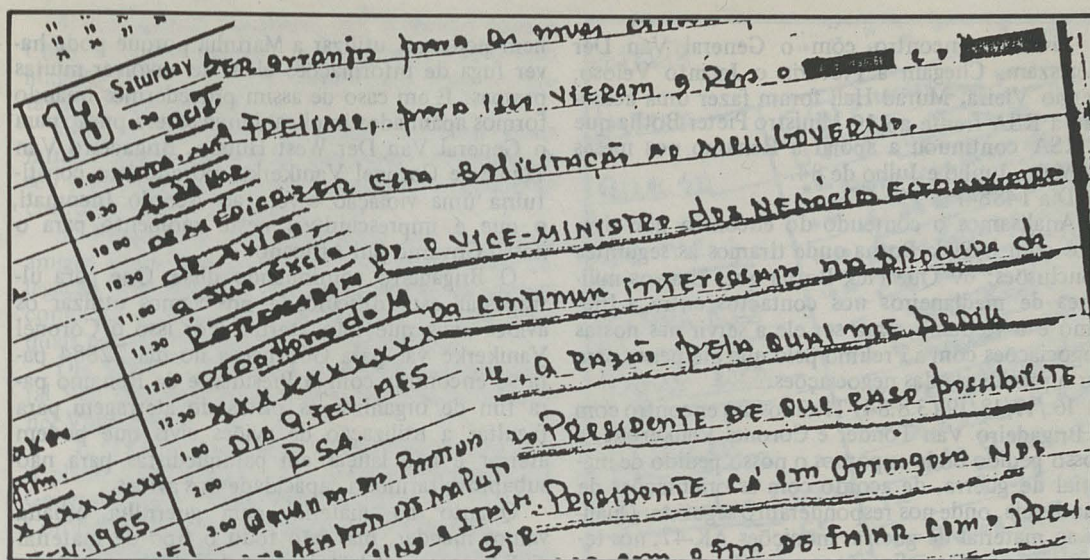
(13.2.84) Houve reabastecimento para o Maputo. 1 aparelho. Correu tudo bem. O coronel Charles garante a Renamo de que por mais que se assine um acordo com Machel sempre continuarão a meter os aviões uma vez a outra.

Material que irá para Zambézia: 900 armas, 500 cxs munições AK 47, 20 cxs M. G3, 5 M. 60; 5 M. 81, 10 cxs, 80 cxs, 100 cxs explosivos, 50 cxs minas, 5 cxs medicamentos, 150 cxs Roquetes RP 67.

(14.3.85) Junto com o coronel Vanika seguiu para Louis Trichardt fim de reconhecer o novo campo onde vamos viver. No topo: Leopardo Maputo

AIM

AKI A/C 68mm ATM2



Norte. Reabastecimento em 14/2/84. No centro: os que vão aterrar.

(6/7.8.84) Partida de Maciambozi até zona de Zangara.

Dia 7884 — Partimos de Zangara até às lojas de Chitalane.

Dia 8884 — Partimos de Chitalane até a praia onde fizemos uma base de emergência.

Dia 9884 — Saímos da nossa base de emergência pelas 1630 Horas até ao mar onde embarcamos às 1915 Horas. Fomos lá recebidos pelo Coronel Charles. No mesmo transporte desembarcou o João (locutor de chissena) o Macuamule e um outro nosso elemento cujo nome desconhecemos. Fizemos 48 horas de viagem até Durban.

Dia 11884 — Desembarcamos pelas 2000 Horas no porto militar de Durban Natal. Em seguida apanhamos uma avioneta até Pretória juntamente com o Comodoro, Chefe das Operações secretas da Marinha. Chegamos a Pretória às 2315 do mesmo dia onde fomos recebidos por Brigadeiro Van Tonder da Inteligência Militar, Chefe das Operações Secretas da RSA, nas Instalações militares no Centro de Pretória.

Dia 12884 — Tivemos a primeira lição da política onde o S/Geral Evo Fernandes nos desenhou em termos gerais a situação política interna e externa de Moçambique e consequentemente o carácter das negociações previstas entre a Renamo e a Frelimo. (Na margem) "Comodoro Morrisson.

Dia 13884 — Tivemos a 2ª lição de política. Tivemos o 1º encontro com o general Van Der West Huisen a quem apresentamos as saudações de Sua Excelência, tendo ele lamentado a não presença de Sua Excia na RSA conforme tinha pre-

visto, mas nós explicamos-lhe as causas da não presença de S. Excia, tendo o general concordado connosco. Em seguida o General anunciou-nos que os Ministros dos Negócios Estrangeiros e de Defesa Sul africano, Pik Botha e Magnus Mulan, respectivamente querem falar com a delegação da Renamo.

Hoje à tarde nós cedemos o encontro, pelo que ficamos a aguardar a comparência dos Ministros. Pelas 1640 do mesmo dia tivemos o encontro que estava previsto com a delegação do Governo sul-africano chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Pik Botha e faziam parte da delegação sul africana o Ministro da Defesa General Magnus Malan, o General da Inteligência Militar Van Der West Huizen e o Coronel Vanikerke, além do Secretário Pessoal do Ministro Pik Botha.

O Pik Botha salientou que o Governo de Maputo continua a acusar a RSA de continuar a apoiar a Renamo pelo que hoje mesmo o governo da FRELIMO formulou a seguinte acusação contra a RSA perante o 1º Ministro Peter W. Botha:

1. Após o acordo de Incomati o governo sul-africano continuou a apoiar a Renamo, tendo indicado que nos meses de Maio, Junho e Julho mandaram um total de 14 aviões cheios de material de guerra para a Renamo;

2. Que há nos círculos militares sul-africanos oficiais que estão directamente ligados a este apoio, tendo-se referido ao coronel Vanikerke como um deles.

3. O Coronel Vanikerke disse numa reunião em Parabola em 13384 onde também esteve presente o Adriano Bomba de que o Governo da RSA traiu a Renamo.

Tivemos encontro com o General Van Der Vertsam. Chegam a Pretória o Jacinto Veloso, Sergio Vieira, Murad Hali foram fazer uma acusação a RSA frente ao 1º Ministro Pieter Botha que a RSA continuou a apoiar a Renamo nos meses de Maio, Junho e Julho de 84.

Dia 14884.

Analisamos o conteúdo do encontro que tivemos com o Pick Botha onde tiramos as seguintes conclusões: 6º Que Pick Botha quer tirar os militares de medianeiros nos contactos entre a Frelimo e a Renamo, para ser ele a servir nas nossas negociações com a Frelimo pelo que até pensa para ser o presidente das negociações.

16./17/18/19 (3.8.84) Tivemos um encontro com o Brigadeiro Van Tonder e Coronel Vankerque, a nosso pedido onde expomos o nosso pedido de material de guerra, de acordo com as orientações de Sua Excia, onde nos responderam o seguinte: Quanto ao material de guerra, munições AK-47, nós temos para vocês e afirmaram que vão mandar, mas que neste momento há dificuldades de transporte porque já não podemos utilizar os aviões C. 130 porque esses aviões são controlados pela Força Aérea,

nem podemos utilizar a Marinha porque pode haver fuga de informações além de envolver muitas pessoas. E em caso de assim procedermos quando formos apanhados implicará uma severa prisão para o General Van Der West Huysen, Brigadeiro Van Tonder e Coronel Vanikerke, porque isto constituiria uma violação severa ao Acordo Incomati, o que é imprescindível neste momento para o nosso Governo Sul Africano.

O Brigadeiro continuando disse: Que para ultrapassar esta dificuldade nós vamos utilizar os aviões civis que irão aterrar. Por isso o Coronel Vanikerke vai para Gorongosa no dia 22884 para se encontrar com o Presidente da Renamo para fim de organizar as pistas de aterragem para facultar a utilização de aviões civis que podem aterrar e não lançar em paraquedistas para não subaproveitarmos a capacidade dos aviões.

Quanto ao material para guerrilha urbana vamos mandar, mas não todo o tipo de material pedido, porque há algumas bombas que foram montadas na RSA e isto compromete-nos perante o Acordo Incomati, para tal vamos mandar bombas relógio e maquinismo temporários para trabalharem com explosivos.

No final o Brigadeiro anunciou-nos a chegada da delegação da Frelimo à RSA, para resolver os problemas de segurança.

Importante.

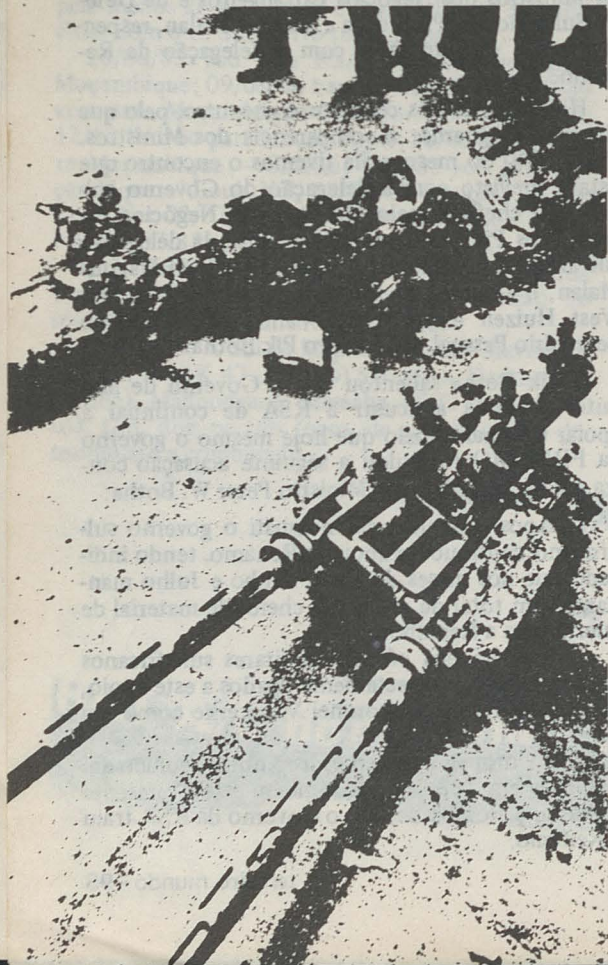
Dia 31084 — Saímos de Gorongosa para a RSA onde chegamos às 2130 Horas na cidade de Pretória.

Dia 1984 — Pelas 1130 Horas tivemos um encontro com o Brigadeiro Van Tonder e o Coronel Charles. Neste encontro foram abordados os seguintes pontos:

1. Evacuação dos generais do Sul e Norte para Gorongosa de acordo com o plano de Sua Excelência. Tendo cedido essa solicitação, o Brigadeiro Van Tonder ficou por nos dar conhecimento de como iriam ser feitas as operações da retirada.

2. Ficou acordado que os nossos amigos iriam arranjar dois passaportes para S/Vaz e Comandante Mateus, a fim de facultar as viagens para o estrangeiro.

3. Este também deu-nos a conhecer que o Ministro dos Negócios Estrangeiros sul africano Pick Botha, no dia 26884 reuniu-se com os Embaixadores dos EUA, Inglaterra, França e com o Encarregado dos Negócios Italiano na RSA, em que os prometeu que a RSA fará os possíveis dentro dos próximos 45 dias que se seguem fazer com que o problema de Moçambique seja resolvido, tendo o Pick Botha apelado aos respectivos países para que ajudem o governo da RSA no sentido de conseguir urgentemente a paz em Moçambique.



4. Fixaram-se encontros em separado com o Chefe do EMG Visloen, com o Ministro da Defesa Magnus Malan e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Pick Botha.

Com os dois primeiros é para pedirmos 'ajuda humanitária' e com o último é para sondarmos o seu ponto de vista quanto às previstas negociações com a Frelimo.

5. Finalmente ficou acordado que os nossos amigos iriam criar condições para que a nossa delegação seja recebida em alguns países da Europa como da África, pelo que ficaram por nos dizer quais países que cederam a nossa presença.

Dia 4984 — Tivemos um encontro com o general Van Der West Huisen, Br. Van Tonder e Coronel Vanikerke.

1. O General mostrou a sua concordância com o plano de S. Excia no tocante à evacuação dos Generais, tendo dado ordem ao Br. Van Tonder e Coronel Charles para trabalharem no assunto.

2. Durante o encontro o Br. Van Tonder tomou a palavra onde fez a referência do encontro de Pick Botha com o Chester Crocker, Adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos.

4. Finalmente o General Van Der West Huisen manifestou a sua ânsia e vontade dizendo que estava sempre lado a lado com a Renamo e que em conjunto estudaremos e trabalharemos, porque o nosso objectivo é comum de safarmos o comunismo da África Austral que militarmente como politicamente.

Dia 5.9.84

O Coronel Vanikerke deu-nos conhecimento de como vão ser retirados os Generais para Gorongosa: O General Henriques iria sair de submarino; o General Mário iria sair de carro através da fronteira no Kruguer Park, furando a rede fronteiriça; e o General António Pedro virá a pé porque não há condições rápidas de aterrar o avião na Zambézia e o Malawi não aceitou que o nosso pedido de saída por lá.

O Comandante Mateus juntou-se a nós em 5984 vindo do campo.

Dia 6984 — Pelas 1700 Horas tivemos um encontro com o Chefe do EMG das Forças Armadas sul-africanas, o General Visloen, estavam presentes neste encontro o General Van Der West Huisen o Br. Van Tonder e o Coronel Vanikerke. Neste encontro abordou-se o seguinte: "Ajuda Humanitária A Renamo".

1. O General Visloen concordou em mandar-nos a ajuda humanitária nos aviões C. 130 das F. A. S.

2. Concordou com a evacuação dos Generais.

3. Disse que faria os possíveis de haver 1 hora pelo menos na SABC, informações sobre as actividades da Renamo e outros assuntos relacionados.

4. Recomendou não perdermos a força militar e controlo, em virtude destas negociações.

11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27	28	29	30
31	1	2	3	4
5	6	7	8	9
10	11	12	13	14
15	16	17	18	19
20	21	22	23	24
25	26	27	28	29
30	31	1	2	3
4	5	6	7	8
9	10	11	12	13
14	15	16	17	18
19	20	21	22	23
24	25	26	27	28
29	30	31	1	2
3	4	5	6	7
8	9	10	11	12
13	14	15	16	17
18	19	20	21	22
23	24	25	26	27
28	29	30	31	1
2	3	4	5	6
7	8	9	10	11
12	13	14	15	16
17	18	19	20	21
22	23	24	25	26
27	28	29	30	31
1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27	28	29	30
31	1	2	3	4
5	6	7	8	9
10	11	12	13	14
15	16	17	18	19
20	21	22	23	24
25	26	27	28	29
30	31	1	2	3
4	5	6	7	8
9	10	11	12	13
14	15	16	17	18
19	20	21	22	23
24	25	26	27	28
29	30	31	1	2
3	4	5	6	7
8	9	10	11	12
13	14	15	16	17
18	19	20	21	22
23	24	25	26	27
28	29	30	31	1
2	3	4	5	6
7	8	9	10	11
12	13	14	15	16
17	18	19	20	21
22	23	24	25	26
27	28	29	30	31
1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27	28	29	30
31	1	2	3	4
5	6	7	8	9
10	11	12	13	14
15	16	17	18	19
20	21	22	23	24
25	26	27	28	29
30	31	1	2	3
4	5	6	7	8
9	10	11	12	13
14	15	16	17	18
19	20	21	22	23
24	25	26	27	28
29	30	31	1	2
3	4	5	6	7
8	9	10	11	12
13	14	15	16	17
18	19	20	21	22
23	24	25	26	27
28	29	30	31	1
2	3	4	5	6
7	8	9	10	11
12	13	14	15	16
17	18	19	20	21
22	23	24	25	26
27	28	29	30	31
1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27	28	29	30
31	1	2	3	4
5	6	7	8	9
10	11	12	13	14
15	16	17	18	19
20	21	22	23	24
25	26	27	28	29
30	31	1	2	3
4	5	6	7	8
9	10	11	12	13
14	15	16	17	18
19	20	21	22	23
24	25	26	27	28
29	30	31	1	2
3	4	5	6	7
8	9	10	11	12
13	14	15	16	17
18	19	20	21	22
23	24	25	26	27
28	29	30	31	1
2	3	4	5	6
7	8	9	10	11
12	13	14	15	16
17	18	19	20	21
22	23	24	25	26
27	28	29	30	31
1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27	28	29	30
31	1	2	3	4
5	6	7	8	9
10	11	12	13	14
15	16	17	18	19
20	21	22	23	24
25	26	27	28	29
30	31	1	2	3
4	5	6	7	8
9	10	11	12	13
14	15	16	17	18
19	20	21	22	23
24	25	26	27	28
29	30	31	1	2
3	4	5	6	7
8	9	10	11	12
13	14	15	16	17
18	19	20	21	22
23	24	25	26	27
28	29	30	31	1
2	3	4	5	6
7	8	9	10	11
12	13	14	15	16
17	18	19	20	21
22	23	24	25	26
27	28	29	30	31
1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27	28	29	30
31	1	2	3	4
5	6	7	8	9
10	11	12	13	14
15	16	17	18	19
20	21	22	23	24
25	26	27	28	29
30	31	1	2	3
4	5	6	7	8
9	10	11	12	13
14	15	16	17	18
19	20	21	22	23
24	25	26	27	28
29	30	31	1	2
3	4	5	6	7
8	9	10	11	12
13	14	15	16	17
18	19	20	21	22
23	24	25	26	27
28	29	30	31	1
2	3	4	5	6
7	8	9	10	11
12	13	14	15	16
17	18	19	20	21
22	23	24	25	26
27	28	29	30	31
1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27	28	29	30
31	1	2	3	4
5	6	7	8	9
10	11	12	13	14
15	16	17	18	19
20	21	22	23	24
25	26	27	28	29
30	31	1	2	3
4	5	6	7	8
9	10	11	12	13
14	15	16	17	18
19	20	21	22	23
24	25	26	27	28
29	30	31	1	2
3	4	5	6	7
8	9	10	11	12
13	14	15	16	17
18	19	20	21	22
23	24	25	26	27
28	29	30	31	1
2	3	4	5	6
7	8	9	10	11
12	13	14	15	16
17	18	19	20	21
22	23	24	25	26
27	28	29	30	31
1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27	28	29	30
31	1	2	3	4
5	6	7	8	9
10	11	12	13	14
15	16	17	18	19
20	21	22	23	24
25	26	27	28	29
30	31	1	2	3
4	5	6	7	8
9	10	11	12	13
14	15	16	17	18
19	20	21	22	23
24	25	26	27	28
29	30	31	1	2
3	4	5	6	7
8	9	10	11	12
13	14	15	16	17
18	19	20	21	22
23	24	25	26	27
28	29	30	31	1
2	3	4	5	6
7	8	9	10	11
12	13	14	15	16
17	18	19	20	21
22	23	24	25	26
27	28	29	30	31
1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27	28	29	30
31	1	2	3	4
5	6	7	8	9
10	11	12	13	14
15	16	17	18	19
20	21	22	23	24
25	26	27	28	29
30	31	1	2	3
4	5	6	7	8
9	10	11	12	13
14	15	16	17	18
19	20	21	22	23
24	25	26	27	28
29	30	31	1	2
3	4	5	6	7
8	9	10	11	12
13	14	15	16	17
18	19	20	21	22
23	24	25	26	27
28	29	30	31	1
2	3	4	5	6
7	8	9	10	11
12	13	14	15	16
17	18	19	20	21
22	23	24	25	26
27	28	29	30	31
1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27	28	29	30

Humor



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

A LIBERTAÇÃO
E A PROSPERIDADE
DAS NAÇÕES EMERGENTES
SERÃO O FRUTO DE NOSSA UNIÃO

O LAR DAS
CÓRIES



BANERJ

BANCO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

APOIANDO A UNIÃO
FRATERNAL DOS POVOS

Desenho de Alex Simon Lago - 11 anos Colônia de Férias / CEP - 85 - Apoio: Banerj